A LAVOURA

A mais antiga publicação agrícola em circulação no Brasil

A Carnaúba, uma grande riqueza do Nordeste

ANO LII JANEIRO - FEVEREIRO 1948

BI-SULFURETO DE CARBONO

MARCA REGISTRADA

Salvação

RETIFICADO
QUIMICAMENTE PURO

Srs. Fazendeiros, de algodão e de café:

Salvem as suas plantações usando o BI-SULFURETO DE CARBONO "SALVAÇÃO" que é o melhor imunizador de suas culturas. Aplicá-lo em larga escala e de preferência a qualquer outro similar significa economia e eficiência. O BI-SULFURETO DE CARBONO "SALVAÇÃO" tem, ainda, a vantagem de não ser alterante, nem deixar resíduos ou cheiro. ÚNICO EFICAZ NO EXPURGO DO ALGODÃO. EMPREGADO COM ÊXITO GARANTIDO NA EXTINÇÃO DA BROCA DO CAFÉ. Acondicionado em latas de 4 quilogramas ou em tambores de ferro.

S/A IND. REUNIDAS F. MATARAZZO

PRAÇA DO PATRIARCHA S.PAULO

Escola Prática de Agricultura São João de Petrópolis, Município de Sta. Teresa (Espírito Santo)

SUMARIO

O Brasil como produtor de algodão — **Prof. Arthur Torres Filho** 3
O 51.º aniversário da Sociedade Nacional de Agricultura 5
Escola Fluminense de Medicina Veterinária. — Discurso do **Dr. Edgard Teixeira Leite** 10
Notas sobre o cereal Adlay — **Prof. Paulo Parreiras Horta** 17
Terra Brasileira — **Valentim F. Bouças** 23
Hilário Luiz Leitão 24
Sobre a Cultura da Soja — **J. Gonçalves Carneiro** 26
As Estações Experimentais e o Futuro da Lavoura do Cacáo — **Dr. Pedro Fontes** .. 23
A Conservação do Solo — **Eunenes Marcondes de Mello** 32
Tratado com o Chile 34
O Algodão na Economia norte-riograndense — Discurso na C. D. pelo Dep. **José Augusto** 36
Associação de Criadores da Raça Schwyz 46
O coqueiro da Bahia — **Pimentel Gomes** 48
Confusão em torno do trigo — **B. de Aragão** 49
Valor alimentício das Hortaliças — **Geraldo Goulart da Silveira** 52
Consultas e informações — **Geraldo Goulart da Silveira** 57
Ae cooperativas e o conceito de lucro — **Fabio Luz Filho** 58
Exportação de reprodutores 59
Fruticultores Práticos 61
Curso Prático de Agricultura — **Geraldo Goulart da Silveira** 64
Sociedade Nacional de Agricultura 68
A Semanal da S. N. A. 71

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas

DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º "	— Adamastor Lima
3.º "	— Eurico Santos
4.º "	— Cinéas de L. Guimarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Morais Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.

☆

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache
Alvaro Simões Lopes
Anapio Gomes
Antonio Barreto
Antonio José Alves Alves de Souza
Apolonio Sales
Balbino de Souza Mascarenhas
Ben-Hur Ferreira Raposo
Benjamin do Monte
Carlos de Souza Duarte
Diogenes Caldas
Eduardo Duvivier
Fabio Furtado Luz
Euvaldo Lodi
Francisco Saturnino de Brito Filho
Guilherme Egberto Hermsdorff
Honório da Costa Monteiro Filho
Humberto Bruno
Ismael Cordovil
Israel Pinheiro da Silva
Itagiba Barçante
J. C. Belo Lisbôa
Jeronymo Antonio Coimbra
João Gonçalves de Souza
João Tjader
José Sampaio Fernandes
José Solano Carneiro da Cunha
Landulpho Alves de Almeida
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Manoel Neto Campelo Junior
Mario de Oliveira
Napoleão de Alencastro Guimarães
Ormeu Junqueira Botelho
Oscar Daudt Filho
Paulo Parreiras Horta
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Ruy Carneiro
Sebastião Herculano de Mattos
Sebastião Sant'Ana e Silva

A LAVOURA

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII — Janeiro-Fevereiro de 1948

O BRASIL
COMO PRODUTOR DE ALGODÃO

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Da importância econômica do algodão para a humanidade, em suas múltiplas aplicações, basta considerar-se que êle hoje supera tôdas as demais plantas nos tecidos manufaturados. Representa, atualmente, 73,3% do consumo total no mundo, vindo depois, a lã, com 6,8%. E', portanto, sem contestação, a principal fibra textil, pois, além de seu baixo preço, suas aplicações aumentam sempre com o aproveitamento dos subprodutos, não sendo de receiar-se a competição das fibras sintéticas. O comércio mundial de algodão expande-se cada vez mais, esperando os economistas que a produção se eleve, dentro de cinco anos, a 35 milhões de fardos. Sou daqueles que pensam que se deve traçar uma política algodoeira para o Brasil, mediante a indagação segura na formação dos preços, evitando-se os impostos elevados e estimulando-se a melhoria da qualidade, tanto por legislação adequada, como pelo financiamento. Há quem diga que o algodão brasileiro começou a ser exportado para a Europa no século do descobrimento. E é fato sem contestação dispormos de grande extensão territorial onde essa malvacea pode desenvolver-se dando ao Brasil condições de preponderância nos mercados mundiais, daí porque precisamos estar alertas para não aceitar restrições nas áreas de cultivo, pois nossa contribuição na produçao mundial se eleva apenas a 6% e na exportação a 3,18%. Vale recordarmos que em 1875 o algodão representava 30,7% das nosas exportações e ao terminar a guerra da seccessão dos Estados Unidos, que abalou fortemente a produção norte-americana, o algodão em nossas estatísticas, acusava 29,9% na exportação. Não soubemos organizar-nos econômica e tècnicamente para tirar a vantagem obtida e, paulatinamente, fomos perdendo os mercados no exterior. Basta dizer que, em 1932, a nossa contribuição no mercado internacional foi apenas de 0,1%. De 1932 para cá, o aparecimento brusco de São Paulo como grande produtor de algodão, em consequência da crise do café, mas dentro de seguros preceitos técnicos, permitiu que o Brasil voltasse à posição de grande relêvo no comércio mundial. E é assim que vemos o nosso país elevar-se à categoria de quarto produtor, vindo em seguida dos Estados Unidos, Índia Inglesa e Egito.

O grande esfôrço norte-americano, cuja colocação do seu algodão no mercado mundial vinha caindo vertiginosamente, se orienta no sentido da "paridade do rendimento", em lugar de "paridade de preços", política esta última baseada no subsídio aos agricultores com acumulação de estoques adquiridos pelo govêrno. Acredito firmemente no futuro da nossa cultura algodoeira se soubermos preparar-nos para melhorar o "rendimento" e a "qualidade" do nosso algodão, estabelecendo-se para isso uma segura legislação na parte "Cultura" e na defesa comercial da nossa produção. O comércio mundial do algodão expande-se rápidamente e os seus sub-

produtos "linter", "óleos" e "tortas", cada vez mais adquirem aplicações.

E' preciso, acima de tudo, que o produto brasileiro se imponha aos mercados mundiais. Aí é que deve residir tôda a nossa atenção. Só produzindo produto de "boa" qualidade, "in forme" e a "baixo" custo, poderá o Brasil conservar ou mesmo desenvolver a situação de incontestável relêvo, adquirido por êle nos últimos anos no mercado mundial do algodão. A regulamentação das sementes, o contrôle oficial da classificação, a criação de grandes usinas de beneficiamento, a agremiação dos produtores em cooperativas para dar-lhes a assistência do crédito agrícola e impedir que os lucros se escoem para as mãos dos intermediários, são medidas que carecemos adotar dentro de um plano sistemático de ação.

O melhoramento constante das qualidades de fibras, nas diversas regiões do país, criando e garantindo a produção de tipos altos, fazendo acompanhar êsse melhoramento pelo aumento do rendimento por unidades de superfície — é o programa que devemos adotar. Essa é a orientação seguida pelos norte-americanos e, de longa data, pelos egípcios. O exemplo que nos deu e nos dá São Paulo, principalmente na parte experimental, com o contrôle oficial na distribuição de sementes aos agricultores, o que permitiu abrir ao algodão brasileiro novos mercados, precisa e deve ser seguido, com rigor, pelas demais regiões algodoeiras do país. Além da assistência científica e técnica exercidas em tôda a sua plenitude e do crédito agrícola, auxiliando os pequenos cultivadores por intermédio de cooperativas, temos de adotar um rigoroso plano de racionalização do beneficiamento e da padronização e classificação do algodão brasileiro, estabelecendo estreita colaboração entre os produtores e os governos. Não devemos esquecer-nos nunca da posição do mercado mundial dpendente da garantia de tipos que oferece a preços convenientes. O fator qualidade e a uniformidade dos fardos e dos lotes, representam a garantia do algodão brasileiro.

Outro característico importante na classificação é o gráo de limpeza ou a existência de maior ou menor quantidade de impurezas. No Brasil há espécies e variedades de algodoeiros diferenciados pelas regiões, daí porque devemos adotar contrôle técnico e econômico, principalmente na formação das variedades e na distribuição das sementes que garantam o conceito do produto nos mercados externos. O que se acha em jôgo não é esta ou aquela região do país, sim, o conceito do Brasil e a sua expansão econômica, justificando-se, portanto, a ação do govêrno federal, na fiscalização da exportação.

Sou dos que crêem no valor do Estado como fôrça capaz de orientar os sistemas econômicos, fazendo sentir sua ação enérgica à coordenação da iniciativa particular. O momento apresenta-se altamente propício para garantir-se ao algodão brasileiro o papel cada vez mais importante que êle está fadado a representar na nossa economia rural.

Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira

USINAS EM SABARÁ E MONLEVADE

★

Escritório Central de Vendas:

AVENIDA NILO PEÇANHA, 26

★

RIO DE JANEIRO

O 51.° ANIVERSARIO

DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A 16 de janeiro comemorou a Sociedade Nacional de Agricultura mais um aniversário de sua proveitosa existência.

Era pensamento da Diretoria fazer lançar, nesse dia, a pedra fundamental da futura sede, a "Casa da Agricultura", mas, infelizmente, apezar de tôda diligência, dificuldades burocráticas na Prefeitura do Distrito Federal, onde ainda se acha em processo de aprovação indispensável desde há mais de um ano, as plantas do grandioso edifício, impediram o intento.

Mas, nem porisso, os diretores e funcionário da instituição deixaram de assinalar de modo expressivo a grata efeméride.

Coincidindo com a data da fundação da Sociedade o aniversário natalício do seu Presidente, o Prof. Arthur Torres Filho, fizeram inaugurar, no Salão Nobre, o retrato à óleo do seu grande amigo e benfeitor, que há cêrca de 18 anos tem tido sôbre seus ombros a direção da Casa de Ennes de Souza.

O lançamento da pedra fundamental do novo edifício-sede será feito dentro em breve, e corresponde a um dos pontos do programa do Dr. Torres Filho, desde que aceitou o pesado encargo de dirigente máximo da Sociedade. Outros aspectos da sua administração, já os levou a bom termo e foi justamente para testemunhar o apoio e o agradecimento dos seus colaboradores na Sociedade, que se colocou em lugar destacado no salão nobre a sua efigie, obra do pintor V. Alencar.

Desde que, como 1.° Vice-Presidente em exercício, passou a dirigir os destinos da Sociedade, em meio a tremenda crise financeira, com a instituição sem sede e sem meios de continuar seus serviços, o Dr. Torres Filho tem alcançado notáveis triunfos, que dão hoje à Sociedade Nacional de Agricultura uma situação de solidez e de prosperidade nunca alcançada antes.

Assim é que, desde aquela época, tem a Sociedade conseguido a sua atual sede própria, constante de um grupo de numerosas salas, ocupando tôda a frente do 5.° pavimento do edifício Itanagra, sobre a Av. Franklin Roosevelt; o Horto Frutícola da Penha foi dotado da sua atual Escola de Horticultura Wenceslão Bello, em substituição ao antigo Aprendizado Agrícola ali existente desde os tempos da fundação da Sociedade, estabelecimento que, pelas suas instalações e métodos pedagógicos ocupa hoje um destacado lugar no nosso ensino agrícola; consolidou a vida financeira da instituição e logrou ver satisfeito um dos maiores anseios da classe: a sua organização em base associativa, através o decreto-lei 8.127, de 1945, sob cujos salutares princípios, em breve, poderá a agricultura brasileira levantar a sua voz altiva no concerto econômico nacional. Será impossível relatar, de relance, uma pequena parcela que seja da multíplice atividade da Sociedade, incentivada e pessoalmente exercida pelo Prof. Arthur Torres Filho, seja na colaboração com instituições con-

O Dr. Arfhur Torres Filho discursa, agradecendo a homenagem de seus amigos e companheiros da Sociedade Nacional de Agricultura.

gêneres, com os poderes públicos, seja nas reivindicações dos direitos da classe, ou na defesa do seus interêsses.

Para citar um exemplo dessa atividade, basta que se diga que no Conselho Federal de Comércio Exterior a Agricultura tem a sua voz ouvida desde a fundação do importante órgão, através a palavra equilibrada e autorizada do Dr. Torres Filho, que é, dentre todos, o decano dos conselheiros.

passagem. E foi assim, de surprêsa, colhido na sua modestia o Dr. Torres Filho, com o convite para presenciar a aposição no Salão de Houra da Sociedade do seu retrato.

Foi uma festa que a todos encantou. Sem ter sido feita nenhuma publicidade, ao contrário disso, tendo os seus promotores diligenciado para conservar em segrêdo a projetada homenagem, ainda assim a afluência foi tal, que ficaram li-

Uma parte do salão, vendo-se, entre a assistência, no primeiro plano, a irmã, a espôsa, e a **filhinha do Dr. Torres Filho.**

A coroação de sua obra de — pode-se dizer — de consolidação da Sociedade Nacional de Agricultura, tanto do ponto de vista da atuação exterior como da vida interna, administrativa, seria justamente o lançamento da pedra fundamental da "Casa da Agricultura", cometimento que tem preocupado longamente o Presidente Torres Filho.

Quizeram, porém, seus amigos e colaradores da Sociedade que a data escolhida por êle para o almejado evento, tivesse, à falta daquele, fato condigno e não menos expressivo a assinalar-lhe a

teralmente tomados o salão, o saguão, os gabinetes laterais e os corredores, apinhados de companheiros e amigos do Dr. Torres, o que veio confirmar o grande prestígio de que goza no seio da classe rural e dos seus colegas agrônomos e funcionários do Ministério da Agricultura.

Falaram o Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente, oferecendo a homenagem; o Dr. Bertino de Carvalho, em nome da Sociedade Brasileira de Química; o Dr. Arruda Câmara, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira e o Dr. Edgar Tei-

xeira Leite, 2.º Vice-Presidente e atual Secretário da Agricultura do Estado do Rio.

Vão a seguir publicados alguns dos discursos pronunciados, e bem assim uma relação parcial das pessoas presentes.

Do Prof. Geraldo Goulart da Silveira

"Presado Mestre Prof. Torres Filho:
Minhas senhoras

O Dr. Teixeira Leite abraça o Dr. Arthur Torres Filho, após o seu discurso, em nome dos companheiros da Diretoria.

Meus senhores

Cabe-me, e o faço com grande satisfação, no momento em que amigos e admiradores do Prof. Torres Filho prestam-lhe esta singela, mas muito significativa homenagem, dizer algumas palavras em nome dos ex-alunos do homenageado, elemento dos mais brilhantes do magistério nacional.

Faltam-me palavras para, em um vivo colorido, em um harmonioso mosaico de expressões, dizer da admiração que os discípulos têm pelo grande mestre e amigo; pelo profissional que é uma das mais brilhantes expressões da agronomia brasileira; pelo economista emérito, pelo sociólogo profundo, pelo grande educador que tantos e tão valiosos serviços tem prestado à educação nacional, especialmente à educação rural.

O Professor, meus senhores, não é apenas o técnico; é, sobretudo, o educador o orientador, o guia que esclarece, dirige, encaminha e estimula os discípulos.

O Professor é, acima de tudo, o orientador esclarecido, capaz de estimular a capacidade dos alunos, abrindo, para êles, novos horizontes, ajudando-os e guiando-os na aprendizagem e preparando-os para a vida prática.

Estimular e avivar a capacidade dos alunos; sentir e descobrir as suas possibilidades; provocar e estimular as iniciativas próprias, para dirigi-las e encaminha-las convenientemente, eis o verdadeiro trabalho educativo do mestre, eis os princípios pedagógicos sob os quais o Prof. Torres Filho sempre norteou as

suas magníficas e jamais esquecidas aulas.

Através as vossas brilhantes aulas, professor Torres Filho, tendes preparado, com invulgar dedicação e desprendimento, os vossos alunos para a vida prática; tendes rasgado, para a mocidade brasileira, novos horizontes e novas perspectivas; tendes preparado profissionais conscientes e esclarecidos que encaram os problemas da agricultura nacional, co mobjetividade, interêsse e patriotismo.

De vossos alunos, muitos são hoje professores entusiastas que labutam na Escola Nacional de Agronomia, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, e em outros estabelecimentos de ensino; muitos são hoje capazes e estaclerecidos técnicos que labutam no Ministério da Agricultura e nas Secretarias de Agricultura; muitos vencem, igualmente, nas atividades particulares e, sem dúvida, para isso muito contribuiram o vosso exemplo, a vossa cultura, o vosso entusiasmo pela educação e pelos problemas agronômicos.

As vossas inesquecíveis lições, sempre tão oportunas, interessantes, brilhantes, educativas e elucidativas, são por nós recordadas com especial carinho; os vossos sábios conselhos e advertências, lembradas, com especial interêsse.

O vosso exemplo, constitue, para todos nós, fatôr de decisivo estímulo e incentivo para que possamos dar à agricultura brasileira, o melhor de nossos esforços, o máximo de nossa capacidade de trabalho.

A certeza de que não tem pregado em vão, de que tem realizado algo de útil e construtivo, é a maior satisfação de um professor; e, dessa satisfação, podeis compartilhar, professor Torres Filho, pois vossos alunos isso vos asseguram.

Os vossos ex-alunos, pelas minhas palavras, associam-se a esta justa e merecida homenagem a quem tanto tem trabalhado pelo engrandecimento do país, a quem constitue, sem dúvida, uma das mais brilhantes expressões da cultura nacional, ao mestre inesquecível que tem sido para nós o exemplo de trabalho, desprendimento, de abnegação e de patriotismo; ao mestre que, nos momentos de incerteza e de dificuldades nos tem acolhido sempre com palavras de estímulo, com um conselho oportuno, com um apoio confortador.

Queira aceitar pois, prezado professor, em o meu abraço, os abraços de todos os vosso ex-alunos."

Do Dr. Antonio de Arruda Camara

"De há muito vêm os funcionários da Sociedade Nacional de Agricultura manifestando, de uma ou de outra forma, o desejo de vos tributar respeitosa e expressiva homenagem. Êsse desejo — dou o meu testemunho — é muito antigo e, por circunstâncias alheias à vontade dos dedicados servidores desta Casa e dos colaboradores de vossa administração — por circunstâncias alheias, portanto à vontade de todos nós — só agora pode se concretizar. Sabemos que haveis de, compreendendo a expontaneidade e significação desta homenagem, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura e por todos nós aplaudida e festejada, relevar a quebra da nossa norma de conduta, que é colaborar, obedecendo à vossa orientação. Abrimos hoje, dia do funcionário da Sociedade Nacional de Agricultura, excepção à regra para inaugurar ao lado do de Ennes de Souza, nosso primeiro presidente, o vosso retrato.

Do Dr. Edgard Teixeira Leite (Resumo)

O Sr. Edgard Teixeira Leite, Vice-Presidente da S.N.A. e Secretário da Agricultura do Estado do Rio, disse que se associava, às homenagens prestadas ao dr. Arthur Torres Filho, em seu nome pessoal, e também no dos seus companheiros da Diretoria.

Mais do que isso, porém. Estava certo de que pedia a palavra em nome dos socios da Sociadade N. de Agricultura, que dispersos por todo o Brasil, sabiam e sentiam a ação do homenageado, cuja longa vida, cheia de grandes e altos serviços, às classes produtoras do país, o situavam, com tôda justiça entre os grandes servidores do Brasil.

Neste sentido as homenagens que eram prestadas ao atual Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, deviam ser interpretadas, como sendo ao dr. Arthur Torres Filho.

Mas, concluiu o sr. Teixeira Leite, era preciso não esquecer de associar as homenagens prestadas ao dr. Arthur Torres, a sua espôsa, que com a tradição tão brasileira, fôra sempre sua dedicada companheira das horas difíceis, animan-

do e diretamente estimulando a sua ação.

Por isso, propunha — concluiu o dr. T. Leite que, de pé, com uma salva de palmas se associasse, dessa forma, à homenagem ao dr. Arthur Torres, o nome de sua espôsa e dedicada consorte.

Os sentimentos dos lavradores do Brasil, que direta ou indiretamente, haviam recebido, os resultados da ação do dr. Torres Filho, nos quadros do Ministério da Agricultura, onde ocupou, com proficiência, os mais elevados postos, nas mais diversas e sempre atuou comissões onde fôra sempre um ardoroso defensor da economia nacional, no Conselho do Comércio Exterior, na Comissão de Planejamento, nos vários, cargos e encargos onde sempre atuou com o coração de patriota, com a inteligência e o espírito, sempre justos, sem poupar esforços, sem desfalecimentos, em benefício do nosso país.

Relação dos presentes

Mario de Oliveira, Ismael José Cordovil, Nilo Ferreira Romero, Durval Henriques da Silva, Endes Alves Simões, Adriano Dantas, João Tjader, Antonio de Arruda Camara, Mario Quintão, representante do Diretor Geral do C.N.E.P.A., Geraldo Goulart da Silveira, Ginéas Li-Iris Meinberg, por si e pela Federação das Associações Rurais do E. de S. Paulo, ma Guimarães, Paulo da Silveira Fernandes, Emir A. Kober, Ruy Diehl, Petronio Gonçalves, Luiz Carlos Pinheiro Machado, José Sampaio Fernandes, Vergílio José Lambert, Domingos de Faria, Aristobulo de Castro, Ben-Hur Ferreira Raposo, Pedro Goulart da Silveira Filho, Rufino de Almeida Guerra Filho, Ruad Alzuguir, Alcione José Ostea, Helio Teixeira Alves, Luiz Guimarães Junior, Nelson Dantas Maciel, Otto Frensel, João Vieira de Oliveira, Luiz Simões Lopes, Edgard S. Caldeira, José Travassos Vieira, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, por si e pela Sociedade Brasileira de Química, Subael Magalhães da Silva, Egberto de Albuquerque Land, Fabio Luz Filho, João Candido Filho, Diogenes Caldas, Adamastor Lima, Luiz Marques Poliano, Furico Santos, J. Guimarães Menegale, Euvaldo Lodi, Alvaro E. Santos, Carlos Taylor da Cunha e Mello, Lázaro Gómez, Luiz Mariano Paes de Carvalho — U. B. E. A., Federação das Cooperativas de Consumo do Distrito Federal — Pedro da Franca, Diretor Comercial — Dr. Lauro A. Gomes — Renato E. Martins Casali, por si e pela Federação Atlética de Estudantes, Carlos de Souza Duarte, Severino Gonçalves Camara, João Maurício de Medeiros, Pedro Goulart da Silveira, Mario Vilhena, representado por J. Pinto Lima, J. Pinto Lima, Enio Luiz Leitão, Antonio Rodrigues Coutinho, José Maria, Sebastião Benedito Borges de Albuquerque, Cesar Pereira Cardoso, por si e por Alvaro Barcelos Fagundes, Francisco de Paula..., João Candido Ferreira Neto, Renato Luiz Pereira de Souza.

FERNANDO COSTA

Prossegue a campanha de "Vida dos Campos" para que seja erigido o busto de Fernando Costa no Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, como uma justa homenagem ao ministro da Agricultura que idealizou e realizou um dos maiores nucleos de pesquisa agronômica em todo o mundo.

A Sociedade Nacional de Agricultura, associando-se a êsse movimento, em cuja frente se encontra o Eng. Agrônomo Mario Vilhena, Diretor do Serviço de Informação Agrícola, membro do Conselho Superior desta Sociedade, contribuiu também com uma soma em dinheiro para que se torne realidade a justíssima homenagem.

ESCOLA FLUMINENSE DE MEDICINA VETERINÁRIA

A formatura da turma de 1947 — Discurso do paraninfo Dr. Edgard Teixeira Leite.

Na solenidade de formatura dos veterinários da Escola Fluminense de Medicina Veterinária, o paraninfo Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, pronunciou o seguinte discurso:

"Iniciam-se em geral, as orações do gênero da que ides ouvir, com palavras que exprimam a surpreza da escolha e retratem com mais ou menos perfeição, a dúvida, que ao espírito se apresenta, para a aceitação do encargo com que me honrastes.

Desta vez porém tal praxe não será adotada. Porque aceitei, de pronto, sem vacilações, o vosso convite para dizer aos que deixam hoje esta Escola as palavras costumeiras, de despedida, e também de estímulo, aos que, ao transporem o limiar das faculdades, vão ingressar nas lides da vida prática.

E si esta praxe não adotarei, é porque, na verdade, o convite para paraninfar esta cerimônia, não o fizestes, por mim e só a mim, pelos meus merecimentos, nem pelos serviços, que me dêm valimento, para tal honra, mas, é a expressão apenas, da prova de apreço, da mais justa homenagem, ao homem do Govêrno, de que sou, obscuro, mas dedicado colaborador, num dos setores da administração que mais perto dizem com as atividades desenvolvidas nesta Escola.

A mocidade, com a sua quase profética intuição, agindo sob os impulsos de sua generosidade, tem dêstes gestos, que são o prenúncio, talvez mais seguro, do julgamento, que a posteridade reserva, para os homens, que agem no campo da vida pública, e que a história, no transcurso dos tempos, registra, com a sua imarcessivel e inapelável justiça.

Escolhendo-me para vosso paraninfo, dêstes na verdade, tácita e justa aprovação, às diretrizes, seguras e patrióticas do grande servidor que à nossa velha e gloriosa província, agora em plena renovação, encontrou no seu governador, Edmundo Macedo Soares e Silva, diretrizes, que correspondem bem, à obra que o Brasil têm de realizar, no desenvolvimento das fôrças vivas de sua economia, e na consolidação dos métodos de govêrno dentro daquele famoso conceito, que esteve inscrito tantos anos na bandeira de nosso Estado, indicando aos governantes a reta gestão da causa pública.

E agindo assim, com a infalível intuição da Juventude, fizestes bem, escolhendo tão obscuro padrinho, porque se a êle faltam, sem dúvida, outras qualidades, sobram-lhe entusiasmo e o mais decidido propósito de dar ao govêrno, que nos rege, a mais constante e ativa colaboração.

Nunca, — talvez na vida de nosso país, dos tempos já longínquos da colônia, aos períodos tumultuosos da consolidação da independência, e depois, da implantação, da forma republicana, foi tão nenecessária, tão indispensável, a dedicação, dos que têm espírito público, para a obra de restauração econômica e recuperação moral, que deve ser empreendida, e que é, por assim dizer, verdadeira campanha de salvação nacional.

Nas horas incertas que a história está registando, nunca foi tão indispensável a cooperação de todos os homens de tôdas as classes, de tôdas as condições, de tôdas as profissões e atividades, para que se ponha ordem no cáos da nossa economia, desorganizada pela subversão de tantos fatores e paz nos espíritos e nos corações, tão desacertados, tão desencantados, tão atormentados pela tragédia tremenda, que desabou sôbre a humanidade, de que estamos talvez, apenas assistindo aos pródromos e que depende de nós, de todos e de cada um, para que não se transforme, no epílogo da própria civilização.

E neste sentido, a vós, cabe um quinhão e bem grande, de responsabilidade, que eu desejo ressaltar, pela importância que tendes de levar a cabo, dentro da nobre e alta profissão que abraçastes, que só a sua escolha é signo seguro, de sentimento de vosso espírito e da compreensão que tendes da respon-

sabilidade que cada cidadão, deve assumir diante de sua geração.

Não serão jamais bastante os louvores aos jovens que ingressaram nas escolas de medicina veterinária e tôda a exaltação será pequena, aos que dediquem a êste ramo dos conhecimentos técnicos e científicos, seu tempo, seus esforços, sua dedicação e seu entusiasmo.

Assim nesta oportunidade, louvando pelo acêrto da escolha de vossa profissão, desejo pôr em evidência a gratidão que todos devemos aos que, com fé e tenacidade estão executando a penosa e difícil tarefa, de criar êste centro de formação cultural, que é a nossa Escola Fluminense de Medicina Veterinária.

Devemos e quero evidenciá-lo com palavras e manifestá-lo de público, em solenidade como esta, em que a sua obra se expressa pela mais concreta das realizações que pode fazer um instituto de ensino: dotando o nosso país de mais um pelotão de técnicos, que irão para o campo de atividades práticas combater o bom combate, na defesa e fomento do grande patrimônio que os rebanhos de tôdas as espécies representam na economia nacional.

E' na verdade um grande e régio presente, feito pela Escola Fluminense de Medicina Veterinária, resultado de um grupo abnegado de homens, cujo trabalho silencioso, de beneditina paciência, de pertinácia, está a merecer dos poderes públicos, de tôdas as esferas, o mais decidido apôio. Decidido e entusiástico apôio sob tôdas as formas, de ordem material, de ordem moral, de ordem financeira, pelo que já fizeram, e pelo muito que lhes cabe executar e que, Deus querendo, hão de levar a têrmo.

Escutei, silencioso, outro dia, na honrosa visista que me fizestes, mas profundamente emocionado, o que foi e o que tem sido, a história desta Escola, através da narrativa singela e desataviada, numa palestra, em mesa redonda, em tôrno da qual vi reunidos, tão altos valores da medicina veterinária do Brasil, no campo de suas diversas atividades.

Foi bem a demonstração de quanto o idealismo pôde realizar no campo da prática, posto ao serviço de grande obra, num decênio de lutas, de dificulddaes de tôdas as horas, de contratempos de tôdas as naturezas, de incompreensões, de desencorajamentos, não raros partindo dos que deveriam estimular, e que em vez de cirineus vigilantes, se tornaram em apedrejadores, no doloroso calvário, que representa a criação de instituições como esta.

Nada vos desanimou porém, e se às vêzes nos momentos em que o desencanto avassalava os espíritos, e tentava a desilusão aos corações amargurados, continuastes seguindo o famoso conselho de Burhé, que concitava "não desesperar, mas quando se desanimar, continuar trabalhando"

Mas, como para todos que têm fé, sem a qual, nada de grande se realiza neste mundo, a hora da vitória há de chegar e para ela eu darei, a quanto a mim couber, na fraqueza do meu valimento, e no apoucado de minhas fôrças, a mais entusiástica das colaborações, à obra de tão grande e utilíssima utilidade, para repetir no ampliativo da expressão o famoso conceito, do maior de nossos oradores.

Essa utilidade — não se afere, meus senhores, através de construções de ordem espiritual, em que o brilho das palavras realiza pela mágica da forma expressões capazes de esconder dentro das lantejoulas da retórica o vasio de coisas estéreis.

Essa utilidade se afere através de números e de conceitos, capazes de enfrentar a mais rigorosa análise e a mais aguda das perquirições.

Na verdade, o Brasil se encontra hoje em singular situação, relativamente à sua indústria pastoril, singular e estranha, tão estranha, que assume as ráias das coisas incríveis.

De acôrdo com os últimos informes dos serviços oficiais de estatísticas a população pecuária, segundo os efetivos recenseados em 1940, era, para o rebanho bovino de trinta e quatro milhões; de suínos dezessete milhões, de ovinos nove milhões.

Estas cifras colocam o Brasil entre os países possuidores dos maiores rebanhos do mundo, notadamente de bovinos, sobretudo se ressaltarmos o fato de que se tratam de cifras colhidas em 1940, e que nestes sete anos o crescimento vegetativo deverá ter elevado a população bovina para cerca de quarenta e dois milhões.

Entretanto, está o povo brasileiro em quase todos os Estados do país sofrendo as mais sérias restrições alimentares, tendo mesmo em determinado momen-

to os poderes públicos tornado livre a importação do estrangeiro de carne e de leite e de outros produtos alimentares de origem animal.

Dirão os que gostando de se acalentarem, no comodismo, que se trata de consequência da guerra — a guerra que tem servido para tanta justificativa, e acobertado tanta e tão incríveis coisas!

Mas encerrada a fase da luta, a situação do país, em matéria de alimenitação, no setor, da indústria animal, continua periclitante, ou melhor, para dizer as justas palavras, calamitosa.

Há poucos dias num conclave, de caráter oficial, o Ministro de Estado, responsável pelo setôr de que estamos tratanto, informava que o Govêrno de Minas Gerais, diante da situação criada pela peste suína, que dizimou profundamente os rebanhos mineiros, viria importar, gorduras animais, do estrangeiro!

E também o fato por demais sabido que o leite conservado sob suas diversas formas, da mesma procedência, está sendo consumido, em proporções cada vez maiores no Brasil.

E qual a conclusão a se tirar de tudo isso? E' simples e o seu enunciado, que se poderá resumir em duas incisivas palavras: desorganização nacional.

Não encerra êste conceito, nem exagero, nem propósito derrotista.

Muito ao contrário até. Pondo em evidência êstes fatos, de ordem geral e citando exemplos de ordem regional, é meu intuito, o de apontar solução para êles, solução para qual é indispensável a contribuição dos esforços, dos médicos veterinários, sem a qual, a indústria pastoril do nosso país, não poderá atingir ao desenvolvnmento, que pode ter, que deve ter, que precisa ter.

Quando os estadigrafos — os que examinaram os problemas do Govêrno — os técnicos — os que apontam as soluções e os administradores — isto é, os que põem em prática os remédios indicados, e se defrontam com o angustiante problema da alimentação humana, no Brasil, sentem ao vivo, quanto é importante e indispensável a colaboração da medicina veterinária. De tal ordem é ela, meus senhores, que fica-se na verdade assombrado, como não mereceu ainda dos poderes públicos, maiores incentivos maiores atenções, maiores estímulos, relegada como tem sido, como atividade de ordem secundária, por assim dizer descurada, quando se trata na realidade de profissão — só para encarar o aspecto imediatista, de caráter econômico, de uma atividade da mais alta significação, para a vida nacional.

O que representa, a população pecuária brasileira, mesmo aferida por números os mais conservadores, é um patrimônio valiosíssimo, que se cifra em milhões de cruzeiros.

Êste patrimônio está sujeito a moléstias e pragas de tôda a sorte, grande parte das quais, perfeitamente evitáveis, porque, quer os métodos profiláticos quer os processos de combate são conhecidos para a sua quase totalidade Mas, êste patrimônio que, ao contrário da produção vegetal — executando poucas culturas — e permanente, — de caráter estável, está pràticamente desamparado.

O que existe feito, para a sua defesa é muito pouco, meus senhores. E' quase nada. E' preciso que se tenha coragem para dizer isso, com a maior franqueza, pois só assim, se poderá criar em tôrno delas, "uma consciência", uma convicção, uma certeza, que são os elementos indispensáveis para que se encontrem para êstes problemas de administração soluções as mais adequadas, as de mais acêrto.

Não é realizando política defensiva do avestrus, que ao se defrontar com o perigo, preferem ao que dizem — esconder a cabeça debaixo da aza para não vê-lo — mas a política agressiva dos povos fortes que não temem encarar a realidade — olhando de frente o que está errado e, não esperando tudo da Providência Divina, e que virilmente, encaram a realidade, pondo todo o seu esfôrço na ação, que é a festa do homem naquele famoso conceito do célebre verso de Goethe.

Ainda há poucos dias, num documento da mais alta significação, o mais conservador dos nossos governos estaduais — o de Minas Gerais — mencionava, que nestes três últimos anos, os prejuizos decorrentes da peste suína, sobem, naquele Estado a mais de trezentos e oitenta milhões de cruzeiros.

E que no mesmo documento via-se que, pelos morosos transportes em longos percursos a pé ou em estrada de ferro, a economia mineira vem sofrendo um prejuizo anual de cêrca de quarenta mi-

lhões de cruzeiros, calculado na base de cinco por cento de pêrda, sôbre um total exportável de trezentos e noventa e três mil cabeças de bovinos.

Mas não é preciso, sair do Estado do Rio, para que se evidencie a gravidade dêste problema, que é de ordem nacional que interfere profundamente com a nossa segurança com a saúde do povo. Vale examiná-lo a luz das cifras.

A população bovina dêste Estado, segundo números oficiais, colhidos em boa fonte, é da ordem se setecentas mil rezes, — que números conservadores representam para mais de dois bilhões de cruzeiros.

E que temos feito, para a defesa dêste grande patrimônio! Quase nada, na verdade. Anualmente cêrca de trinta por cento dos animais que nascem, são dizimados pela pneu-enterite e só isto representa em cálculos conservadores seis milhões de cruzeiros! E tratando-se netretanto de mal evitável — pelo emprêgo aliás de vacina, que se deve a descoberta brasileira.

A ninguém, em contato com os meios rurais é desconhecido o prejuízo, cujas cifras não se pode avaliar em números exatos, mas que atinge proporções cataclimáticas, ocasionada pela febre aftosa, direta e indiretamente pelas diminuições da produção do leite, da produção e da incapacidade de trabalho, ocasionado sob outro aspecto, não raro a desorganização dos trabalhos da colheita e na lavra da terra.

Entretanto êste mal, também por processo brasileiro da técnica brasileira, seria evitável, se já tivéssemos adotado a vacinação em massa dos nossos rebanhos contra a febre aftosa.

Não quero alongar demasiado estas considerações enumerando outras fáces que não raro transformam em epizoótias, e trazer para aqui outros exemplos, fáceis de citar por tão numerosos de que talvez apenas fôsse difícil a escolha.

Mas, sabem todos, que a brucelose, as verminoses, a raiva, que estão instaladas nas fazendas de criação do Estado do Rio, em caráter quase permanente e que, sem exagêro, constituem um sócio, com polpudas retiradas e às vêzes, não raro, levando todo o lucro, do criador fluminense.

Esta situação — que é a exata pintura do que ocorre, sem tintas que exagerem as cores da tela, mas, no contrário, talvez sejam apenas, agudas esbatidas numa aquarela esmaecida da realidade, determina anualmente, prejuizos que montam a mais de duzentos milhões de cruzeiros — ouviram bem meus senhores — quase a metade do que o povo fluminense contribue para o tesouro do Estado.

E o que se tem feito para debelar esta situação — com a qual de tal forma nos habituamos, que é preciso refletir sôbre ela, atentamente, para vêr quanto é grave e quanto é urgente remediá-la?

Bem pouco, muito pouco, quase nada, aqui, neste Estado e alhures também.

E dizendo assim, não temos apenas o propósito, de simples constatação. E depois, deixar como está, para vêr como fica. Não. Vamos remediar esta situação dando todo o esfôrço, que os poderes públicos, conscientes de seus deveres, devem dar, para que se estabeleça e se organize, em bases concretas, objetivas, um sistema permanente de defesa da população pecuária do Estado do Rio.

Só êste trabalho, que é realizável, e que o Governador Macedo Soares está disposto a realizar e há de realizar, representa meus senhores, para a economia fluminense, um acréscimo, anual, de cerca de duzentos milhões de cruzeiros.

Não são números de fantasia, nem promessas vãs: são dados concretos, propósitos claros e objetivos, e que hão de contar, como já estão contando, com o apôio da esclarecida classe de criadores como tivemos oportunidade de verificar, num contacto com entidades que representavam cêrca de três mil fazendeiros, das cooperativas do nordeste fluminense e que reunidos em assembléia na histórica cidade de Cantagalo, pela voz autorizada de seus líderes, solicitavam que se estabelecesse a vacinação obrigatória, com o único meio eficaz de combater as epizootias, que estão cada vez mais dizimando os rebanhos fluminenses.

Já se estabeleceu assim, dentro da própria classe de pecuaristas fluminenses, a convicção que o combate isolado, feito aqui e ali, de epizootias, não pode defender os nossos rebanhos, e que se impõe, urgentes medidas de ordem geral, de defesa sistemática, de vacinação em massa, da população pecuária defendendo, nosso patrimônio, talvez hoje o maior

patrimônio de economia fluminense, do setor da agricultura e que está hoje, — esta é a verdade verdadeira, — pràticamente indefêso.

Para tanto — meus senhores — é porém necessário que nos organizemos para êste combate. Não basta o propósito para empreendê-lo, nem o ânimo para enfrentá-lo. E' indispensável, como em todos os empreendimentos desta ordem, organizar um plano de combate; dispôr de recursos que não são apenas de ordem financeira — mas, sobretudo de ordem técnica — material representado pelos soros e vacinas e de executivos — as medidas de profilaxia que dirijam e orientem as aplicações, no estado maior dos departamentos do Estado e no campo da prática, nas fazendas de criação.

Sem isso, sem êles, — sem vós e vossos companheiros já egressos das escolas — êste plano, terá apenas o merecimento dos bons propósitos, e ficará, como tantos outros, — de igual natureza — reduzido a mera construção de imaginação.

Sem poder — dentro de tempo que dispomos — em festividades como esta. não me é possível, dar a estas considerações, maior desenvolvimento.

Mas gostaria de ressaltar o quanto é urgente — a criação de maior número de centros de pesquisas — no campo das investigações patológicas de laboratórios ou de rotina, para a fabricação de sôros e vacinas, e outros produtos, para atendimento à solução do problema.

E como fazê-lo, meus senhores, sem a colaboração dos médicos-veterinários?

Urge, só para o setor da defesa da produção animal, uma obra imensa, comportando um longo plano — que deve ser rigorosamente executado — de multiplicação de centros de investigações científicas, de uma grande rêde de laboratórios e institutos para fornecimento de soros e vacinas e produtos veterinários várias espécies e, depois, a criação de uma grande equipe de técnicos, que cobrindo todo o território, dirija, oriente, o trabalho nas fazendas, nos engenhos, nas estâncias, em todos os lugares onde a exploração da produção animal seja realizada.

Para esta tarefa, que é urgente, meus amigos — seria necessário, milhares de médicos-veterinários — só para atender as zonas de maior densidade de população pecuária do país.

Pensae quantidades, acrescentae números, deixae que a imaginação dê largas à sua fantasia, e ficareis por certo, muito aquém do que realmente se precisa, se necessita, do que é urgente ter, para uma defesa regularmente feita, do imenso patrimônio, que representa, para a economia nacional, quase três milhões de animais de espécies domésticas, de que tiram os brasileiros, — ouvi bem senhores — de cuja dependência está o nosso povo — para a sua alimentação — em carne, em ovos, em leite, em produtos de laticínios, em aves, e a defesa nacional, para o trato de sua cavalaria.

Para esta tarefa urgente — sabeis de que o número de ordem de mil e trezentos médicos-veterinários, os que se registraram de 1923 até hoje — muitos dos quais, já falecidos, e outros, fora de suas atividades profissionais, e ainda outros servindo o exército nacional.

Teremos assim, na atividade — para a defesa da produção animal — escassamente setecentos ou oitocentos profissionais, quando precisávamos de dezoito a vinte mil — ouvi bem, meus senhores, de dezoito a vinte mil, para atender às nossas necessidadse, em níveis idênticos ao que ocorre na Argentina, no Uruguay, na Austrália, nos Estados Unidos, na Dinamarca e nos países, enfim, onde a riqueza pecuária é um problema cuidado à sério, criteriosamente atendido e encaminhado.

E as cifras que vos dei, são apenas para o atendimento às necessidades da defesa animal — não havendo mencionado até agora, a obra que temos de realizar, quanto ao fomento da produção, no campo da indústria pastoril — tarefa também ingente e urgente — para que não continue o degradante espetáculo de um país que possuindo o terceiro rebanho bovino do mundo, com carne racionada, com filhas às portas dos açougues, com câmbio negro para a aquisição de alimentos — efetuado pelos que dispõem de recursos, prejudicam às classes mais pobres, — com leite péssimo, vendido à preços inabordáveis, que coloca o Brasil, mesmo nas regiões mais ricas, e nos centros de maiores capacidades aquisitivas, — como o Rio e S. Paulo, entre os centros de mais baixo consumo do mundo, de um produto que é o mais com-

pleto e o mais indispensável dos instrumentos de nutrição humana.

E também, ouvi bem senhores, para que êste alimento tão útil e indispensável — não continue, para as crianças, os doentes e os velhos, do Rio de aneiro, de São Paulo, desta nossa querida cidade de Niterói, para a sua produção, na época de escassês de forragem na dependência direta e imediata de farelo de trigo, que vem da Argentina — colocando o Brasil, que tem campos imensos, de terras as mais adequadas para a criação, que possui, dezenas de variedades de excelentes gramineas forrageiras nativas e aclimadas onde a alimentação verde nunca falta em todo o ano — na mais estrita dependência, para a produção de leite e de ovos, — *mirabile dictu* — da chuva do céu e do farelo do estrangeiro!

O crescente preço do trigo meus senhores, veio pôr em evidência, como uma evidência que incomoda — para usar a expressão de Pedro Lessa — a exata situação do Brasil, em matéria de suprimento de leite — problema que Churchill no parlamento britânico, na hora mais angustiosa da guerra, quando Londres, era tôdas as noites arrazada, pela aviação nazista — dizia que era problema, de defesa nacional, problema de estado exigindo para sua solução, a atenção acurada de seus mais adextrados homens de govêrno de seus mais experimentados administradores.

Nós não podemos resolvê-lo sem à colaboração dos médicos veterinários, de que precisamos, cada dia, em maior número, mais capazes, mais dedicados, mais eficientes.

E por pensar assim, e por entender assim, é que o governador Macedo Soares, está dando a esta escola, a sua mais decidida atenção, e se nas despesas orçamentárias, não figuram com os recursos que lhe foram destinados, na proposta oficial, êles não vos faltarão, no ano próximo.

Podeis estar certos disso, com a certeza dos que prometem para cumprir! E também, nesta mesma ordem de ação, o Govêrno do Estado recebeu como sabeis, com a maior satisfação, a ela dará o seu apoio — a cooperação, que os alunos desta escola, nas suas férias escolares, irão dar aos trabalhos de defesa e de fomento da produção animal, segundo em plano elaborado pela Secretaria de Agricultura, irão percorrendo as fazendas fluminenses, participando de nossos trabalhos, no campo da defesa e do fomento, ensinando — e também aprendendo — em íntimo contacto, com a realidade de nossos problemas, nos seus setores mais variados, em climas, em economia, em método de trabalho.

Estou certo que os futuros médicos-veterinários — bem como a economia agrícola fluminense, irão obter o maior êxito, dêste mútuo contacto e estreita coordenação.

Meus senhores, ouvistes palavras claras e sinceras — de quem pensa, que uma colaboração útil, importa, antes de mais nada, dizer o que sente, e o que sabe — com sinceridade.

Estas palavras, não foram nem de desalento nem de desconfiança, no Brasil, mas ao contrário e expressão do pensamento — de que podemos e devemos confiar no Brasil.

Mas, para tanto, urge dar aos nossos problemas, soluções adequadas, e para tanto, encará-los como são — na sua dura e crua realidade — e não vê-los através de um ufanismo, em que a ralidade seja destorcida pela imaginação ou pior do que isso, por um conformismo, que é por onde sempre começam a degradação das culturas e a ruína das civilizações.

Nem ufanismo, nem conformismo pois Vejamos objetivamente os nosso problemas; ponhamo-los em aquação; encontremos as soluções adequadas, dentro dos meios e recursos reais de que dispomos.

E, como vistes — um grande e importante setor da economia nacional — a ação dos que hoje, deixam esta escola — é de uma importância capital. A êles eu lembro, que onde se estiver, onde fôr necessário, não há maior honra que servir ao Brasil.

E' em nossa Pátria, que eu vos concito, que penseis, quando tantos perigos, tantas fôrças, tantas ameaças, criam para êles — horas difíceis — que hão de ser vencidas para que se prossiga a obra de criação, neste hemisfério, de uma portentosa civilização, com uma cultura bem nossa, dentro das tradições e dos mais alentados meios da técnica.

E' por êste Brasil, grande próspero e feliz, que devemos trabalhar, agir e pensar.

Meus senhores, de pé pelo Brasil!

BANCO DO BRASIL S. A.

1808 — 1948

Sede: — Rua 1.º de Março, n.º 66 — Rio de Janeiro (DF)

★

TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2 % a.a.
DEPÓSITOS POPULARES (limite Cr$ 10.000,00)	4 ½ % "
DEPÓSITOS LIMITADOS:	
Limite Cr$ 50.000,00	4 % "
Limite Cr$ 100.000,00	3 % "
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO:	
Por 6 meses	4 % "
Por 12 meses	5 % "
COM RETIRADA MENSAL DE JUROS:	
Por 6 meses	3 ½ % "
Por 12 meses	4 ½ % "
DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO:	
30 dias	3 ½ % "
60 dias	4 % "
90 dias	4 ½ % "

★

LETRAS A PRÊMIO (sêlo proporcional).

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.

★

O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à Rua 1.º de Março n.º 66, mais as seguintes: BANDEIRA, Rua Mariz e Barros, n.º 44 — BOTAFOGO (em instalação), Rua Voluntários da Pátria, n.º 449 — CAMPO GRANDE, Rua campo Grande, n.º 100 — COPACABANA (em instalação), Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 1.292 — GLÓRIA, Rua do Catete, 238-A — MADUREIRA, Rua Carvalho de Souza, n.º 299 — MÉIER, Avenida Amaro Cavalcanti, n.º 95 — RAMOS, Rua Leopoldina Rego, n.º 78 — SÃO CRISTOVÃO, Rua Figueira de Melo, n.º 360 (esquina da Rua S. Cristovão) — SAÚDE, Rua do Livramento, n.º 63 — TIJUCA (em instalação), Rua Desembargador Isidro, n.º 4 — TIRADENTES, Rua Visconde do Rio Branco, n.º 52 e VILA IZABEL, Avenida 28 de Setembro n.º 412-A.

Notas Sobre o Cereal Adlay

PROF. PAULO PARREIRAS HORTA.

Conhecendo os trabalhos do agrônomo Ubirajara Barreto sôbre o cereal "Adlay", obtido após introdução de sementes oriundas da Bolívia, assim como publicações sôbre o mesmo cereal feitas pelos agrônomos Henrique Löbbe, Pimentel Gomes e intensa propaganda favorável realizada pela revista "Chácaras e Quintais", do Sr. Amadeu Barbielini, resolvi fazer ensaios com o "Adlay" em minha propriedade agrícola.

FIG. I

Tais ensaios se impunham em vista da extrema dificuldade de obter sub-produtos de trigo para alimentação de vacas leiteiras. Graças a sementes obtidas com o engenheiro agrônomo Dario Gonçalves realisei uma plantação de "Adlay" preconisada por Ubirajara Pereira Barreto, da variedade arredondada, clara. Esta variedade, dotada de grande crescimento vegetativo que atinge a 3 metros de altura, é a que vai aqui designada com o nome de Trigo de Adlay e é a comumente encontrada.

A plantação foi feita em terrenos de várzea, frescos, mesmo úmidos, semeiando-se 2 a 3 sementes, com a distância de 1 metro, após 12 horas de imersão em água.

O resultado foi uma magnífica vegetação, conforme se pode ver na foto 1, que aqui apresentamos.

Acompanhamos com interêsse a evolução da cultura do Adlay, tomando nossas observações e tendo em vista que se tratava de plantação realizada em terras não adubadas, nas vizinhanças da vila de Ipiabas, na Rêde Mineira de Viação, a 750 metros de altitude, em local situado no Município de Barra do Piraí.

Os resultados obtidos nos satisfizeram plenamente e resolvemos pedir o auxílio dos ilustres técnicos do Instituto de Química Agrícola, a fim de acompanharmos,

com análises rigorosas e autênticas, a marcha dos trabalhos.

Tivemos o privilégio de obter todo o auxílio e bôa vontade do Dr. Taygoara Fleury de Amorim, Diretor do Instituto e de seu ilustre chefe da Seção de Alimentação Dr. José Almeida da Silva.

Após a cultura do Adlay claro, comum, redondo, tive conhecimento, por intermédio do ilustre professor Dr. Arthur Torres Filho, digno Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, dos trabalhos do distinto engenheiro agrônomo Antonio Carlos Pestana sôbre o Adaly e sobretudo sôbre uma variedade escura, alongada, estriada, que Pestana denominou "Adlay Anão". Essa variedade teve êsse nome em virtude de só atingir a 60 ou 70 centímetros a altura de sua parte vegetativa.

Deu-nos o professor Arthur Torres Filho, 20 sementes escuras recebidas do Dr. Antonio Carlos Pestana. Tendo entregue 4 dessas sementes ao eminente amigo professor Silvio Brauner, ficamos com 16 e, plantadas estas, verificámos só terem germinado 12, porquanto foram encontradas 4 sementes intactas no terreno.

Esta variedade anão proporcionou-nos uma surprêsa — sua muito maior precocidade em relação à variedade comum e o rendimento de sementes obtido, que realmente nos impressionou.

Semeiadas as sementes em 13-11-46, estavam úmidas em 20-11-46 e em 8 de janeiro de 1947 formavam 4 bonitas touceiras, onde a 15 do mesmo mês já aparecia a formação das primeiras sementes.

Em 13-4-46 foi cortada uma das touceiras e pesada a parte verde (785 gramas) foram separadas as sementes, que pesaram

FIG. II

400 gramas. 200 gramas destas sementes foram entregues aos drs. Taygoara e Almeida, do Instituto de Química, assim como a parte vegetativa, para análise.

Logo em seguida fiz cortar as outras três touceiras e verifiquei ter obtido um rendimento total de sementes das 4 touceiras correspondente a 1.700 gramas.

Pesadas 10 gramas de sementes, verifiquei corresponder êsse pêso a 85 sementes escuras, donde, portanto, o total de 14.450 sementes, correspondentes às 1.700 gramas obtidas.

A fotografia n.º 2, aqui apresentada, mostra as 4 touceiras de 0m,60 de altura,

já com as sementes maduras, pouco antes do corte.

Efetuado o corte, próximo ao solo, verificamos a rapidez com que surge a nova vegetação e a grande riqueza em perfilhamentos, havendo contudo 32 perfilhos em uma das touceiras.

Graças à dedicação dos drs. Taygoara e José Almeida da Silva, do Instituto de Química, foram feitas várias análises, das sementes das 2 variedades plantadas, a comum e a anã, com casca e sem casca.

santíssimas análisse das sementes e da parte vegetativa do Adlay comum e do Adlay Anão, o prof. Torres Filho referiu-se às mesmas em sessão da Sociedade Nacional de Agricultura e solicitou-nos as comunicássemos aos dignos sócios presentes, entre os quais ilustres técnicos do Ministério da Agricultura.

Foi tal o interêsse por estas análises que todos solicitaram sua publicação na "A LAVOURA", a fim de servirem de

FIG. III

Essas análises correspondem às anteriores, realizadas pelo Instituto de Química e publicados pelo agrônomo Ubirajara Pereira Barreto.

Mas, foram também feitas análises da parte vegetativa do Adlay, quer da variedade grande, comum, quer da variedade anã.

Êste material colhido e pesado no local, pelo próprio dr. Almeida, apresentou resultados que, creio, servirão de muito aos que quizerem aproveitar o Adlay como forragem verde.

Tendo mostrado ao ilustre professor Arthur Torres Filho estas séries de interes-

contribuição ao estudo de tão precioso cereal.

Era nossa intenção, de acôrdo, aliás, com o que assentáramos com os eminentes técnicos do Instituto de Química Agrícola, drs. Taygoára e Almeida, realizar uma investigação mais volumosa e demorada e só então publicar êstes resultados.

No entanto, a solicitação premente do ilustre Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e de seus dignos companheiros de diretoria nos obrigou a entregar estas notas para conhecimento dos leitores da "A LAVOURA".

Vamos continuar êstes estudos e já começamos a plantar as sementes obtidas da variedade anã, de Pestana, e vamos incentivar a plantação da variedade comum.

Temos visto que os animais aceitam com a melhor boa disposição quer as sementes, picadas ou moidas, de Adlay, com casca ou sem casca, assim como se deliciam com sua parte vegetativa.

Faz parte de nosso programa de 1948 aproveitar a variedade anã como produtora de sementes e a variedade comum para ser usada, sobretudo, como forragem verde, dadas as ótimas qualidades evidenciadas pela análise química da parte vegetativa, antes da formação dos grãos, realizada pelo Instituto de Química Agrícola.

São as seguintes as análises:

N.º 24.320 — Sementes de Adlay comum, claro, arredondado, com casca.

N.º 24.268 — Parte vegetativa do Adlay comum, antes do aparecimento de sementes.

N.º 24.260 — Parte vegetativa do Adlay comum, *já* com sementes maduras.

N.º 24.331 — Adlay anão, escuro, alvejado, sementes sem casca.

N.º 24.317 — Adlay anão, sementes com casca.

N.º 24.318 — Adlay anão, parte vegetativa, retirada pouco antes da colheita com os grãos em plena maturação.

CÓPIAS DOS BOLETINS DE ANÁLISE

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.331

Data da recepção da amostra: 17-4-47.

Data da remessa do boletim: 17-5-47.

Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.

Especificações dadas pelo remetente: Trigo de Adlay anão (sementes sem casca).

Objeto de análise — Análise completa da semente sem casca.

O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

Umidade	14,02
Extrato etéreo	7,14
Proteina real	13,78
Extrato nitrogenado	0,22
Extrato não nitrogenado	62,39
Celulose	0,59
Resíduo mineral	1,86
	100,00
Fósforo em P^2O^5	0,59%
Cálcio em CaO	0,00%
Proporção das cascas	39,00%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1947.

(assinado) T. Amorim.

Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.320.

Data da recepção da amostra: 19-4-47.

Data da remessa do boletim: 17-5-47.

Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.

Especificações dadas pelo remetente: Trigo de Adlay (sementes com casca).

Objeto de análise — Análise completa.

O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

Umidade	12,18
Extrato etéreo	12,18
Proteina real	10,83
Extrato nitrogenado	0,55
Extrato não nitrogenado	57,13
Celulose	7,46
Resíduo mineral	6,28
	100,00
Fósforo em P^2O^5	0,73%
Cálcio em CaO	,0,10%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1947.

(Assinado) T. Amorim.

Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.318.
Data da recepção da amostra.
Data da remessa do boletim.
Remetente da amostra.
Especificações dadas pelo remetente — Trigo de Adlay anão (parte vegetativa). (Pouco antes da colheita, grãos em plena maturação — foto II).
Objeto de análise — Análise completa.
O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

	Na subst. verde	Na subst. sêca
Umidade	70,00	
Extrato etéreo	0,65	2,16
Proteina real	1,52	5,07
Extrativo nitrogenado . .	0,22	0,73
Extrativo não nitrogenado	14,48	48,28
Celulose . . .	8,94	29,81
Resíduo mineral	4,19	13,95
	100,00	100,00
Fósforo em P^2O^5	0,05	0,18%
Cálcio em CaO	0,08	0,25%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1947.

(Assinado) T. Amorim.
Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.317.
Data da recepção da amostra: 17-4-47.
Data da remessa do boletim: 17-5-47.
Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.
Especificações dadas pelo remetente — Trigo de Adlay anão (semente c/casca).
Objeto de análise — Análise completa.
O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

Umidade	14,02
Extrato etéreo	5,36
Proteina real	9,30
Extrativo nitrogenado	0,87
Extrativo não nitrogenado . . .	52,18
Celulose	10,76
Resíduo mineral	7,73
	100,00
Fósforo em P^2O^5	0,59%
Cálcio em CaO	0,00%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1947.

(Assinado) T. Amorim.
Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.268.
Data da recepção da amostra: 3-3-47.
Data da remessa do boletim: 19-4-47.
Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.
Especificações dadas pelo remetente — Trigo de Adlay (parte vegetativa) (Em vagem, antes da semente, retirada pelo Dr. Almeida). (Foto I).
Objetos de análise — Análise completa.
O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

	Na subst. verde	Na subst. sêca
Umidade	87,00	
Extrato etéreo	0,28	2,18
Proteina real	0,46	4,04
Extrativos nitrogenados .	0,06	0,49
Extrativos não nitrogenados	6,53	49,74
Celulose	4,54	34,84
Resíduo mineral	1,13	8,71
	100,00	100,00

Fósforo em P^2O^5	0,02%	....	0,15%
Cálcio em CaO	0,02%	....	0,15%
Cálcio em CaO	0,02%	....	0,15%
Açúcares redutores em glicose	1,08%	....	11,35%

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1947.

(Assinado) T. Amorim.
Diretor.
Taygoara Fleury de Amorim

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.260.
Data da recepção da amostra.
Data da remessa do boletim.
Remetente da amostra.
Especificações dadas pelo remetente — Parte vegetativa do Trigo de Adlay (Já tinha grãos) — Foto 3.
Objetos de análise — Análise completa.
O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

	Na subst. verde		Na subst. sêca
Umidade . . .	87,00		
Extrato etéreo	0,30	.....	2,31
Proteina real .	0,94	.....	7,21
Extrativos nitrogenados .	0,20	.....	1,55
Extrativos não nitrogenados	6,03	.....	46,42
Celulose	4,07	.....	31,26
Resíduo mineral	1,46	.....	11,25
	100,00	.....	100,00

Fósforo em P^2O^5	0,03%	....	0,27%
Cálcio em CaO	0,04%	....	0,30%

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1947.

(Assinado) T. Amorim.
Diretor.
Taygoara Fleury de Amorim

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

☆

Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade

☆

Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda Camara
Diretor

☆

Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor-Técnico

☆

Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente

☆

Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º
Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro

☆

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

TERRA BRASILEIRA

NUNCA foi tão lembrada a frase de Nilo Peçanha — A terra é o nosso melhor banqueiro como agora, quando a situação dos principais produtos dela nos recorda, a cada passo, o triste estado a que estamos reduzindo o solo brasileiro.

Durante séculos não fizemos mais que devastar a terra. Derrubamos as matas, abrimos caminho à erosão, extinguimos as camadas de "humus" com os mesmos processos da agricultura nômade indígena, e descobrimos, de súbito, que a terra não era tão dadivosa quanto fez acreditar Pero Vaz Caminha ao venturoso D. Manuel.

Na realidade o que a terra nega ao brasileiro hoje é culpa do brasileiro de ontem. E se não nos desincumbirmos da tarefa de redenção do velho solo gasto por tantas gerações dissolutas, e de proteção do que resta das ambicionadas manchas férteis, legaremos aos nossos filhos e netos um solo improdutivo do qual só resultará uma nação fraca e pobre.

Temos que mergulhar na terra as raízes do progresso nacional. A estrutura industrial da nova civilização nacional não se manterá vigorosa se lhe faltar a base sólida de uma economia agrícola robusta. Uma economia agrícola desta natureza está a exigir do homem um conhecimento profundo do solo, porque ela é, tanto quanto a indústria, uma etapa superior de civilização.

Acredito que o novo interêsse pela terra, demonstrado não sòmente pela preocupação dos economistas mas pela atividade dos administradores e estudo dos técnicos, resultará extraordinàriamente benéfico para a economia nacional. E' auspicioso constatarmos como vincam as testas dos responsáveis ao serem lidas as estatísticas que mostram a diminuição da produção por hectare em muitas culturas básicas. De um modo geral, o povo vai tomando conhecimento do drama que encerram os números frios destas estatísticas.

A iniciativa da revista *"O Observador"*, sempre vigilante na defesa da terra, publicando os mais recentes estudos sôbre a ciência do solo, através a conferência de técnicos pela mesma promovidas, as necessidades nacionais de fertilizantes e a diminuição do consumo "per capita" em virtude da diminuição relativa da produção de certos gêneros alimentícios, deve produzir os seus melhores efeitos com a leitura pensada por parte de todos, de assuntos tão importantes para o país.

Valentim F. Bouças

HILARIO LUIZ LEITÃO

"A Lavoura" cumpre o doloroso dever de registrar o falecimento, ocorrido no ano passado, do dr. Hilário Luiz Leitão, diretor técnico da Sociedade Nacional de Agricultura.

Entusiasta das coisas da agricultura, Hilario Leitão sempre demonstrou particular interêsse pelo trabalho da Sociedade, a que se afeiçoou de forma especial. Sobretudo nas últimas diretorias, de que participou em seguidos mandatos, foi um colaborador dos mais eficiente e solicitos. Entregou-se de corpo

e alma às tarefas que, nos últimos tempos, mais preocuparam a Sociedade, quais a da construção da nova sede e a da organização, associativa, Membro de numerosas comissões, a diretoria contava sempre com o concurso de Hilario Leitão, pronto, caloroso e decidido. Colaborou também nas colunas desta Revista, sendo de notar-se um trabalho da sua lavra que bem reflete os seus pendores e as suas preocupações pelas coisas da Agricultura: a sugestão para a fundação de uma Academia Brasileira de Agricultura. A sua proposição não se concretizou ainda, mas, como as outras profissões, a ciência dos trabalhos da terra terá um dia quem, aceitando a idéia patriótica, lhe dará o órgão científico imaginado por Hilario Leitão.

A sua Seção no *Correia da Manhã* era das publicações agricolas que mais se destacavavam na imprensa especializada do pais.

A agricultura, a Sociedade e os muitos amigos que o seu trato cativante e simples soube grangear, pranteiam o seu desaparecimento, quando muito ainda era licito esperar da inteligência, da generosidade e do patriotismo acendrado de Hilário Leitão.

A Diretoria da Sociedade participou de todas as homenagens que, por ocasião do seu passamento, lhe foram tributadas, inclusive lançando na ata dos trabalhos da Sessão imediata um voto de profundo pezar, ao qual se associa esta revista com o pequeno registo que ora insere.

Damos a seguir alguns dados biográficos do saudoso brasileiro.

Nasceu a 28 de setembro de 1881, no Distrito Federal, filho do Sr. Luiz Leitão (propagandista da República) e de D. Emilia d'Avila Leitão.

Estudos: Primários no Colégio Americano, no Rio de Janeiro; secundários no Ginásio Nacional (Pedro II), no Rio de Janeiro; superiores no Curso de Agrimensura e Arquitetura Civil, tendo-se diplomado em 1900; é ainda Contador Provisionado.

Profissão: Funcionário Público aposentado e Jornalista.

Cargos anteriores: Ingressou, por concurso, no Ministério da Fazenda, 1905; Funcionário da Alfândega de Santos, 1905-09; do Tesouro Nacional, 1909-11; nomeado, por concurso, funcionário no Ministério da Agricultura, em 1911, e percorrendo, neste, tôda a carreira até chegar ao posto de Diretor de Seção da Secretaria do Estado, em 1930; designado, no mesmo Ministério, para servir no Gabinete do titular da pasta, acompanhando, nesse caráter, a discussão do orçamento no Congresso Nacional; Organizador, em 1930, da Diretoria de Contabilidade da nova Secretaria de Educação e Saúde, então criada; Diretor Geral dêsse Departamento, 1931; Membro do Conselho Administrativo do Fundo de Educação e Saúde, 1932; aposentado em 1937.

Foi redator da Seção Agrícola do "Correio da Manhã", desde 1927, seção esta premiada com medalha de ouro em 1929, na 1.ª Exposição de Horticultura como o mais completo órgão de divulgação de assuntos agro-pecuários; Diretor do "Almanaque" que o Correio da Manhã vem editando desde 1939.

Comissões: Inúmeras, quer no Ministério da Agricultura quer no Ministério da Educação e Saúde, tais como a de Presidente e Examinador de Bancas Examinadoras para provimento de cargos na Secretaria de Estado e Inspetoria de Águas e Esgotos; membro da Comissão de Reforma do Código de Contabilidade; da Comissão de Revisão das Taxas de Ensino Superior e Secundário; da Comissão que recebeu e julgou as propostas para adução de águas do Ribeirão das Lages para o abastecimento de águas do Distrito Federal, etc.

Congressos: Congresso Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro.

Agremiações profissionais, científicas e culturais: E' diretor técnico da Sociedade Nacional de Agricultura; sócio da Associação Brasileira de Imprensa; membro do "Terrey Botanical Club"; sócio benfeitor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro; sócio benemérito da Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais, etc.

Casado com Dona Alba Trinas Leitão.

Sôbre a Cultura da Soja

J. GONÇALVES CARNEIRO.

Há muito tempo que não se fala, entre nós, da soja, dessa planta asiática maravilhosa e que segundo alguns, até faz milagres.

Vamos, pois nos ocupar dêsse antiquíssimo vegetal que certamente, quando bem conhecido em nosso meio, poderá constituir uma formidável fonte de riqueza, como acontece na China, no Japão e, principalmente, na Mandchúria.

A soja é uma vegetal utilíssimo, catalogado na família das leguminosas, o qual vem sendo cutlivado na Ásia, principalmente na China, há mais de quatro mil anos. No Japão, foi a soja utilizada para completar as rações de arroz, substituindo com vantagem a carne, o leite e os ovos, em virtude da sua alta porcenem substâncias azotadas e gordurosas. Nos países asiáticos, esta utilíssima planta não foi considerada sòmente sob o ponto de vista da alimentação, pois, também pode ser usada até como medicinal e, por isso, entrar no regime dietético dos artriticos, dos diabéticos, dos dispépticos e dos nervos.

Há mais de quarenta anos, a Mandchúria tornou-se o centro da cúltura da soja, com uma produção formidável e possuindo perto de novecentos fábricas para extração do apreciado óleo e de outros produtos dessa utilíssima planta.

A primeira exportação de soja Mandchúria para os países ocidentais foi em 1908, e a partir daquela época, a sua aplicação tem aumentado dia a dia, sendo hoje em dia, produto de grande exportação e conhecido como um dos de maior renda em todo o mundo.

Nos países ueropeus já se tentou a cultura da soja mas, até hoje, esta leguminosa não se desenvolveu como na Mandchúria, por falta de terras apropriadas e, também, pela ausência, no solo, de uma bactéria, possìvelmente especificada, talvez de uma raça especial, que auxiliasse o seu desenvolvimento.

Na América do Sul, é possìvelmente o nosso país, onde se possa cultivar soja com maiores vanatgens.

Há anos, os imigrantes japoneses a introduziram no Estado, já sendo conhecida por numerosos agricultores paulistas. Pelas experiências realizadas há mais de vinte anos por esses mesmos lavradores japoneses, se verificou que a soja produz bem e, em melhores condições, sob clima de sol do que na Mandchúria, onde a sua cultura só é possivel uma vez por ano, ao passo que, aqui, se pode cultivá-la duas vèzes, e ainda se colhe mais 30% do que lá, sendo, também, superior a porcentagem de óleo.

Existem para mais de 900 variedades de soja e, parece-nos, não haver outra leguminosa que contenha, como a soja, tão alta porcentagem de óleo (15-23%), e proteina (25 45%). Ora, assim sendo, a aplicação da soja certamente, cada vez mais, se desenvolverá nos inúmeros ramos de indústria.

Contam-se mais de 100 de suas aplicações, dos seus grãos, da torta e do óleo. Da soja pode se obter os seguintes produtos: — leite de soja, queijo, farinha (pão, biscoitos, macarrão) "Shoyu", molho, massa de soja, ("Miço"). O óleo e seus sub-produtos têm aplicações diversas como sucedâneos do óleo culinário, banha, manteiga, sendo também usado na iluminação, na fabricação de esmaltes, da glicerina, do celuloide, nos sucedâneos da borracha, como lubrificantes, na fabricação de lecitinas, de tintas para velas, de vernizes e de muitas outras utilidades.

Com a caseina se prepara "sojalito" ou pedra de soja que é um material plástico semelhante à lactite, à banquelite com o qual se fabricam várias peças tais como isolantes para eletricidade, canetas, podendo ser utilizado ainda no fabrico de condimentos, de doces, de chocolate, de fermentos, na adubação, como forragem, aproveitando-se os grãos, a torta e a rama da soja, esta última quando ainda verde.

Como adubo, utiliza-se muito a torta, por ser melhor do que adubos químicos e bem rica em azoto orgânico.

O que é também notável na soja, é que ela como as demais leguminosas, enriquece o solo, pela fixação do azoto atmosférico, constituindo êste ponto um

importantíssimo fator para a sua adoção, principalmente na "caféicultura" de São Paulo, como cultura associada. Até hoje parece que não se pôde encontrar uma planta em estado de feno e ensilagem, como a soja, que servisse para ser intercalada no cafezal, sem prejudicar o café e que além disso, ainda beneficiasse o solo.

O preparo da terra para a cultura da soja é facílimo e se faz da mesma fórma que para a cultura do feijão comum, nas épocas chamadas das águas e da sêca.

A soja dá-se bem nos mesmos climas em que o milho e o feijão são cultivados tem ainda, a grande vantagem da sua evolução normal ser insensível, quando outras plantas se ressentem da falta de água.

Planta-se como o milho e o feijão, em linhas distanciadas 40 cms. a 60 cms. uma das outras, fazendo-se pequenas covas de 18-30 cms. de distância, nas quais se deitam 3-5 sementes, gastando-se, assim de 50 a 70 quilos por alqueire.

Pode-se intercalar bem a cultura da soja com outras plantas, como o milho, café, algodão, trigo, etc., sempre com excelentes resultados. Nos cafezais e nos laranjais, a soja pode ser plantada entre as linhas da plantação, beneficiando a mesma, conforme experiência do nosso conhecimento.

A época de plantação da soja, é geralmente a seguinte: — "soja das águas", desde agôsto a dezembro, a "soja da seca", de janeiro a março. No cafezal planta-se convenientemente de setembro a dezembro, depois de acabar a colheita e a esparramação. Depois de se plantar a semente na cova, é conveniente comprimí-la com o pé ou com um rolo de pau.

O tratamento dispensado a soja é igual a qualquer dos nossos feijões, pois é bastante fazer umas carpas, isto é, a primeira quando está crescendo (um palmo de altura, com 4-5 folhas), chegando-se ao mesmo tempo, bastante terra ao pé e a segunda carpa, pouco antes da floração. Para grandes culturas de soja, o cultivador "Planet" ou outro do mesmo tipo, presta ótimos serviços, e permite a um homem e um animal, limpar uma grande área.

A soja é pouco perseguida pelos insetos, mas, há uma grave doença fungosa que a ataca. A formiga "sauva" é conhecida como grande inimiga da soja.

A cultura da soja intercalada no cafezal pode ser feita uma vez por ano, depois de acabada a colheita do café e pode ser semeada de outubro a dezembro.

Um cafezal novo, até 4 anos, pode-se plantar de 3 a 4 linhas e gastar de 20 a 30 litros de sementes por 1.000 pés, produzindo 40 a 60 sacos de 60 kgs. conforme o solo e o tratamento dispensado.

Em cafezal mais velho de 5 a 10 anos, convêm plantar 2-3 linhas, gastando de 15 a 20 litros de sementes, como produção média de 30 a 50 sacos por 1.000 pés de café.

Em cafezal velho, planta-se 2 linhas, produzindo de 10 a 12 sacos por 1.000 pés. Uma linha dará de 6 a 7 sacos, gastando de 10 a 15 litros de semente.

O ciclo vegetativo da soja é de breve duração, não indo, entre nós, além de 4 meses, conforme a variedade e época da plantação. Quando bem desenvolvida, a soja, atinge de 60 a 80 cms. de altura ,podendo-se começar a colheita quando a folha se tornar amarela e cair ao chão, o que indica o amadurecimento do grão. Na colheita, pode-se arrancar os pés, do mesmo modo como se procede com o feijão, sendo, entretanto, mais aconselhado cortar o pé com facão, retirando-o para o terreiro, onde se bate com uma barra ou se passa pela máquina debulhadora.

A produção por área oscila, segundo a variedade, a natureza, o preparo do solo e cuidados culturais.

A soja possue cêrca de 900 variedades como já dissemos, porque, parece que só podemos contar com umas 20, como tipo de exportação e, ao mesmo tempo com elevada porcentagem de gordura. As melhores variedades de soja foram obtidas pela seleção e cruzamento no Instituto de Soja, de Koshure, na Mandchúria.

As terras de São Paulo produzem bem a soja, em qualquer zona, como já dissemos, não sendo difícil, ao que parece, igualar a sua produção à da Mandchúria. Devemos plantar variedades superiores, escolhidas, de tipos exportáveis, a fim de oferecer-mos um produto "standard" logo que a situação internacional permita.

A cultura da soja, intercalada no cafezal cançado, certamente dará lucro di-

retamente aos colonos e indiretamente ao fazendeiro pelo "cafezal limpo", aumentando ainda, a fertilização do solo, pela fixação do azoto atmosférico e incorporação de maior massa de húmus.

Os fazendeiros poderiam vender a soja produzida na fazenda e comprarem ou trocarem por "torta de soja" para adubação de seus cafezais, sendo êsse o melhor modo econômico e prático de rejuvenescer os cafezais velhos.

A soja é a planta mais aproveitável para inúmeros ramos da indústria, sendo um artigo grandemente aceitável em todos os mercados em situação normal e devido ao seu aproveitamento sempre crescente em tôdos os ramos da indústria, não corre o perigo de uma super-produção.

Para o Estado de São Paulo, há ainda a grande vantagem de estar quase na metade da distância em que está a Mandchúria dos mercados americano se brevemente dos europeus, reduzindo, assim, o frete marítimo, barateando, portanto, o produto.

As linhas acima foram compiladas para atender a um leitor desta Capital interessado na cultura desta preciosa leguminosa.

(Do Boletim da Superintendência dos Serviços de Café, S. Paulo, 1946).

As Estações Experimentais e o Futuro da Lavoura de Cacau

Na sessão de diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, realizada a 2 de outubro, o Dr. Pedro Fontes, seu diretor técnico, antigo Presidente do Instituto do Cacáo da Bahia, grande lavrador desse produto nesse e no Estado do E. Santo, pronunciou a seguinte palestra:

"Senhor Presidente, ilustres consócios:

Lí a conferência que o Dr. Pedro Cerqueira Lima pronunciou nesta Sociedade sôbre os vários problemas da lavoura cacaueira e apreciei o acerto das suas conclusões.

O Presidente desta casa, que é um espírito objetivo, — atendendo ao apêlo do conferencista, já se entendeu com o Exm.º Ministro da Viação sôbre as obras do pôrto de Ilhéus, velha e justa aspiração dos cacauicultores do sul bahiano.

Colhe assim a lavoura os primeiros frutos dessa brilhante conferência.

Outros problemas, porém, estão a reclamar a nossa atenção e de alguns aqui me ocuparei na esperança de, focalizando-os, obter a intervenção prestigiosa da Sociedade Nacional de Agricultura.

Refiro-me, Senhor Presidente, ao estudo dos *processos de cultura do cacaueiro; preparo do produto* e *defesa contra as pragas*, cujos encargos-grandemente pesados, acima das suas possibilidades, estão exclusivamente sôbre os ombros frágeis do Instituto do Cacáu da Bahia, autarquia de âmbito estadual, que não dispõe de recursos materiais para executar um amplo programa de experimentação e pesquisas.

Na parte referente à cultura são múltiplos os assuntos a investigar, tais como:

a) Estudo sôbre o clima do cacaueiro e determinação consequente da área apropriada a essa cultura em cada Estado;

b) Como se comportam no nosso meio as diferentes qualidades e qual a melhor a ser propagada — se o cacáu chamado *creoulo de Venezue*la, com amêndoas brancas, sem amargo, de valor comercial mais elevado, apropriado ao preparo do chocolate fino e que foi introduzido no nosso País pelo ilustre padre Torrand ou a qualidade *forasteira*, mais rústica, com amêndoas violetas, sabor amargo, que é pràticamente a única que temos cultivado até agora;

c) Dentro da própria qualidade *forasteira* estudar a melhor variedade entre o "Comum", "Pendão Verde", "Pará", Pará-Maracujá", "Maranhão-Miudo", "Maranhão-Graúdo", etc., que são plantadas a esmo, conjuntamente, facilitando maior hibridação, além de outros inconvenientes. Assim, na mesma roça encontram-se variedades que têm frutos com amêndoas maiores e menores;

frutos de casca grossa e portanto mais resistentes, podendo a colheita ser mais demorada e frutos de casca fina, que apodrecem mais depressa; variedades mais ricas em polpa e que por isso fermentam melhor e mais depressa e outras menos ricas, com fermentação mais demorada; variedades cujos frutos resistem mais às pragas, enquanto outros são mais sujeitos às mesmas.

Daí resulta a impossibilidade de uma boa padronização do produto, encontrando-se na mesma partida, por essa e outras causas, amêndoas grandes e pequenas; amêndoas bem fermentadas e amêndoas violetas, consequente a má fermentação; amêndoas estragadas; constituindo graves defeitos de classificação.

d) Melhor processo de propagação vegetativa do cacaueiro e se por sementes (como é feito até hoje) ou por enxertia e qual o processo mais prático de realizá-la;

e) Fisiologia da flor do caucaueiro; determinação dos agentes polinizadores e fecundação artificial;

f) Estudos de genética para obtenção de indivíduos, com qualidades mais aperfeiçoadas, como se obteve para o algodão e se procura obter para o café;

g) Sombreamento do caucaueiro — gráu ótimo; árvores mais apropriadas, produtoras ou fertilizantes;

h) Compasso de plantação, que atualmente varia de 22 até 12 palmos, prejudicando o desenvolvimento da árvore e a sua produção;

i) Desbrota e poda — seu melhor processo e época em que deve ser realizada;

j) Restauração do cacaueiro — meios de obtê-la;

k) Vantagens da adubação e como deve ser realizada;

l) Outros e variados itens a esclarecer e que deixo de citar para não alongar esta palestra.

Na parte referente ao preparo do cacáu devemos focalizar, entre outros, os seguintes itens:

a) Estudo do gráu ótimo de fermentação e meios de obtê-la uniforme;

b) Secagem artificial do cacáu, sem os inconvenientes até agora apresentados;

c) Sub-produtos do cacáu e o seu aproveitamento com a industrialização;

d) Padronização do cacáu para melhor cotação nos mercados compradores.

As pragas do cacaueiro constituem o capítulo mais importante, pela grave ameaça que representam para nossa economia, se considerarmos que o cacáu figura na nossa balança comercial, como o 3.º ou 4.º produto da exportação e concorre com quase 2/3 do orçamento da Bahia.

São várias as pragas do cacaueiro. Algumas mais benignas, como a *ferrugem* (dificultando, entretanto, na colheita a escolha do fruto sazonado); a *podridão parda* (que prejudica às vêzes até 1/3 da safra); o *queimá*, que definha o cacaueiro.

Outras mais graves e fatais, como a *vassoura de bruxa* que está destruindo os cacáuais da América Central e que já invadiu ao que consta, os da Amazônia e essa *outra praga*, tão perigosa quanto a *vassoura de bruxa*, que está assolando os cacáuais da Costa do Ouro e para a qual não há até hoje combate eficiente, procurando os técnicos isolar os focos, destruindo pelo fogo os cacaueiros doentes e os da circunvizinhança.

No combate às pragas, hoje tão enriquecida com os novos inseticidas, há a considerar o uso imoderado dos mesmos, tendo em vista os insetos, agentes polinizadores da flor do cacaueiro e portanto fatores de uma boa safra.

Por êsse despretencioso relato, feito à voil d'ouseau, por um leigo no assunto, ver-se-á a importância dos estados experimentais no futuro da lavoura cacaueira.

O Instituto de Cacáu da Bahia, mantendo a estação de Água Preta, tem prestado relevantes serviços ao País e particularmente à Bahia, estudando e esclarecendo vários itens aqui citados.

Louvores merecem os seus técnicos, à cuja frente está o Dr. Sostenes Miranda, seu Diretor.

Mas a verdade é que os seus estudos não podem deixar de ser deficientes, não só pelo seu caráter regional, como também porque a Estação não dispõe dos

recursos materiais, que a importância e complexidade do assunto estão a exigir.

O Diretor Técnico do Instituto, no seu relatório de maio de 1943, dizia-me: "O acêrvo de realizações referentes ao cacaueiro, empreendidas pela Seção Técnico-Agrícola do Instituto de Cacáu da Bahia, no que tange à experimentação, é importante e precioso sôbre todos os aspectos, mas não muito volumoso, *estando realmente aquém das necessidades da lavoura e da importância do cacáu na economia do Estado*".

Antes da revolução de 30 o Govêrno Federal mantinha duas estações experimentais para cacáu — a de *Goytacazes*, no Espírito Santo, e a de *Água Preta*, na Bahia.

Pouco tempo depois de vitoriosa a revolução, o Govêrno Federal alegando falta de verba no orçamento, passou o custeio dessas duas estações para os respectivos Estados.

A de Goytacazes teve os seus laboratórios, ainda novos em folha, desmontados e o material remetido para outras repartições federais.

Mantida daí em diante exclusivamente pelo Estado, tem ficado a cargo de um agrônomo, sem estudos especializados. Não dispondo de técnicos auxiliares, nem de laboratórios e tendo uma verba restrita, nenhum serviço prestou no setor experimental, à lavoura cacaueira do Rio Doce, que, incipiente, muito precisava da sua orientação.

A estação de Água Preta, como disse, entregue a título precário ao Estado da Bahia e por êste transferida ao Instituto do Cacáu, que vem mantendo-a, com sacrifício, sem nenhum auxílio ou subvenção do Govêrno Federal ou do Estado, prejudicando assim outros serviços que lhe competiam.

Além das despezas pròpriamente com o custeio da Estação, tem o Instituto realizado outras para melhor desempenho dêsse encrago, tais como construções de edifícios na Estação de Água Preta; viagens de técnicos à América do Norte para especialização em estudos de biologia e visitas aos cacauais da América Central, etc.

Convencido da impossibilidade do Instituto de Cacáu poder, desamparado como estava, corresponder às necessidades da lavoura nesse setor experimental, esforcei-me, quando Presidente do Instituto, para o Govêrno Federal retomar o custeio da Estação de Água Preta.

No meu relatório de 43, apresentado ao Govêrno do Estado, dizia eu:

"*Estação Experimental de Água Preta* — O Instituto tem se esforçado, conforme o ofício abaixo transcrito, para o Govêrno Federal retomar a Estação Experimental de Água Preta, que é de sua propriedade, tendo sido entregue ao Estado, logo depois da revolução de 1930, a título precário, e por êste, nas mesmas condições, ao Instituto do Cacáu.

Com essa Estação o Instituto já gastou cêrca de Cr$ 4.000.000.000,00, sem qualquer auxílio do Govêrno Federal e do Govêrno do Estado.

Esta situação não poderá continuar:

1.º) — porque o Instituto não dispõe de recursos para dar-lhe o desenvolvimento que ela precisa, se realmente quizer ser mais útil à lavoura de cacáu. Basta dizer que não tem químico, nem biologista, para se concluir que é precário o seu funcionamento.

2.º) — a manutenção dessa Estação, mesmo em tais condições, tem prejudicado a "assistência técnica", que o Instituto devia, com essa verba, prestar, in loco, aos fazendeiros, dividindo a zona cacaueira em circunscrições; tendo em cada circunscrição um agrônomo para visitar as fazendas e ministrar aos lavradores ensinamentos sôbre escolha do terreno e plantio do cacáu; trato cultural, colheita, processo de fermentação e secagem; organização de escrita; levantameno da cadastro das fazendas; avaliação da média de produção em cada zona, etc.

3.º) — Mesmo que o Instituto tivesse recursos para organizar a Estação, em bases mais amplas, compreendendo como tal organização

das divisões de química, biologia e agronomia, cada qual entregue a um técnico, com laboratório ou aparelhagem apropriada e uma escola prática de ensino agronômico, especializado no trato da lavoura de cacáu os filhos dos lavradores, encontraria dificuldade para fazê-lo, uma vez que a Estação lhe está entregue, por um simples ofício da Interventoria, a título precário, podendo ser retomada a qualquer momento pelo Estado ou pela União.

Urge, portanto, uma providência, pois a lavoura de cacáu, que é a mais importante da Bahia, precisa de estudos mais completos.

Assim pensando dirigi um ofício ao Senhor Ministro da Agricultura, por intermédio da Interventoria, e, quando estive no Rio, tratei pessoalmente do assunto, sem obter qualquer solução.

Ao regressar, dei conta ao Senhor Interventor dessas minhas providências, no meu ofício de 22 de janeiro de 1942, nos seguintes termos:

"Encaminhei, por intermédio de V. Excia. um ofício ao Senhor Ministro da Agricultura, sôbre a Estação Experimental de Água Preta, alvitrando:

a) — que o Govêrno Federal retomasse essa Estação, que foi por êle entregue ao Estado a título precário e pelo Estado ao Instituto de Cacáu, nas mesmas condições.

O Instituto organizaria, também um serviço de cooperação com a Estação Experimental, na base das despezas que hoje faz e que são de 400 mil cruzeiros anuais, aproveitando os agrônomos que estão a seu serviço, ficando a seu cargo a parte de fomento da produção.

A zona cacaueira do Estado seria dividida em 10 circunscrições, ficando a cargo de um agrônomo cada uma dessas circunscrições.

b — que o Govêrno Federal, em vez de retomar a Estação Experimental, auxiliasse o Instituto, dando-lhe uma subvenção de 25.000$000 por mes ou sejam 300 contos por ano, para o Instituto poder dar maior desenvolvimento à Estação Experimental.

c) — que, não querendo o Govêrno Federal aceitar nenhuma dessas sugestões, auxiliasse ó desenvolvimento da Estação Experimental, cedendo ao Instituto, técnicos que venceriam pelos cofres federais, tais como, químicos, biologistas, etc.

O Estado poderia cooperar como achasse mais acertado".

Infelizmente o Sr. Ministro Apolonio Sales não pôde tomar decisão a respeito e a Estação de Água Preta continua exclusivamente a cargo do Instituto de Cacáu da Bahia, cujas condições financeiras não lhe permitem dar aos estudos experimentais o desenvolvimento que a importância da cultura está a exigir

Somos, portanto, forçados a reconhecer que a lavoura cacaueira merece um programa mais amplo, com uma rêde de Estações experimentais dotadas de laboratórios e dirigidas por técnicos especializados, que felizmente já os possuimos, formados em Água Preta.

Faço um apêlo ao Presidente desta Sociedade para conseguir que as estações experimentais de *Goytacazes* e *Água Preta* retornem ao Govêrno Federal, a quem pertencem, e que outras estações sejam criadas, notadamente na região amazônica, cujos terrenos férteis e profundos e cujo clima propício abrem amplas perspectivas, passando tôdas a fazerem parte da cadeia de estações experimentais do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, como orgãos do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Se, porém, a União quizer retomar essas Estações, que faça entrega definitiva das mesmas aos respectivos Estados para serem dirigidas pelas suas Escolas de Agronomia. Serão subvencionadas pelo Govêrno Federal e o Instituto de Cacáu dará a sua cooperação no campo, junto aos lavradores.

Dessa ou daquela forma, o que é certo é que precisamos organizar, antes que seja tarde, um serviço eficiente de aperfeiçoamento e defesa de uma cultura de grande valor econômico, que está ameaçada de ser invadida por pragas fatais.

TRATADO COM O CHILE

A Sociedade Nacional de Agricultura, atendendo à solicitação da Câmara dos Deputados emitio o seu Parecer na parte do Tratado com a Nação Chilena relativa à fixação do azôto atmosférico e do salitre do Chile.

Êsse parecer foi subscrito pelos Srs. Arthur Torres Filho, Prof. Antônio Barreto, Ênio Luiz Leitão e Kurt Repsold.

PARECER

A comissão designada por esta Sociedade a fim de dar parecer a respeito do convênio comercial com o Chile, na parte relativa à proibição da instalação, no país, pelo espaço de três anos, de fábricas para a fixação do azôto atmosférico, é pela rejeição dessa imposição, quando não fôsse pela notória inconveniência de uma tal estipulação, por coerência com os pontos de vista desta Sociedade, de há muito expendidos.

Em 1926, tratou esta Sociedade da matéria, aprovando as conclusões de uma conferência de seu consócio Dr. Lourenço Granato, em que estudava e preconivaza a implantação, no Brasil, da indústria da fixação do azôto atmosférico, "como base de sua riqueza agrícola em tempo de paz e como garantia da defesa nacional, em tempo de guerra."

Em 1943, o representante da classe agrícola no Conselho Federal de Comércio Exterior, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo no seu justo conceito a importância de uma tal indústria no país, visando justamente aqueles fins, apresentou uma indicação, que foi relatada pelo Conselheiro Alves de Sousa, cujo parecer, adotado pela Câmara de Produção, recomendou ao plenário a seguinte resolução:

"O Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo tomado conhecimento dos estudos realizados pela Comissão Especial designada para estudar a implantação em nosso país das indústrias de fixação do azôto atmosférico e da produção de ácido sulfúrico, recomenda ao Govêrno as seguintes providências:

1 — Declarar o Govêrno que concederá os seguintes favores especiais para o estabelecimento das referidas indústrias em nosso país:

a — isenção de direitos e taxas de importação para o material e a maquinária destinados à construção das fábricas que não possam ser adquiridos no país;

b — isenção dos impostos que possam recair sôbre a instalação da fábrica, as matérias primas nelas utilizadas e os produtos nelas fabricados, pelo prazo de dez anos a contar da aprovação dos projetos daquela;

c — garantia de tarifas mínimas, pelo mesmo período, para o transporte das matérias primas e dos produtos referidos;

d — garantia de facilidade de crédito para a instalação das indústrias mencionadas.

2 — Fixar, como condições para a concessão dos favores acima discriminados, além das condições de idoneidade dos pretendentes dos mesmos favores, as seguintes:

I — Para a indústria de fixação do azôto atmosférico:

a — Produção mnima diária de 30 (trinta) toneladas de amoníaco e produção das quantidades de ácido nítrico e produtos azotados principalmente os destinados à agricultura dentro de mínimos que forem fixados pelo Govêrno, de acôrdo com a produção de amoníaco da fábrica;

b — demonstração de que poderão fabricar os seus produtos por preços capazes de suportarem a concorrência dos produtos similares importados, aos seus preços normais;

c — uso do processo da síntese do amoníaco, dando-se preferência, para obtenção de hi-

drogênio necessário ao método eletrolítico e, para obtenção do nitrogênio, ao método da liquefação do ar e sua posterior distilação fracionada ou ao de queima do hidrogênio em presença do ar.

II — Para a indústria do ácido sulfúrico:

a — Produção de enxôfre e ácido sulfúrico, em quantidades a serem fixadas dentro de uma previsão razoável de aumento do nosso consumo desses produtos;

b — utilização, para essa produção, das piritas de carvão nacional;

c — demonstração de que poderão fabricar êsses produtos por preços compatíveis com os preços normais de produtos importados que lhes sejam semelhantes.

3 — Designar uma Comissão de técnicos, presidida por um membro do Conselho Federal de Comércio Exterior não só para o estudo das propostas que fossem apresentadas para a instalação das indústrias mencionadas, mas ainda para continuar e detalhar os estudos referentes às mesmas indústrias.

4 — Designar dois membros dessa Comissão para realizarem nos Estados Unidos, um estudo detalhado dessas indústrias."

Logo que a Sociedade teve conhecimento dos termos do Convênio Comercial com o Chile, manifestou em sua sessão de 16 de junho dêste ano o seu ponto de vista em princípio desfavorável à impossibilitação da indústria do azto atmosférico no país, por prejudicar, consideràvelmente, o futuro agrícola do Brasil, sem falar nas consequências que também daí adviriam para a nossa defesa militar.

Por êsse convênio, ficaria o Brasil, pelo sepaço de três anos, obrigado a não estabelecer "usina ou usinas de fabricação de fertilizantes nitrogenosos sintéticos, inclusive amoníaco e ácido nítrico sintético". Além disso, ainda se comprometia o nosso govêrno a "não dar facilidades nem conceder privilégios ou proteção aduaneira a qualquer pessoa de natureza pública ou privada para o estabelecimento de fábricas com o objetivo de que trata o projeto acima".

Ora, a aprovação de uma tal estipulação é o contrário exato de tudo o que tem sido considerado como conveniente ao país, no seio de suas asscoiações técnicas e, até, em orgãos oficiais de orientação econômica.

Além de caro, o salitre do Chile não é a matéria prima ideal para a obtenção dos sub-produtos de que carece a nossa lavoura. Devemos, nesse e em outros casos, seguir a orientação mais econômica, isto é, utilizar o quanto possível os nossos próprios meios para a obtenção de uma produção volumosa e barata. Dispomos, além de outros elementos de menor importância para a fabricação do azôto, de grande reserva de energia elétrica. Esta, a água e o ar são as matérias primas de que necessita uma grande indústria de azôto. Para que, pois, ficarmos jungidos a uma importação estrangeira, de difícil acesso e por isso mesmo muito mais problemática nas ocasiões anormais, quando, em nosso próprio território, dispomos de meios mais que suficientes para a obtermos sem dificuldade?

E' por isso que a Sociedade Nacional de Agricultura é pela rejeição dessa parte do Convênio, e insiste na adoção de planos que, sem tardança, possibilitem a indústria da fixação do azôto atmosférico no Brasil.

O esgotamento de nossas terras exige uma providência de imediata restauração e não seria com a simples importação de salitre do Chile que resolveríamos o grave problema do empobrecimento das nossas terras de cultura.

E' passada a fase do desbravamento e do esgotamento das nossas terras. Estamos, agora, no período do *aproveitamento*, para facilitar a distribuição, que a dificuldade de transporte vem agravando, pelo contínuo avanço às terras novas. Devemos, pela fertilização, aproximar as zonas de produção dos centros de consumo, e isto sòmente será conseguido pela adubação inteligente, farta e barata das terras cansadas.

Do ponto de vista agrícola, a Sociedade Nacional de Agricultura considera prejudicial aos interêsse do Brasil qual-

quer retardamento na indústria nacional do azôto sintético, mormente agora que a instalação de grandes usinas elétricas como a de Paulo Afonso e outras, dariam a energia barata necessária a uma indústria econômica de azôto sintético.

As iniciativas, de resto, já em adiantado desenvolvimento no país, no que respeita a essa indispensável indústria, aconselham cuidado na solução a ser dada ao assunto.

Em conclusão, a Sociedade Nacional de Agricultura, julgando interpretar os interêsses das classes rurais, e muito longe de pensar no enfraquecimento da nossa tradicional amizade com a Nação Chilena, é levada, neste caso, a reconhecer que êste assunto tem sua íntima ligação com a nossa vida econômica e até mesmo no que toca aos nossos graves problemas atuais de alimentação, pelo que não podemos prescindir dessa indústria *nacional*, como um imperativo ao nosso progresso e bem estar.

Ass. — Dr. Arthur Torres Filho
Prof. Antonio Barreto
Dr. Enio Luiz Leitão
Dr. Kurt Repsold
Dr. Eumenes Marcondes de Melo

O ALGODÃO
NA ECONOMIA NORTE-RIOGRANDENSE

O deputado José Augusto, na sessão da Câmara dos Deputados de 10 de novembro, pronunciou um discurso tratando do algodão sob vários aspectos, especialmente no que toca ao Estado do Rio Grande do Norte. Os conceitos e as opiniõse emitidos pelo ilustre parlamentar, cujo nome, há longos anos, ilustre os quadros da administração da Sociedade, se revestem de grande oportunidade, dado o papel fundamental que o algodão representa não sòmente na vida dos países produtores, como o Brasil, mas em geral na de tôda a civilização. Além disso, a autoridade do orador justificam a transcrição que "A Lavoura" ora faz do notável estudo do deputado José Augusto, divulgando-o entre os seus leitores.

Discurso do deputado José Augusto proferido na sessão do dia 10 de novembro de 1947.

O Sr. José Augusto — Sr. Presidente, há poucos dias, creio que a 28 de outubro findo, pronunciei nesta Casa longo discurso, em que procurei examinar a situação de um produto brasileiro, o sal, em face da economia nacional e, mais particularmente, em face da economia do Estado que tenho a honra de representar — o Rio Grande do Norte, que é, pela qualidade e pela quantidade, o líder, no Brasil, dêsse ramo da nossa produção.

Hoje, vou ocupar-me de outro assunto econômico. Desta vez, será o algodão o objeto do meu estudo. Da mesma maneira que estudei o sal, em face das suas possibilidades no Rio Grande do Norte, venho estudar o algodão, diante da economia universal e diante da economia brasileira, mas, muito especialmente diante da economia norte-rio-grandense. Se, na terra potiguar, não lideramos a política brasileira, quanto à quantidade, em matéria de algodão, somos incontestàvelmente seus líderes, quanto à qualidade. E' que condições particulares, talvez de ordem cósmica, fazem com que o algodão de fibra longa, preferido pela indústria de tecidos finos no mundo inteiro, tenha, num trecho norte-rio-grandense, o seu *habitat* natural.

Não é preciso acentuar que, estudando o problema do sal como o do algodão, eu não me coloco apenas do ponto de vista regional, mas também do ponto de vista nacional, de vez que êsses dois produtos concorrem, qualitativa e quantitativamente, um, e qualitativamente o outro, de maneira ponderável para o fortalecimento na nossa pátria.

O algodão na economia universal

E' irrecusável, Sr. Presidente, a importância do algodão na economia uni-

versal. À proporção que a humanidade se civiliza, ela se vai vestindo cada vez mais, o que quer dizer que vai consumindo crescentemente o algodão, de modo que a preciosa fibra é tanto mais influente no consêrto da economia universal quanto mais avança a civilização, e os dados estatísticos mundiais revelam o progressivo desenvolvimento da produção e do consumo algodoeiro por tôda a parte civilizada do mundo.

Tenho estatísticas, em face das quais se revela essa marcha ascencional da lavoura algodoeira por tôda a parte do mundo; não só da lavoura como também do comércio e do consumo.

Há, aqui, por exemplo, Sr. Presidente, a referente aos anos de 1911 a 1929, na qual se encontram dados completos em relação ao consumo, não só na Inglaterra, como nos Estados Unidos em tôda a Europa, na Ásia e demais regiões do globo, e são as seguintes:

CONSUMO MUNDIAL DE ALGODÃO

Em milhões de fardos

Anos	Inglaterra	Europa	E. Unidos	Ásia	Outros	Total
1911 — 13	4.274	7.995	5.244	4.350	1.079	22.942
1922 — 23	2.770	5.158	6.616	6.437	1.062	22.043
1923 — 24	2.718	5.329	5.605	5.973	771	20.396
1924 — 25	3.235	6.363	6.142	6.509	1.060	23.309
1925 — 25	3.022	7.210	6.400	6.635	1.419	24.686
1926 — 27	3.010	7.552	7.132	7.372	1.073	26.139
1927 — 28	2.904	8.056	6.711	6.591	1.219	25.541
1928 — 29	2.800	8.112	7.033	6.720	1.217	25.882

Agora, Sr. Presidente, dados mais recentes à exportação algodoeira dos vários países do mundo. Em 1935, período anterior à guerra, 13.393.000 fardos; em 1939, 12.417.000 fardos. Em 1939, período de guerra, quando a exportação mundial foi de 12.417.000, esta exportação, como era natural decreceu de 6.755.000 fardos a 4.947.000. Passada a guerra, retornamos à marcha ascendente. Em 46, a exportação mundial foi de 9.147.000 fardos; em 46, de 9.446.000.

Eis o quadro exato:

Anos (Lniciado em 1.º de agôsto)	Pardos de 500litras
1925	13.393.000
2936	14.019.000
1937	12.259.000
1938	11.853.000
1939	12.417.000
Período de guerra:	
1940	6.755.000
1941	5.524.000
1942	4.247.000
1943	3.901.000
1944	4.847.000
Período de após guerra:	
1945	9.147.000
1946	9.466.000

Quanto a países isoladamente, e considerados apenas os dois últimos anos, a exportação é a seguinte:

Principais países exportadores	1945-46 fardos de 500 lbs.	1946-47 fardos de 500 lbs
Estados Unidos	9.147.000	9.466.000
Brasil	1.462.000	1.619.000
Egito	862.000	1.467.000
Índia	850.000	833.000
Perú	425.000	358.000
México	263.000	189.000
Argentina	125.000	57.000
Rússia	400.000	350.000
Outros	1.158.000	953.000
Total	9.147.000	9.466.000

Verifica-se que os Estados Unidos continuam com o primado, com a liderança da política algodoeira do mundo, sendo o primeiro na exportação da fibra preciosa. Em 1945-46, 3.602.000 fardos; em 1946-47, 3.640.000 fardos, conquistando o Brasil, que ocupava até então o quinto ou o sexto lugar, o segundo com 1.462.000 fardos, em 1945 e 1946; e, 1.619.000 fardos em 46-47.

O que é claro, Sr. Presidente, é que as condições advindas da guerra, com a influência, talvez, embora menor, de alguns fatores atmosféricos, determinaram por algum tempo um certo declínio na produção algodoeira mundial, que se refletiu em todos os países.

O Sr. José Arnaud — Posso acrescentar, como subsídio ao discurso de V. Ex.ª, que nos Estados Unidos a produção algodoeira caiu de 3 ou 4 milhões de fardos. Na safra de 1947 e 1948 os Estados Unidos esperam um aumento de 6 milhões de fardos. Apenas no Brasil há êsse decréscimo assusatdor, haja vista o caso de São Paulo, cuja estimativa para o ano de 1948 baixou de 160 milhões para 130 milhões. No nordeste, como V. Ex.ª sabe, êsse decréscimo é quase 50% como constatamos na Paraíba.

O Sr. José Augusto — O aparte do nobre colega antecipa o que ia dizer firmado em informações da "Fôlha da Manhã" de São Paulo, edição de ontem, na qual se acentua que a produção melhora no corrente ano, acrescentando-se que o Departamento de Agricultura norte-americano calcula que a safra mundial, relativa ao período 47-48 deverá atingir a 26.100.000 fardos, o que representa um aumento de 21% sôbre o ano de 1946 quando se colheram ..... 21.508.0000 fardos significando um acréscimo de 33% em confronto com a do ano precedente; a mexicana parece que não sofrerá sensível alteração, e se elevará a 464.000 fardos.

Na China a área cultivada com algodão está sendo ampliada desde o fim da guerra, isto é, a partir de meados de 1945, esperando-se uma colheita de .... 2.150.000 fardos, em comparação com 925.000 em 1946 e 1.820.000 no ano da vitória sôbre o Japão. A da Índia deve ser aproximadamente de 3.300.000 fardos. Na Argentina, pelo que se julga, alcançará 400.000 fardos, mais 99.000 que no ano findo. No Perú acredita-se igualmente no aumento da safra corrente, havendo outrossim notícias alviçareiras quanto à constante progressão da área plantada. No Egito as estimativas assinalam uma colheita de 1.262.000 fardos, 10.000 fardos mais que em 1946. Na União Soviética a meta para 1947 é de 2.935.000 fardos, quando no ano passado foram produzidos sòmente 2.200,000.

Assim, confirmando o aparte do nobre Deputado, a fase do declínio passou e a produção mundial do algodão retoma o seu caminho ascencional atendendo, dêsse modo, às necessidades do desenvolvimento industrial e as da própria civilização.

O algodão na economia norte-americana

Mas, quando se fala de algodão no mundo, cogita-se, antes e acima de tudo, dos Estados Unidos, cuja política algodoeira é, boa parte, o lastro sôbre o qual, assenta a prosperidade econômica daquele país. De tal importância é a política algodoeira na Norte-América que, muitas vêzes, modifica os rumos de tôda a sua política. Também êsse país, conforme acentou o ilustre colega, e as estatísticas o demonstram, teve seu período de esmorecimento e declínio na lavoura algodoeira, mas o que ali se fez se orientou, desde logo, com o objetivo de imprimir eficientes rumos à produção e expansão do algodão, seguindo-se, como se tem feito em tantas oportunidades, a poltica de subsídios e auxílios à lavoura, conduzindo-a a retomar o seu curso normalmente ascendente.

A propósito, lembrarei que um dos líderes norte-americanos, Senador Peace, alarmado com o declínio verificado, indicou, na chefia de uma Comissão especial do Congresso americano, os rumos que cumpria serem seguidos a fim de que a face do declínio passasse e fôsse reatado o surto progressista. Ficou então essa política, que tão bons resultados está dando, nos sete pontos seguintes: primeiro, a seleção progressiva das sementes; segundo, a defesa das terras, contra a erosão; terceiro, a escolha de variedades apropriadas às diversas regiões do país; quarto, o deslocamento da produção das zonas de alto custo para as de baixo custo; quinto, o combate às pragas; sexto, a melhoria da qualida-

de do algodão; sétimo a eliminação de variedades desnecessárias.

Com êsse programa e essas práticas, fácil foi à grande nação, que tem a sua economia algodoeira estruturada em bases sólidas, retomar o curso ascencional.

Mas, Sr. Presidente, há outras nações, também grandemente produtoras de algodão e influindo no comércio universal.

O Sr. José Arnaud — Há pouco, V. Ex.ª declarou que o subsídio era um dos pontos básicos da política americana. Efetivamente, os Estados Unidos chegaram ao ponto de assegurar ao exportador americano $ 08 por 10 livras pêso, na exportação do algodão, com a finalidade única de poder o exportador americano competir com o brasileiro, dado o pouco valor do nosso algodão muito valorizado, para que o exportador competisse, pagava-se $ 0,08 por 10 libras, ou 14 cruzeiros por 5 quilos.

O Sr. José Augusto — Era aspecto novo da política seguido, aliás por outras nações. Do ponto de vista americano — vamos dizer a verdade — era e é uma política muito inteligente e prática, embora nociva ao Brasil.

O Sr. José Arnaud — Revela exclusivamente a proteção que êle dispensa ao algodão.

O Sr. José Augusto — Traduz, o interêsse que tinha pelas suas riquezas econômicas.

Ao lado dos Estados Unidos, porém, há outros países que, senão pelo volume, mas por outros aspectos, pesam na política algodoeira universal, entre êles o Egito, a Índia, e mesmo na América Latina, o Perú, o México e a Argentina.

O algodão na economia brasileira

Quanto ao Brasil, sempre tivemos no algodão uma das fontes da nossa vitalidade econômica. Desde os períodos mais remotos da nossa História, a lavoura algodoeira despontou e começou a expandir-se; condições particulares do solo favoreceram-lhe a evolução.

Basta considerar a nossa crescente produção algodoeira nos anos que vão de 1932 a 1944.

Anos	Toneladas
1932	76.416
1933	147.684
1934	284.504
1935	396.306
1936	349.853
1937	409.539
1938	438.928
1939	433.853
1940	465.180
1941	510.395
1942	376.954
1943	496.444
1944	587.193

O algodão na economia paulista

E' de notar que a início o algodão existia apenas no norte do país, fazendo-se a sua exportação pelos portos do Maranhão e Pernambuco, conforme se assinala na História Econômica do Brasil, de autoria do Senhor Roberto Simonsen. Em períodos que remontam a mais de 100 anos, a exportação, brasileira se fazia, por aquela época, fartas e abundantemente. Daí para cá a evolução se fêz mais ràpidamente, sendo que de início, e até há pouco tempo, São Paulo participava de maneira insignificante neste ramo de produção agrícola.

O Sr. Toledo Piza — São Paulo só produzia para seu consumo interno.

O Sr. José Augusto — E isto mesmo de maneira insuficiente.

O Sr. José Arnaud — Hoje, não produz mais para seu consumo.

O Sr. José Augusto — Como o espírito prático que caracteriza seu povo e com o senso de realidade econômica com que seus homens de Estado sempre se orientaram, São Paulo, empregando os melhores processos, soube improvisar ràpidamente a lavoura algodoeira.

Segundo as estatísticas da distribuição geográfica da produção algodoeira, em todo o Brasil, verifica-se que, em 1930, o Norte produzia 91% do algodão do Brasil e São Paulo e todo o Sul produziam apenas 9%, cabendo ao grande Estado apenas 3%.

O Sr. Herbert Levy — No govêrno do emiente Dr. Armando Sales Oliveira, achando-se o distinto colega Sr. Toledo Piza à testa da Secretaria de Agricultu-

ra, compreendeu êste a necessidade de organizar tècnicamente, desde a base, a produção agrícola. E assim tendo feito, deu-lhe características de solidez que permitiram êsse surto. Infelizmente, nos últimos tempos, não se pode dizer a mesma coisa, pois a organização técnica fraquejou e, consequência, estamos assistindo a uma restrição na produção.

O Sr. José Augusto — Agradeço o aparte do nobre colega. Conheço a participação do ilustre Deputado Sr. Toledo Piza no desenvolvimento do surto algodoeiro em São Paulo e a benemerência de sua atividade sob êsse aspecto.

O Sr. Toledo Piza — Muito agradecido ao ilustre orador.

O Sr. José Augusto — Em 1930, a produção de São Paulo, no cômputo geral da produção algodoeira no Brasil, era 61,0 atingindo ascencionalmente a 79,0 em 1944.

Daí para cá São Paulo entrou em fase de declínio, passando a 68,0 em 1945 e a 61,0 em 1946.

As próprias áreas cultivadas se restringiram, acompanhando a produção. Cabe, agora, examinar as cousas dêsse fenômeno.

O Sr. Toledo Piza — A primeira causa foi o desmantelamento do serviço técnico e científico do algodão organizado no Govêrno do senhor Armando Sales Oliveira.

O Sr. José Augusto — Aqui tenho o inquérito mandado fazer pela Secretaria da Agricultura de São Paulo, no qual se acentuam que as causas foram as seguintes:

1. Condições climatéricas desfavoràveis.
2. Ocorrência exagerada de pragas e moléstias.
3. Falta de rotação de culturas.
4. Falta de combate à erosão.
5. Empobrecimento do solo e falta da adubação.
6. Espaçamento exagerado.
7. "Shedding".
8. Granizo.
9. Plantação tardia.
10. Falta de braços.

Além dêsses fatores primordiais, foram apontados pelos agrônomos regionais os seguinte, como tendo igualmente concorrido para diminuir a superfície semeada com algodoeiro ou mesmo para reduzir a produção média por alqueire: baixo preço do produto e instabilidade das cotações; falta completa de financiamento ou financiamento limitado; encarecimento e arrendamento das terras; alta do café; aumento do cultivo feito pelo Plano de Emergência; falta de sementes da variedade I. A. 711-028 preferida em certas zonas do Estado; emprêgo inadequado de certas máquinas agrícolas como seja "o bico de pato"; plantação intercalada de milho e outras plantas.

Como se vê, causas várias, além das de ordem pròpriamente administrativa, determinaram êsse declínio. São Paulo, porém, não se deixa vencer fàcilmente, diante de dificuldades dessa espécie. Por isso, já surgem nos jornais, nas revistas, nas sociedades agrícolas os mais amplos debates, procurando encontrar os remédios a fim de debelar os males e poder o Estado retomar sua posição preponderante nesse ramo de produção.

O Sr. Herbert Levy — Infelizmente, ainda, nesta safra reproduziu-se a deficiência que já se vinha observando: a da má germinação das sementes. Acabei de percorrer o interior de São Paulo, onde recolho uma série de reclamações quanto à qualidade das sementes. Daí a responsabilidade direta do Serviço Técnico da Secretaria de Agricultura.

O Sr. José Arnaud — Outra causa que vai influir na diminuição da safra de 47 e 48 reside na circunstância de terem sido distribuídas 4% a menos do que a área plantada o ano passado.

O Sr. José Augusto — Mas, como já disse, São Paulo não se desencoraja fàcilmente, e prepara-se para retomar a sua posição na vida algodoeira do Brasil. Aqui tenho um estudo feito por um dos grandes técnicos, um dos maiores conhecedores do problema no Brasil, — o Sr. Garibaldi Dantas, que indica, como programa recuperador da lavoura de São Paulo, os oito pontos seguintes:

1) — Reestruturação e ampliação dos órgãos técnicos da Secretaria da Agricultura responsáveis pela seleção e multiplicação de sementes, fiscalização de usinas, padronização e classificação,

defesa contra as pragas, combate à erosão e fiscalização de adubos;

2) — Ampliação e facilitação do crédito agrícola aos lavradores de algodão;

3) — Intensificação das práticas de adubação;

4) — Rotação das culturas;

5) — Aproveitamento racional das terras, através de métodos culturais adequados às atuais variedades algodoeiras e às que forem criadas;

6) — Mecanização das lavouras;

7) — Combate à erosão;

8) — Combate às pragas.

Não há, Sr. Presidente por que ter desalentos quanto à São Paulo em matéria de produção algodoeira. Estou certo de que São Paulo, com o seu poder de realização e com as qualidades práticas que caracterizam seus homens de negócios e de Estado, retornará, em breve, ao bom caminho, e passará a concorrer poderosamente para que o Brasil se apresente nos mercados de consumo universal, sem desmerecer a situação que já agora conquistou — a de segundo país fornecedor de algodão nos mercados do mundo.

Claro está, porém, que não vim aqui discutir o algodão de São Paulo, do Brasil, dos Estados Unidos, da Índia, nem do Egito, mas para examinar o algodão que conheço de perto, pois sou filho da zona de Seridó, aquela que produz, não em quantidade, mais em qualidade o melhor algodão do Brasil.

O algodão na economia norte-riograndense

O Rio Grande do Norte é Estado que vive do algodão, e a quase totalidade da sua população nele vai haurir as suas fontes de vida. O algodão, o ouro branco, pode-se dizer, é a peça principal da armadura econômica do meu Estado. Cultivado secularmente, tem tido fases de fastígio e declínio, mas a constância com que o norte-riograndense se dedica à sua lavoura procurando melhorá-la e aperfeiçoá-la, revela amplamente o interêsse que sempre experimentou pela cultura da preciosa fibra.

Há estatísticas, em face das quais se evidencia o cuidado e o esmero que temos pela nossa cultura algodoeira.

As minhas estatísticas começam em 1907, quando a nossa produção era de 24.716 kgs, e vão, no primeiro período, até 1935, quando atingiu a 23.719.298 kg. Faltam-me os dados relativos aos anos de 1936, que encontro, apenas, em uma entrevista do ex-diretor do Serviço de Algodão, já falecido, e técnico de grande competência, o Sr. Juvêncio Mariz de Lira, em que se vê que, naquêle ano, o total foi de 30.536.000 toneladas.

A seguir, temos a estatística de 1938 a 1946, em que partimos de 20.166.066 toneladas de algodão descaroçado, ou 66 milhões de algodão em carôço, para atingir a 70 milhões em carôço e ..... 29.000.000 descaroçado, em 1946.

E' a constância de um esfôrço, tanto mais de salientar quanto no Rio Grande do Norte, temos um fator negativo: as longas estiagens periódicas, as secas. Todos êsses dados revelam entretanto, que a cultura algodoeira nos tem acompanhado em tôda a evolução da nossa história político-econômica como a fôrça principal sôbre a qual assenta a prosperidade do Rio Grande do Norte.

Eis os dados:

MÁQUINAS AGRICOLAS:

Arados — Cultivadores — Cortadores de cana e capim — Debulhadores de milho — Desintegradores — Engenhos de cana — Grades de discos e dentes — Pás de cavalo, etc.

Produtos Veterinários
DOS LABORATÓRIOS

Raul Leite S. A. — Leivas, Leite & Cia. — Vital Brasil — Farmacopecuária Ltda. — Usinas Químicas Bras., e outros

Agro Industrial Máquinas A. I. L. Ltda.

RUA URUGUAIANA N.º 147

Rio de Janeiro

ALGODÃO EXPORTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
De 1907 a 1935

Ano	Quilograma	Valor oficial	Direitos
1907	5.024.716	3.735:409$107	298:032$735
1908	3.628.632	2.556:337$769	216:873$049
1909	6.898.841	5.526:165$493	379:908$335
1910	10.866.114	8.502:690$605	690:951$660
1911	14.197.682	10.367:980$112	871:636$264
1912	12.226.807	8.477:872$829	726:192$564
1913	9.711.107	7.747:100$762	718:753$74[illegible]
1914	5.381.266	3.286:404$665	310:945$02[illegible]
1915	5.460.624	4.318:663$900	345:507$117
1916	4.350.489	8.220:716$610	761:584$059
1917	8.674.848	20.131:260$897	1.937:212$518
1918	9.137.714	29.897:298$100	2.253:814$990
1919	5.367.093	13.760:907$643	1.295:448$681
1920	5.283.017	12.309:067$950	1.094:588$366
1921	10.568.805	17.026:504$964	1.261:726$180
1922	12.367.811	31.584:672$229	2.060:200$003
1923	9.434.373	49.631:372$591	4.387:305$458
1924	6.890.450	32.143:287$444	3.054:931$444
1925	9.924.815	32.143:827$379	3.202:529$957
1926	11.246.561	23.514:414$026	2.243:592$401
1927	12.654.265	36.422:666$430	3.477:984$741
1928	9.685.671	32.413:803$502	3.126:504$728
1929	16.120.997	44.085:903$304	4.328:775$492
1930	10.729.632	22.090:287$768	2.250:911$297
1931	12.888.037	30.861:863$920	3.193:254$297
1932	7.054.182	25.246:788$000	2.606:285$847
1933	11.535.221	33.186:582$380	3.472:322$096
1934	22.973.964	68.469:835$110	7.067:222$472
1935	23.719.298	90.382:029$750	9.356:194$653

Faltam-me os dados relativos a 1936, e aqui estão os que obtive de 1937 a 1946

Anos	Pêso em quilos	Valor comercial
1937	23.079.165	93.244.734,00
1938	24.527.916	93.351.190,00
1939	20.267.787	76.512.514,00
1940	22.941.107	88.673.009,00
1941	25.646.649	106.379.528,00
1942	14.053.999	86.006.765,00
1943	2.739.543	23.196.844,00
1944	20.253.495	191.827.792,00
1945	17.840.465	135.180.650,00
1946	28.497.814	253.854.229,00

Como essas cifras demonstram, o Rio Grande do Norte tem no algodão o seu principal suporte.

E assim é dever dos seus governos olhar para os problemas que lhe são correlatos com o mais vivo interêsse. Foi por isso que, quando exerci a administração da minha terra, encarei de frente as necessidades fundamentais da preciosa riqueza no cumprimento de cujo programa decretei a criação do Serviço Estadual do Algodão, visando o desenvolvimento da cultura algodoeira, a divulgação dos processos culturais e de beneficiamento, mais racionais e econômicos, a determinação das variedades algo-

doeiras, melhoramentos adaptáveis a cada região, o aperfeiçoamento dos tipos privilegiados e a ampla distribuição de sua semente na região delimitada, o combate às moléstias e insetos nocivos ao algodoeiro, especialmente as lagartas do capulho e da fôlha, a estatística da área cultivada, produção, consumo e exportação do algodão e seus derivados, o registro e fiscalização dos estabelecimentos de beneficiaar algodão e a repressão das fraudes, no comércio do produto, a sua classificação oficial, de acôrdo com os padrões oferecidos pelo Serviço Federal, e bem assim a sua boa colocação nos mercados nacionais e estrangeiros. (1)

Não contente com isso, firmei, como governador, em 30 de dezembro de 1926, no Ministério da Agricultura, então ocupado pelo Sr. Lyra Castro, um acôrdo constante de 14 cláusulas, assim expresso:

"Aos 30 dias do mês de dezembro de mil novecentos e vinte e seis, presentes, na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, o respectivo Ministro de Estado, doutor Geminiano Lira Castro, por parte do Govêrno Federal da República dos Estados Unidos do Brasil e o Deputado Federal Dr. Juvenal Lamartine de Faria, como representante do Govêrno do Estado do Rio Grande do Norte.

Primeira — O Govêrno Federal, tendo em vista o que estabelece o artigo segundo do decreto número dezesseis mil cento e vinte dois, de onze de agôsto de mil novecentos e vinte e três, acorda com o Govêrno do Estado do Rio Grande do Norte a manutenção, sob a direção técnica do Serviço do Algodão, dos serviços relativos à produção, beneficiamento e comércio do algodão do Estado, que será feito de conformidade com o regulamento a que se refere o aludido decreto número dezesseis mil cento e vinte e dois, e as cláusulas constantes do presente acôrdo.

Segunda — Ficarão a cargo do Govêrno Federal:

a) — Instalação e custeio de, pelo menos, três fazendas de sementes;

b) — o serviço de combate à lagarta rosada;

c) — a fiscalização dos descaroçadores, usinas e prensas de algodão;

d) — repressão das fraudes no comércio do algodão e divulgação dos padrões oficiais de classificação;

e) — a organização da estatística da produção, comércio e indústria algodoeira do Estado.

Terceira — O Govêrno Federal continuará a manter e custear a Estação Experimental de Seridó.

Quarta — Todo o pessoal empregado nos serviços de que trata a cláusula segunda, será de livre escolha e nomeação do Govêrno Federal, observadas as condições de que tratam os artigos trinta e nove, quarenta, quarenta e um, quarenta e dois, quarenta e três, quarenta e cinco, quarenta e seis do citado regulamento.

Quinta — O Estado concorrerá anualmente, para a execução dos serviços de que trata a cláusula primeira, com a quantia de cem contos de réis ..... (100:000$000) que será entregue, em duas ou três prestações, ao Delegado do Serviço de Algodão no Estado, após a justificação das despesas feitas com as quantias recebidas no exercício anterior e prova que o Govêrno Federal despendeu, em idêntico período com a execução dêsses serviços, importância equivalente ao dôbro daquela quantia.

Sexta — Essas provas poderão ser proporcionalmente aumentadas ou diminutas na razão de dois terços para a União e um terço para o Estado do Rio Grande do Norte, de acôrdo com os recursos dados para tal fim pelos respectivos Congressos.

Sétima — O Govêrno Federal apresentará anualmente ao Govêrno do Estado uma relação detalhada dos serviços realizados, bem como uma demonstração documentada das respectivas despesas.

Oitava — Sempre que julgar conveniente, o Govêrno do Estado poderá examinar não só a execução dos serviços como os documentos das despesas referentes aos mesmos.

Nona — A execução dos serviços, de que trata o presente acôrdo, será suspensa quando o Govêrno do Estado deixar de cumprir a cláusula quinta, salvo caso de fôrça maior, a juizo do Govêrno Federal, e na hipótese de dispor o Ministério da Agricultura, Indústria e Comér-

cio de recursos para a manutenção dos mesmos serviços.

Décima — O presente acôrdo só entrará em vigor em primeiro de janeiro de mil novecentos e vinte e sete, se fôr registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Govêrno por indenização alguma, se aquêle Instituto denegar o registro e vigorará pelo prazo de cinco anos, podendo ser renovado se convier às partes acordantes.

Décima primeira — O material adquirido durante a vigência do contrato, será, uma vez expirado o prazo de duração do mesmo, ou, em caso de rescisão, dividido proporcionalmente entre as partes contratantes, cabendo ao Govêrno da União dois terços; ao do Estado do Rio Grande do Norte um terço do respectivo valor total, verificado em inventário especialmente levantado.

E' lícito, entretanto, a qualquer uma das partes acordantes ficar com todo o acêrvo dos estabelecimentos do Serviço do Algodão no referido Estado, quando fôr expirado o prazo ou rescindido o acôrdo, dêste que indenize a outra parte da importância que lhe coube e que fôr verificada no inventário de que trata a presente cláusula.

Décima segunda — O resultado das vendas dos produtos agrícolas das Fazendas de Sementes e o rendimento dos demais departamentos da Delegacia, exceto o proveniente do registro de marcas de prensas e descaroçadores, previsto no decreto número quinze mil e novecentos, de vinte de dezembro de mil novecentos e vinte e dois, será também dividido proporcionalmente entre os Governos contratantes e recolhido aos cofres da Delegacia Fiscal e do Tesouro do Estado, mediante guia expedida pela Delegacia do Serviço do Algodão.

Décima terceira — A despesa do Govêrno da União, decorrente do presente contrato, será feita por conta dos recursos que, para tal fim forem consignados no orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Verba 25.ª — Serviço do Algodão.

Décima quarta — O presente têrmo está isento do pagamento de sêlo, por se tratar de interêsse do Govêrno Federal".

Assim, Sr. Presidente, iniciei no Rio Grande do Norte a verdadeira política algodoeira, e, deixando — embora entregue a sua lavoura à iniciativa particular, fiz com que o poder público dela participasse nao para substituir o particular, mas para com êle colaborar, orientando-o, guiando-o, auxiliando-o e fomentando a produção nas suas fontes primaciais.

Ainda por outro aspecto tive que estudar o problema algodoeiro do meu Estado. De resto, já o fizera na Câmara dos Deputados, em 1922, cuidando precipuamente do algodão de fibra longa e conseguindo criar a estação experimental do algodão do Seridó, a fim de que, defendendo aquêle novo tipo de algodão, pudéssemos aparecer no mercado de consumo, não só com a quantidade, mas sobretudo com a qualidade imprescindível à fabricação dos tecidos finos.

OO Sr. José Arnaud — Se me não engano, foi no Govêrno de V. Ex.ª que o Estado mandou um técnico ao Egito a fim de estudar a cultura do algodão — o Sr. Cristóvão Dantas.

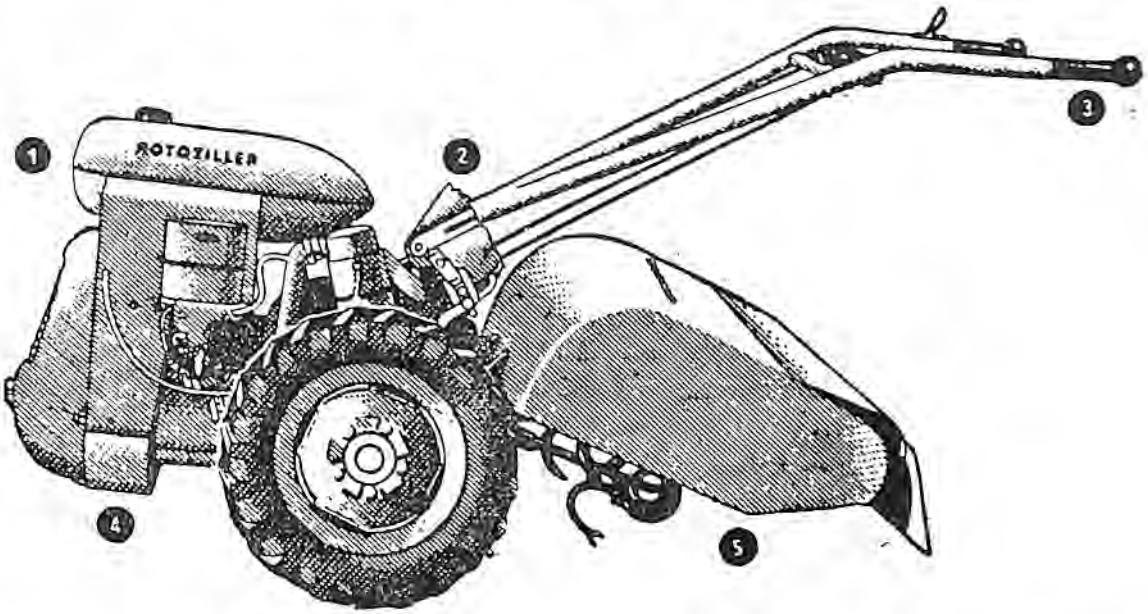
O Sr. José Augusto — Realmente, o agrônomo Cristóvão Dantas esteve no Egito examinando as culturas algodoeiras e, quando de lá retornou, trouxe a impressão de que o algodão do Seridó era, por sua fibra sedosa, longa e resistente, igual ao do Egito, com a diferença apenas, quanto aos processos de cultura; enquanto o Egito praticava a lavoura científica e racional, dirigida pelos ingleses, contava o Brasil apenas com os processos rotineiros do período colonial.

O Sr. Herbert Levy — A existência da fibra do Seridó, que V. Ex.ª no seu Govêrno tão inteligentemente estimulou, tornou possível a não paralização das diversas indústrias essenciais, durante o período da guerra, e tem sido um elemento de grande importância para a indústria nacional.

O Sr. José Augusto — O aparte de V. Ex.ª, que muito agradeço esclarece realmente essa contribuição da lavoura algodoeira do Rio Grande do Norte à vida industrial do Brasil.

Devo, no seguimento do meu discurso, — que não poderei concluir hoje, porque venho estudar, aqui, particularmente o algodão de fibra longa, o do Seridó, — mostrar o que significa econômicamente a região do Seridó e o que significa para a economia nacional o seu algodão de fibra longa. *(Continua no próximo número.)*

TRATOR AGRÍCOLA ROTOTILLER



A máquina agrícola que — em uma só operação — executa o trabalho do arado, do disco e da grade. Utilize esta moderna técnica, que permite preparar mil metros quadrados de terra por hora, distribuindo melhor o humos do terreno, e realizando em uma única operação o que, pelo processo antigo, carecia de três.

1 - Motor a gasolina de 5 H. P. - 2 Ciclos.

2 - Funciona cêrca de 4 horas com 2 galões de gazolina.

3 - Manejo simples.

4 - Novo tipo de transmissão automatica.

5 - 2 Tamanhos para diferentes profundidades.

REPRESENTANTES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

CIDA - CIA. IMPORTADORA DE AUTOMÓVEIS S. A.

LOJA E EXPOSIÇÃO - *México, 11-A*

ESCRITÓRIO - *Quitanda, 3 - Sobreloja - Sala 207*

OFICINA - *Rua dos Arcos, 10-14 - Rio - Tel. 42-9222*

A Sociedade Nacional de Agricultura, tendo em vista o resultado das experiências a que submeteu a máquina acima nos campos de cultura da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, resolveu adquirir, para os trabalhos do referido estabelecimento, um conjunto ROTOTILLER. Esse conjunto, já em serviço, tem confirmado, na prática, os bons resultados que demonstrou naquela experiência pública..

Associação de Criadores da Raça Schwyz

Lista de sócios

Dr. Raul Braga de Azevedo, Granja dos Papagaios, Itaipava, E. do Rio.

Dr. Teófilo de Almeida, Estância Itapoan, Queluz, E. de S. Paulo — Escritório no Rio, Edifício 1.º de Março, Rua 1.º de Março S/208.

Dr. Arnaldo Guinle, Fazenda Bemposta, Bemposta, Via Areal, E. F. Leopoldina — Escr. no Rio, Av. Rio Branco 137-2.º andar.

Dr. Otávio da Rocha Miranda, Fazenda Retiro Feliz, Engenheiro Hermilo São Paulo — Esc. no Rio, Praça Floriano 31-2.º andar.

Cia. Centros Pastoris do Brasil, Esc. no Rio, Praça Floriano 31-2.º andar.

Cia. Agrícola e Industrial Colombo, S.A., Granja Boa Vista, Estação de Bulhões, E. do Rio — Esc. no Rio, Rua Gonçalves Dias 32-36.

Dr. Luiz de Morgan Snell, Granja Boa Vista, Itaipava, E. do Rio — Res. no Rio, R. Paissandú 93-1.º andar-Ap. 8.

Dr. P. L. Correa e Castro.

Sr. Daniel de Rezende Filho, Chácara Tebaida, Pindamonhangaba, E. de S. Paulo.

Sr. Otaviano Pinto Lopes Ribeiro, Granja S. Francisco, Silvestre Ferraz, R.M.V. — Esc. no Rio, R. da Quitanda 199-3.º andar.

Sr. João Batista Scarpa, Fazenda Jardim, Itanhandú, R.M.V., E. de Minas.

Sr. Eliseu Teixeira de Camargo, Fazenda Sant'Ana, Campinas, E. de S. Paulo — Res. em S. Paulo, R. Veiga Filho 35.

Sr. Francisco Villela de Andrade, Fazenda Pombal, Estação de Pombal, E. F. C. B., E. do Rio — Res. no Rio, R. Duvivier 49-Ap. 901.

Sr. Bertino Lobato de Miranda, Av. S. Jerônimo 268 — Belém — E. do Pará.

Villaça, Ribeiro e Cia., Fazenda Cachoeirinha, Juiz de Fora, Minas — Esc. em Juiz de Fora, R. Marechal Deodoro n.º 885.

Cia. Agrícola e Industrial de Angatuba, Fazenda Boa Vista, Engenheiro Hermílio, E. de S. Paulo — Caixa Postal 15, Itapetininga, S. Paulo.

Sr. João José Batista, Fazenda das Andorinhas, Sacra Família, E. do Rio — Res. no Rio, Rua da Matriz 31.

Dr. Bento Soares de Sampaio, Fazenda Matosinhos, Werneck, E. do Rio, L. Auxiliar — Esc. no Rio, R. da Quitanda 60-2.º andar.

Dr. José Machado Coelho de Castro, Fazenda Paquequer, Itaipava, E. do Rio — Esc. no Rio — R. da Quitanda 60-2.º andar.

Dr. Octacilio Negrão de Lima, Fazenda Bento Velho, Cordisburgo, E. de Minas — Esc. no Rio, R. do Rosário 102-2.º andar.

Sr. Antão Correa da Silva — Esc. no Rio, R. do Carmo 70-1.º andar.

Aprendizado Agrícola de Sacra Família, Sacra Família, E. do Rio — Esc. no Rio, R. 1.º de Março 110-2.º andar.

Sr. Gabriel Ribeiro dos Reis Filho, Fazenda Córrego Alto, Volta Grande, Minas.

Dr. Sebastião Nélson Junqueira, Fazenda Santa Rita, Volta Grande, Minas — Res. Volta Grande.

Sr. Danilo Vautier Franco, Granja Ipê, Pirituba, S. Paulo, Via Anhanguera — Esc. em S. Paulo, R. São Bento 82-1.º andar, S/110.

Cia. Agro Fabril Mercantil, Fazenda Parreira, Delmiro Ex-Pedra, E. de Alagoas — Esc. em Recife, Travessa Assembléia 71, E. de Pernambuco.

Sr. Olivo Carnasciali, Fazenda Paoloviana, Piraquara, R. V. Paraná-Santa Catarina — Esc. em Curitiba, Generoso Marques 117.

Cia. Agrícola Maristela, Fazenda Maristela, Tremembé, E. de São Paulo — Esc. em S. Paulo, R. João Bricola 49.

Sr. Richard Mark Barnes, Fazenda S. Ricardo da Boa Vista, Quatis, E. do Rio R.M. — Esc. no Rio, Av. Erasmo Braga 20, S/410.

Sr. Nelson Geraidine, Fazenda S. Sebastião, Barra Mansa, E. do Rio — Res. Barra Mansa, E. do Rio.

Sr. Bruno Hollnagel, Fazenda do Barão, Descalvado, E. de S. Paulo — Esc. em S. Paulo. R. Glicério 497.

Sr. Antonio Martins Junior, Fazenda Sta. Rita, Município de Soure, I. de Marajó — Esc. em Belém, E. do Pará, Bou-

levard Castilhos França 74, C. Postal 43.

Dr. Heitor Gualberto de Oliveira, Fazenda Nossa Senhora do Barreiro, Itatiba, E. de S. Paulo — Esc. em S. Paulo, R. Itapolis 853.

Dr. Antonio de Barros Carvalho, Fazenda Sta. Cecília, Barra do Piraí, E. do Rio — Res. no Rio, R. Rumânia 20.

Sr. Walter Rudolf Daetwyler, Granja Ibitira, Teresópolis, E. do Rio — Esc. no Rio, S. A. Cortume Carioca, Caixa Postal 2605.

Sr. Odon Lima Cardoso, Fazenda Monte Alegre, Descalvado, S. Paulo.

Srs. Bastos e Filhos — Residência, Leopoldina, E. de Minas.

Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho — Esc. no Rio, R. da Quitanda 83-A-3.º andar.

Dr. Carlos Pereira Sylla, Fazenda Cardal, Friburgo, E. do Rio — Esc. no Rio, Av. Nilo Peçanha 12, S/712.

Dr. Carlos Moraes Pereira — Esc. R. do Rosário 97.

Dr. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Fazenda Capão Redondo, Guarapuava — Esc. R. Santos Dumont 448, Ponta Grossa, Paraná.

Ministério da Agricultura — Divisão de Fomento da Produção Animal — Rua Mata Machado, Rio.

Govêrno do Estado do Rio de Janeiro — Secretaria da Agricultura, Niterói.

Govêrno do Estado de Minas Gerais — Secretaria da Agricultura — Belo Horizonte.

Govêrno do Estado de S. Paulo — Secretaria da Agricultura — S. Paulo.

Govêrno do Estado do Paraná — Secretaria da Agricultura — Curitiba.

Sr. Mario Toldi — Fazenda Rancho Alegre — São Bento do Sapucaí — E. de S. Paulo — Res. em S. Paulo — Rua Itapicurú 376.

Sr. Alberto Ferraz — Fazenda Bela Vista — Agulhas Negras — E. do Rio — Esc. Av. Rio Branco 26-A-15.º andar.

O Coqueiro da Bahia

PIMENTEL GOMES
Eng. Agrônomo.

O coqueiro da Bahia, também conhecido sob a denominação de coqueiro da praia, é uma palmeira ultilíssima, que constitui o encanto maior de largos trechos de nosso litoral e uma das maiores riquezas das Filipinas, Insulíndia e Ceilão. Sua cultura é fácil e lucrativa.

Clima — O coqueiro aprecia um clima mais ou menos quente e úmido. A temperatura média, ótima, não é inferior a 22 gráus. Os litorais da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá, prestam-se muito bem a esta cultura, em quase tôdas as extensões. No interior de alguns estados e territórios também existem coqueirais. No Acre, por exemplo, embora extremamente afastado do mar, há pequenos coqueirais produzindo bem, o que mostra encontrar êle, ali, condições ecológicas que lhe são propícias.

Nas regiões semi-úmidas e semi-áridas, é possível cultivar o coqueiro em trechos mais úmidos ou nos que são irrigados. Há no Ceará e na Paraíba, em zonas semi-áridas, coqueirais irrigados frutificando de maneira extraordinária.

O coqueiro anão, variedade que nos chegou de Singapura, há alguns anos, embora se desenvolva bem nos climas quentes e úmidos, resiste melhor aos climas mais frescos. Deve ser, portanto, a variedade preferida nos planaltos do Brasil Central e mesmo no litoral que se encontra ao sul do Rio Doce.

No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, verifica-se que o coqueiro anão, sob o clima carioca, produz melhor do que os das variedades comuns.

Solos e adubação — Os solos devem ser profundos, permeáveis. Superficialmente úmidos, férteis. As terras arenosas das praias, produzem bem o coqueiro na faixa mais influenciada pelas águas do mar. Mesmo aí, se fazem adubações, como acontece com os coqueirais de Acajutibiró, na Paraíba, a produção é várias vêzes maior do que nos coqueirais não adubados.

Nas terras semi-áridas do nordeste, a produção por pé é maior do que nas praias.

Os coqueiros reagem bem à adubação. Uma adubação interessante, geralmente fácil de conseguir na fazenda, é misturar uns vinte quilos de estrume com uns cinco quilos de cinza de madeira, enterrando a mistura numa faixa circular com uns quarenta a cinquenta centímetros de largura, a um metro do tronco. A terra que cobre o estrume absorverá o azoto que se desprender. Pode-se também colocar separadamente a cinza e o estrume.

Sementeiras — Escolhem-se para o plantio cocos de coqueiros de idade média — 25 a 45 anos — muito produtivos. Os cocos devem ser colhidos quando bem maduros, evitando-se choques, pois êstes podem abalar o embrião.

Abrem-se os sulcos no solo com um arado ou um sulcador. Os cocos são dispostos no sulco de 40 em 40 centímetros, em posição horizontal.

Pode-se também fazer uma vala de uns trinta centímetros de profundidade. Colocam-se os cocos no fundo, em posição horizontal. Cobre-se tudo. Rega-se quando as chuvas faltam.

Transplantação — A transplantação faz-se de preferência no início da estação úmida, quando as mudas devem ter uns 15 centímetros de altura. O compasso deve ser de dez metros em todos os sentidos, para os coqueiros comuns; de sete a oito, para os anões.

As covas serão abertas com algumas semanas de antecedência. Terão pelo menos 70 centímetros em todos os sentidos. Serão enchidas com uma mistura de terriço, terra preta da superfície, lixo, cinza de madeira, estrume de curral, etc. Convém adicionar, por cova, uns dois litros de farinha de ossos.

Transplantar de preferência em dias chuvosos.

Tratos culturais — Os comuns. Nas limpas, é muito econômico o emprêgo de grades de discos.

Colheita — A primeira colheita faz-se, quando as condições são ótimas, cinco anos após o transplantio, se se trata de coqueiros comuns. Os anões produzem dois ou três anos após o transplantio.

Uma produção razoável não será inferior a 60 cocos por pé e por ano — cêrca de 6.000 cocos por hectare. Coqueirais cuidadosamente tratados podem produzir, em média, 100 a 150 frutos por palmeira e por ano. Há palmeiras excepcionais que chegam a produzir 500 a 600 frutos. E' um fato raríssimo. Em compensação, na Paraiba, coqueiros anões sem grandes dificuldades produzem 300 a 400 frutos por ano.

(Comunicado do Serviço de Informações Agrícola — Ministério da Agricultura — Agôsto de 1947).

Confusão Em Torno Do Trigo

B. DE ARAGÃO

Todos os jornais do país publicaram há tempos um curioso telegrama de Buenos Aires sôbre a futura venda de trigo argentino ao Brasil. Dizemos curioso para não dizer tendencioso, o que poderia comprometer o funcionário da U.P. que o mandou com tantos erros não apenas de interpretação mas também de números. Aliás, nossos colegas do "Correio da Manhã", em magnífico artigo já se referiram ao assunto estranhado, como teria forçosamente que acontecer a quem quer que conhecesse alguma coisa do problema os termos esquesitos do tal telegrama.

Em resumo o telegrama a que nos referimos diz que o coronel Mario Gomes, vice-presidente da Comissão Central de Preços, e o Embaixador do Brasil, Ciro de Freitas Valle, em negociações com o govêrno argentino para que seja assegurado o fornecimento de trigo ao Brasil, concordaram em que nosso país *cumprisse o Convênio assinado com os platinos, pagando* 60 *pesos a* TOLELADA do trigo que importassem na próxima cota de 100 mil toneladas... A falta de responsabilidade de quem passou tal telegrama em nome de uma agência de tanta importância se patenteia nesse *errinho de* 60 pesos a TONELADA quando o preço é realmente de 60 pesos o QUINTAL, (100 quilos) ou seja 600 pesos a tonelada. O resto de erro possivelvelmente não caberá a quem passou o telegrama, mas a quem fez a irrisória declaração de que o Brasil concorda em cumprir o convênio pagando tal preço... O Brasil, aceitando essa extorsão, concorda em que a Argentina não cumpra o que prometeu quando mandou o sr. Miguel Miranda à nossa terra obter que desistissemos de 9 cotas consecutivas, de trigo, oferecendo como compensação fornecer-nos a 45 *pesos o quintal* as próximas cotas que agora regateia a 60, depois que já deixamos de receber as 3 cotas, evidentemente. O convênio do trigo em tão desgraçada hora firmado com aquele país, e finalmente não ratificado pelo Congresso, não determina preços, mas deixa ao país, e felizmente não retificado pelo Congresso, não determina preços, mas deixa ao país fornecedor o direito de cobrar pelo produto o preço que quizer, enquanto determina que tudo que for fornecido pelo Brasil aos platinos ou seja pelo preço do mercado interno brasileiro... Só isto. Nem havia necessidade de nenhuma intervenção de embaixadores ou quaisquer outros enviados especiais do govêrno brasileiro para obter trigo a 60 pesos o quintal. visto que a Argentina, apenas voltamos ao Conselho Internacional Alimentar de Emergência, em outubro p.p., e quando os Estados Unidos se propunham fornecer-nos 40 mil toneladas mensalmente, até o fim do ano corrente, declarou que botava à nossa disposição 200 mil toneladas a 60 *pesos o quintal.* Essa manobra, como o denunciamos em tempo destas colunas, visava apenas impedir que o trigo americano nos chegasse, para que não nos habituássemos a êle, mais barato que o platino, porque a Argentina, então, como agora, não tem trigo para mandar-nos, mas quer assegurar-se nossos mercados para quando tiver o que vender. A prova do que afirmamos é que até bem poucos dias ainda estávamos recebendo a cota de ABRIL, última

que nos foi fornecida por aquele país, e que será êste ano. O trigo agora prometido pelo preço absurdo de 3 mil cruzeizos a tonelada FOB, PORTO ARGENTINO, já será o da próxima safra cuja colheita se deve iniciar em começo de dezembro, e que portanto só nos chegará, se vier muito depressa, o de que duvidamos ainda, em fins de janeiro ou princípios de fevereiro do corrente ano. O govêrno platino sabia que aconteceria o que de fato aconteceu. Possuindo o govêrno brasileiro um protocolo assinado pelo sr. Miguel Miranda em nome do govêrno de seu país, comprometendo-se a fornecer o trigo, a partir de agôsto, a 45 pesos, não aceitou o preço proposto de 60 pesos e discutiu a proposta argentina, dando áquele país a oportunidade de ganhar tempo até que se iniciasse a nova safra e que o esgotamento dos estoques então existentes nos levasse a aceitar a quebra de palavra do representante platino. Infelizmente parece que de tôdas as vêzes que se trata de trigo, os homens que devem tratar do problema são munidos de vendas que lhes tape a visão do que um simples jornalista leigo vê com a máxima clareza. Não somos sibilas nem dispomos de fontes especiais de informações de que não disponham em muito maior proporção os responsáveis pela situação, e no entanto tudo que previmos aconteceu e está ainda acontecendo. Para comprar trigo a 60 pesos o quintal era suficiente um telegrama do Banco do Brasil, dizendo que aceitava a proposta, nada mais. Quanto o fato de ser êsse trigo entregue ainda êste ano, afirmamos que é impossível, e o futuro demonstrará se temos ou não razão.

Resta agora verificar a que nos levará o preço de 60 pesos o quintal para as duas próximas cotas, e já de 80 para a terceira.

O pão está tabelado na base de 236 cruzeiros a saca da farinha. Essa farinha é a obtida do trigo ainda fornecido a 45 pesos o quintal. Com o trigo a 60 pesos teremos a farinha por um preço que deverá oscilar entre 300 e 320 cruzeiros... Qual será o preço do pão?

E' evidente que o preço do pão de trigo puro terá que subir de acôrdo com o aumento do preço da matéria prima com que é fabricado. No caso presente o preço do pão terá que ser aumentado de cêrca de 32%... Temos a dolorosa satisfação de verificar que isto foi previsto por nós há exatamente um ano, logo depois da assinatura do acordo Brasil-Argentina de 1946, e que, como tudo que se vem fazendo entre nós, primou pelo imediatismo, deixando de lado as consequências gravíssimas que acarretaria para poucos meses mais tarde, na ânsia de arranjar trigo imediatamente.

A situação do momento é portanto a seguinte:

a) o preço do pão de trigo puro terá que ser aumentado de cêrca de 32 por cento.

b) por êsse preço obteremos pão durante dois meses, mas no terceiro mês já o trigo em grão fornecido a 80 pesos provocará uma nova alta no preço da farinha e consequentemente também no pão.

c) nos meses que se seguirem a tendência é para que o preço do trigo em grão continue em ascenção, e consequentemente o preço do pão.

d) a safra argentina do ano de 1947-48, que começará a ser colhida em início de dezembro, será a menor dos últimos 15 anos, segundo as cifras publicadas por comentaristas platinos sôbre as áreas semeadas e baseadas em estimativa oficial do govêrno daquele país. A estiagem que reina na Argentina ameaça ainda mais as safras, e os gafanhotos que nos atacam vêm de lá.

e) a Argentina que no ano de 1947, declarando ter uma safra de perto de 6 milhões de toneladas (no que nunca acreditamos), só nos forneceu 400 mil, estando em véspera da menor safra dos últimos 15 anos quanto nos fornecerá?

f) apesar de tudo isto o govêrno brasileiro teima em buscar trigo em um país que não tem capacidade para fornecê-lo.

g) os preços do trigo argentino são infinitamente mais altos que os do trigo de outras procedências.

h) o Brasil pertence a um organismo internacional denominado Conselho Internacional Alimentar de Emergência que se propõe distribuir as safras exportáveis dos países membros entre os importadores habituais e consumidores desses produtos, de maneira a garantir-

lhes o fornecimento mínimo indispensável ao consumo.

i) êsse Conselho distribui as safras exportáveis de produtos brasileiros com graves prejuizos para o Brasil.

j) a êsse Conselho pertencem os Estados Unidos que terão para distribuição em 1948 uma das maiores safras de trigo de sua história.

k) o Brasil possui disponibilidades exportáveis de arroz para as quais não encontra mercado compensador.

l) o pão feito com mistura até 20% de farinha de arroz é ótimo e mesmo melhor sob muitos aspectos que o pão de trigo puro.

m) a farinha de arroz ficará por preço infinitamente inferior ao da farinha de trigo proveniente do grão a 60 pesos.

Qual será pois a solução para o caso concreto que apresentamos?

Segundo nossa opinião há duas soluções paralelas que se impõem.

a) Que o govêrno brasileiro declare IMEDIATAMENTE obrigatória a mistura de outras farinhas sucedâneas nacionais na fabricação do pão, e declare que essa mistura poderá ser de até 20% quando se tratar de farinha de arroz.

b) Que *imediatamente* o Itamarati interfira junto ao Conselho Internacional Alimentar de Emergência no sentido de ser fornecido por aquela entidade ao Brasil para 1948 uma cota de trigo em grão de *pelo menos* 50 *mil toneladas mensais* de procedência *não* argentina.

Ou o govêrno fará isto, ou em 1948 continuaremos nossa posição humilhante de mendigar pão e de pagar por êsse pão os preços extorsivos impostos por outras nações. Além, evidentemente, de ficarmos sem trigo no segundo semestre do ano. Esperemos que as vendas caiam dos olhos dos que têm a responsabilidade da situação, e que finalmente compreendam que deverão já declarar oficialmente obrigatória a mistura e comprar trigo aos americanos.

Devemos aqui esclarecer um ponto, e é que mesmo declarando *oficialmente* obrigatória a mistura até 20% o *preço do pão ainda subirá*, mas subirá menos, porque haverá um fator fixo no preço de 20%, e que será a farinha de arroz. Estamos escolhendo dos males o menor, isto é se o preço tem que subir, que suba o menos possivel. E' evidente que restando ainda 80% de farinha de trigo de preço variável, o preço do produto final terá que acompanhar as oscilações dos preços dessa farinha. Mas, se comprarmos, pelo menos, metade de nossas necessidades de conumo de trigo aos americanos, teremos já mais 50% de preço também estável, porque o preço americano é muito pouco variável e infinitamente mais baixo que o preço argentino. Teríamos dessa maneira na composição do preço do pão dois fatores fixos somando 70% (20% de farinha de arroz nacional, mais 50% de farinha de trigo americano), e apenas um fator variável, para a alta, de 30%, representando pelo trigo argentino do qual só importaríamos aquela quantidade. A estabilidade do preço do pão seria evidentemente outra, embora, repetimos, de qualquer maneira tenha que sofrer uma alta no momento. Evitaríamos no entanto as altas dos próximos meses, cuja perspectiva é muito clara, além de assegurarmos o fornecimento que de outra maneira não nos virá.

Estamos diante de fatos concretos: o mal está feito, foi denunciado em tempo pela imprensa especializada do país, e por vários membros e administração (sejamos justos), mas nem uns nem outros foram ouvidos. Talvez a lição sirva para que os ouçam agora. O convênio assinado com a Argentina e que serviu de arma altista para o preço do trigo, e ainda de arma para combate ao govêrno, foi feito sem precisão de espécie alguma e seus resultados aí estão.

Encaremos o que há no momento e dentro dessa situação procuremos a melhor saída. Mas não são os mesmos homens que nos levaram a esta situação que podem resolvê-la. E' preciso que para representar-nos no Conselho Internacional Alimentar de Emergência seja mandado alguém capaz e que tenha combatividade e espírito público. E' preciso que alguém, como já o dissemos uma vez, tome uma atitude máscula em relação à mistura, declarando-a "oficialmente" obrigatória. E' preciso enfim que se tome uma resolução prática ou haverá outra crise durissima de carência de pão em 1948.

Valor Alimentício das Hortaliças

GERALDO GOULART DA SILVEIRA.
Engenheiro Agrônomo

As hortaliças são alimentos saudáveis, nutritivos, ricos em água sais minerais e vitaminas.

Todos reconhecem que a nossa população é mal nutrida porque desconhece os princípios básicos de uma alimentação racional e higiênica.

Faltam, via de regra, em nossos cardápios diários, as hortaliças e frutos frescos, complementos de uma boa alimentação.

Alimentar bem, não significa apenas ter uma mesa farta; é, sobretudo, selecionar os alimentos, proporcionando ao organismo aquilo que êle precisa para que se processem normalmente todos os fenômenos vitais.

As hortaliças, pela sua riqueza em água, sais minerais e viatminas, são alimentos higiênicos, saudáveis e nutritivos que não devem faltar jamais em nossas refeições diárias.

A alimentação é um ato indispensável a todos os seres vivos; dela depende a vida.

E' preciso proporcionar ao organismo a matéria e a energia que êle necessita para que todos os seus órgãos funcionem com precisão e tôdas as suas funções sejam realizadas normalmente.

A falta de alimentos ou a deficiência de certos princípios alimentares básicos, causa distúrbios mais ou menos graves, que se refletem sôbre a saúde do indivíduo.

Encarar o problema alimentar com tôda a atenção e interêsse não é só necessário, mas sobretudo indispensável, pois de uma boa alimentação depende a saúde; depende, em última análise, a própria vida.

Os princípios constituintes das hortaliças são:

a) água;
b) carbohidratos;
c) proteinas;
d) matérias graxas;
e) ácidos vegetais;
f) sais minerais;
g) vitaminas.

Embora em largos traços, pois tanto só permitem as ligeiras notas que estamos escrevendo, diremos algo sôbre cada um dêsses constituintes, a fim de que se tenha uma idéia de que são as hortaliças sob o ponto de vista alimentar:

Água

A água é um alimento indispensável pos representa cêrca de 60 a 65% da constitutição de nosso corpo.

As hortaliças são alimentos muito ricos em água (de um modo geral elas contém 80 a 95% de água).

São principalmente muito aquosos, a abóbora dágua, o pepino, a alface, o chuchú, o aspargo, o agrião, a abóbora, a beringela, a acelga, a chicórea, etc.

Carbohidratos

Os carbohidratos ou hidratos de carbono pertencem ao grupo dos chamados alimentos energéticos.

Êsses compostos, uma vez no organismo, fornecem a energia que êle carece.

Os vegetais são alimentos ricos em carbohidratos como celulose, amido, açúcares, mucilagens, pectinas, etc.

Vejamos a ocurrência dos diferentes carbohidratos nas hortaliças:

a) *Celulose* — E' encontrada em tôdas as hortaliças pois constitue o esqueleto das plantas. E' abundan-

---

E agora outra informação para assustar aos leitores: saberão a quanto montará despesa do Brasil se persistir em comprar trigo à Argentina, e se aquele país tivesse trigo para fornecer à altura de nossas necessidades? Simplesmente a "3 milhões e 600 mil contos" por ano, caso o preço de 60 pesos atual não fôsse majorado, o que não se dará pois já fomos informados que subirá a 80 muito breve... sabem em quanto anda o "deficit" da balança comercial do país até setembro? Cêrca de dois milhões de contos... E agora, se se interessam pelo país, percam o sono também.

te principalmente, no quiabo, na ervilha, na vagem, etc. A celulose não constitue, verdadeiramente. um alimento; ela estimula, entretanto, os movimentos peristálticos do estômago e do intestino, o que tem grande influência para a digestão dos alimentos.

b) *Amido* — E' muito abundante principalmente em certas raizes e tubérculos, como a batata-dôce, a mandioca, etc.

c) *Açúcares* — Entre os numerosos açúcares encontrados nas hortaliças destacam-se a inosita (feijão, ervilha, etc.), a sacarose (beterraba, cenoura, etc.), a rafinose (beterraba) etc.

d) *Mucilagens* — São encontrados nas hortaliças verdes, principalmente nas que posuem uma certa viscosidade como a bertalha, o quiabo, etc.

e) *Pectinas* — São encontradas em hortaliças foliáceas muito aquosos, e em raizes (beterraba, por exemplo).

Proteínas

As proteínas pertencem ao grupo dos chamados alimentos plásticos, isto é, que concorrem com matéria para a formação, desenvolvimento e manutenção do organismo.

De um modo geral as hortaliças são alimentos pobres em proteínas, havendo raras exceções como a vagem (contém até 10%), a ervilha (em geral 8%), o espinafre (pouco mais de 2%, etc).

Matérias graxas

As matérias graxas são alimentos que fornecem muitas calorias ao organismo.

As hortalicas são demasiadamente pobres em matéria graxas.

Ácidos vegetais

De um modo geral as hortalicas constituem alimentos pobres em ácidos vegetais.

Os ácidos vegetais atuam sôbre o organismo estimulando o apetite, aumentanto a secreção dos sucos digestivos, etc.

Entre os ácidos vegetais que ocorrem nas hortaliças podemos citar o ácido oxálico, encontrado no espinafre, o ácido cítrico, encontrado no tomate, etc.

Sais minerais

Os vegetais, e particularmente as hortaliças foliáceas (alface, espinafre, couve, acelga, chicórea, etc.), são boas fontes de sais de cálcio, ferro, potássio, alumínio, enxofre, manganez, magnésio, iodo, cobre, zinco, etc.

Êsses elementos ocorrem, principalmente, nas seguintes hortaliças:

a) cálcio, existente no espinafre, na couve, na chicórea, etc.

b) ferro, encontrado no espinafre, na chicórea, na ervilha, etc.

c) potássio, abundante na cenoura, na beterraba, no espinafre, etc.

d) alumínio, existente em boa quantidade no tomate, na alface, na cebola, etc.

e) enxofre, encontrado na couve, na vagem, etc.

f) manganez, encontrado principalmente no nabo, na cenoura, na alface, no tomate, etc.

g) magnésio, existente na vagem, na couve, etc.

h) iodo, encontrado no agrião, no alho, na alface, na beterraba, etc.

i) cobre, existente na couve, no aipo, na cenoura, etc.

j) zinco, encontrado na alface, na beterraba, na chicórea, etc.

Vitaminas

As vitaminas são compostos que, em doses extremamente reduzidas, são essenciais à vida, isto é, absolutamente indispensáveis para que os processos vitais se processem normalmente.

A falta ou deficiência de vitaminas no organismo provoca distúrbios chamados avitaminoses ou doenças de carência.

As vitaminas, da mesma forma que os frutos frescos, são alimentos ricos em vitaminas.

As principais vitaminas e suas respectivas ocurrências nos vegetais são:

a) *Vitamina A* — E' também chamada vitamina do crescimento. Essa vitamina, formada a custa do caroteno (pigmento amarelo encontra-

do nos vegetais), é indispensável porque favorece o crescimento, evita a xeroftalmia, aumenta a resistência contra as infecções, etc. São ricos em vitamina A, a cenoura, o espinafre, o tomate, a vagem, etc.

b) *Vitamina B* — A chamada vitamina B é um conjunto de vários fatores dos quais já foram isolados o B_1 (anti-neurítico), B2 (flavina) etc. A vitamina B evita o beriberi, favorece o crescimento, evita certas formas de paralisias, etc. São ricas em vitamina B, a cenoura, o nabo, o rabanete, o espinafre, a alface, etc.

c) *Vitamina C* — E' também chamada vitamina anti-escorbútica e evita o escorbuto, aumenta a resistência do organismo ao ataque de bactérias previne certas modalidades de inflamações nas vias respiratórias, aumenta a resistência dos vasos sanguíneos, etc. São ricos em vitamina C a alface, a chicórea, o tomate, o agrião, o espinafre, o aspargo, etc.

d) *Vitamina D* — E' chamada vitamina anti-raquítica e é indispensável para a calcificação dos ossos. Possuem vitamina D, entre outras, a acelga, a alcachofra, o espinafre, etc.

e) *Vitamina E* — E' também chamada vitamina da reprodução, e é encontrada no agrião, na alface, na vagem, etc.

f) *Vitamina PP* — E' também chamada vitamina anti-pelagrosa pois previne o aparecimento de uma enfermidade chamada pelagra. Essa vitamina é encontrada no tomate, na couve, etc.

De um modo geral, na composição das hortaliças encontramos:

a) de 80 a 85% de água. São principalmente muito aquosos, o pepino, a abóbora dágua, a alface, o agrião, o aspargo, o chuchú, etc.

b) de 1 até 20% de carbohidratos. São ricos de carbohidratos o alho-porro, o nabo, a beterraba, a cenoura, etc.

c) até 8% de proteinas, sendo mais rica a vagem, a couve, etc.

d) apenas até 1% de matérias graxas (couve, vagem, etc.).

e) de 1 até 3% de cinzas (sais minerais), principalmente o espinafre, o nabo, a couve, o aipo, a vagem, etc.

COMPOSIÇÃO QUÍMICA DE ALGUMAS HORTALIÇAS

	Vitaminas							
	A	B	B_1	B_2	C	D	E	PP
Abóbora	xx	x	—	—	x	—	—	—
Acelga	—	x	—	—	—	xx	—	—
Agrião	—	—	x	xx	xxx	—	xx	—
Alcachofra	—	xx	—	—	—	xx	—	—
Alface (repolho)	x	—	xx	x	xxx	—	—	—
Aspargo	—	xx	—	—	xxx	xx	—	—
Beringela	x	x	—	—	x	—	—	—
Beterraba	—	x	—	—	xx	x	—	—
Cebola	x	—	x	x	x	—	—	—
Cenoura	xxx	x	xx	x	x	—	—	—
Chicórea	xx	—	—	—	—	—	—	—
Chuchú	xx	—	—	—	—	—	—	—
Couve comum	xxx	x	—	—	xxx	—	xx	xx
Couve-flor	x	x	—	—	xxx	—	—	x
Ervilha (vagem)	xx	x	—	—	xx	—	xx	—
Espinafre	xxx	—	x	xx	xxx	x	—	x
Feijão (vagem)	xx	x	—	—	xx	—	xx	—
Nabo	x	—	x	x	xxx	—	—	—
Pepino	x	—	—	—	xx	—	—	—
Pimentão	xx	x	—	—	—	—	—	—
Quiabo	x	x	—	—	—	—	—	—
Repolho	x	—	—	—	xxx	—	—	—

Hortaliças	Agua	Proteina	Matérias graxas	Carbo-hidratos	Fibras	Cinzas
Abóbora	88,20	1,20	1,10	9,10	0,80	0,60
Abóbora dágua	94,44	0,56	0,10	3,30	1,10	0,30
Agrião	94,86	2,00	0,11	1,28	0,64	1,10
Alcachofra	85,50	2,80	1,40	6,80	2,40	1,10
Alface	93,80	1,50	0,30	3,00	0,40	1,00
Aspargo	93,96	1,83	0,25	2,55	0,74	0,67
Alho	64,66	6,76	0,06	26,31	0,77	1,44
Alho porro	91,92	1,88	0,55	3,63	1,10	0,92
Beringela	88,47	1,53	0,30	4,30	0,80	0,50
Beterraba	88,47	1,53	0,14	7,94	0,88	1,04
Cebola	87,19	1,57	0,52	7,87	1,35	1,20
Cenoura	88,20	1,10	0,40	8,20	1,10	1,00
Chicórea	93,88	1,35	0,13	3,10	0,70	0,84
Chuchú	93,30	0,64	0,20	5,25	0,40	0,41
Couve comum	91,24	8,82	0,21	2,94	1,67	1,74
Couve flor	71,75	2,24	0,43	4,30	1,08	0,78
Couve rábano	90,10	2,00	0,10	5,50	1,30	1,30
Ervilha (vag.)	88,60	3,33	0,10	6,10	1,06	0,75
Feijão (vagem)	63,70	5,50	1,20	21,20	6,00	0,20
Maxixe	93,83	0,14	0,10	1,45	—	0,51
Nabo	89,00	1,20	0,20	7,20	1,30	1,10
Pepino	95,36	1,10	0,10	2,21	0,78	0,45
Pimentão	85,61	1,02	0,34	4,01	1,02	1,02
Quiabo	90,20	1,60	0,20	4,00	3,40	0,60
Rabanete	91,80	1,30	0,10	5,10	0,70	1,00
Repolho	91,50	1,60	0,30	4,50	1,10	1,00
Salsa	85,70	3,82	1,39	4,82	1,52	2,75
Tomate	94,50	0,73	0,40	3,33	0,39	0,50

CALORIAS FORNECIDAS AO ORGANISMO POR 100 GRAMAS DE HORTALIÇAS

Hortaliças	Número de calorias
Acelga	42
Aipo	58
Alface	24
Cenoura	44
Chicórea	80
Couve flor	34
Couve nabo	40
Ervilha (vagem)	75
Espinafre	30
Feijão (vagem)	40
Nabo	30
Tomate	20
Aspargo	22

RIQUEZA EM MINERAIS EM ALGUMAS HORTALIÇAS

(expressa em %)

Hortaliças	Minerais				
	Potássio	Cálcio	Fósforo	Sódio	Magnésio
Abóbora	0,23	0,01	0,01	0,06	0,01
Aipo	0,31	0,07	0,03	0,08	0,01
Alface	0,33	0,04	0,04	0,02	0,01
Beringela	0,14	0,01	0,03	0,01	0,01
Beterraba	0,35	0,03	0,03	0,09	0,02
Cenoura	0,38	0,05	0,04	0,10	0,02
Chicórea	0,38	0,10	0,03	0,10	0,01
Couve	0,51	0,10	0,09	0,02	0,03
Couve-flor	0,22	0,12	0,06	0,06	0,01
Espinafre	0,77	0,06	0,06	0,12	0,03
Pepino	0,14	0,01	0,03	0,01	0,01
Tomate	0,27	0,01	0,02	0,01	0,01

Universidade Rural

Curso Avulso de Apicultura em colaboração com a Sociedade de Estudos Pan-Americana

Palavras do Reitor Prof. Torres Filho no ato da entrega de diplomas aos que fizeram o curso.

Encontramo-nos numa fase da vida continental em que o ideal pan-americano carece alicerçar-se em bases cada vez mais fortes, tanto culturais como econômicas.

Se dentro do hemistério ocidental existem numerosos e frizantes contrastes, também se observam muitas semelhanças e feições comuns, justificando perfeitamente o entrelaçamento das vinte e uma repúblicas do continente, num esfôrço comum pela elevação do bem estar de suas populações.

Foi graças à descoberta da América que rápidas e profundas transformações se operaram na história da humanidade e o 12 de outubro de 1492 é considerado o segundo dia da criação do mundo.

Nos momentos mais graves de lutas e aspirações voltam-se anciosos os povos de outros continentes para o Novo Mundo. cabendo-lhe então a alta responsabilidade de desenvolver os vínculos da solidariedade em todos os sentidos.

Neste momento cruciante de reajustamentos de após-guerra as Três Américas carecem estar solidárias demonstrando o magnífico espírito de resistência na defesa da obra construtora dos líderes de continente.

E' dentro dêsse ideal que vamos assistindo a elevado movimento associativo em todos os ramos do pensamento e das atividades entre as nações do continente, a que o Brasil está sempre pronto a dar o máximo de contribuição, de esfôrço, tanto em iniciativas governamentais como particulares.

A solenidade de hoje. promovida pela Sociedade de Estudos Pan-Americanos, de que é presidente o ilustre e operoso Major Rubens Ribeiro dos Santos, constitui demonstração do elevado espírito pragmático e idealista do movimento que se opera a formação de uma nova mentalidade em que em vez de reivindicações de classes, todos procuram cooperar para o bem comum.

A Universidade Rural não poderia em seu vasto programa de educação, deixar de emprestar seu auxílio a tudo quanto venha robustecer a ação dessa Sociedade.

Melhor tema não poderia ter sido escolhido que o da vida das abelhas, tôda ela uma demonstração viva de trabalho solidário.

Oos ramos da agricultura é o mais nobre, e mais belo e um dos mais lucrativos.

Sôbre montes e vales, campos e várzeas a deusa Flora, espargiu no Brasil a sua prodigalidade permitindo-lhe transformar-se num país melífero por excelência. Êle já se coloca entre os maiores produtores de cera e mel e está em condições, aplicados métodos racionais, de desenvolver em largas proporções essa produção para o consumo interno e exportação, beneficiando outros países.

A apicultura, introduzida no Brasil pelos primeiros colonizadores só começou a incrementar-se no comêço dêste século com Apriligusteca (abelha amarela italiana), principalmente nos Estados do Sul. Nos últimos tempos a ação dos poderes públicos e as iniciativas particulares têm concorrido para o desenvolvimento da apicultura. criando apiários modelos, cursos práticos nas escolas, postos apícolas, clubes apícolas junto às escolas primárias (iniciativa essa do maior valor para a iniciação profissional), podendo se esperar uma produção maior e melhor preparada com vantagens reais para a saúde do povo.

Há a considerar ainda o aspecto social, pois. como fonte de renda, está ao alcance de todos, pois a matéria prima, o nectar, é fornecido graciosamente pela natureza e os operários. as abelhas, não tem exigências trabalhistas.

Um pequeno trato de terra, diminutas despesas de instalação, eis quanto exige a abelha para, numa área de 40 e mais quilômetros quadrados, ir buscar, fecundando as flores e aumentando as searas, o alimento com que elaborará a

cera e o mel, de tanta utilidade para o homem.

Que nos falta, afinal, para incentivar a apicultura? O que nos falta é promover sempre a formação de maior número de apicultores e de famílias de operosas abelhas e formar o ambiente para tal desiderato. Para que as experiências não sejam infrutíferas, ainda menos para os que se acautelam das ferroadas, tornam-se preciosos os ensinamentos técnicos. E' o que acabamos de fazer hoje com o curso ministrado, com tanta dedicação e entusiasmo, pelo professor Pedro Luiz Van Tol Filho, por intermédio dos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Universidade Rural, orientados com zêlo e competência pelo professor Cinéas Guimarães.

Entre os 63 alunos que hoje recebem certificado de habilitação mencionarei, com destaque, elevado número de professores, que apesar da árdua missão de ensino, ainda trazem seu concurso patriótico ao melhoramento da vida rural do país.

Congratulo-me, pois, com a Sociedade de Estudos Pan-Americana por esta iniciativa digna de todo acatamento e entusiasmo.

Consultas e Informações

GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Engenheiro Agrônomo
Consultor técnico de "A Lavoura"

Clubes Agrícolas Escolares

Até julho do corrente ano, de acôrdo com os dados fornecidos pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, já se encontram devidamente registrados e em pleno funcionamento, 1.330 Clubes Agrícolas.

Os Clubes Agrícolas Escolares são relativamente recentes entre nós, mas os seus benefícios já se fazem sentir de uma maneira muito acentuada.

Os 1.330 Clubes Agrícolas disseminados pelo país, congregando cêrca de 70.000 crianças, já realizaram muito, e muito realizarão ainda se contarem sempre com o apôio, a orientação e o incentivo de todos os que se interessam pelos nossos problemas agrícolas, especialmente os problemas de educação rural.

Clima e solo para o maracujá

..Respondendo a um nosso consórcio do Distrito Federal que nos consulta sôbre se pode plantar, com sucesso, maracujá em Jacarepaguá, informamos que ela é uma fruteira que se desenvolve bem em tôdas as zonas quentes, em quase todos os tipos de solos, preferindo, principalmente, os sílico-argilosos.

Como plantar a batata-dôce

Esclarecendo o sr. A.F., do Distrito Federal que pede conselhos sôbre como plantar a batata-dôce, temos a informar:

a — a batata-dôce reproduz-se, normalmente, pela rama.

b — as ramas devem ser escolhidas das plantas de melhor qualidade.

c — cada estaca (rama), deve medir de 0,30 a 0,50 m de comprimento e apresentar bons nós para facilidade de enraizamento.

d — o melhor terreno é o sílico argiloso.

e — o plantio em elevação reparadas por regos, é a mais conveniente, devendo-se enterrar as ramas até uns 0,15 m de profundidade.

f — a distância entre os regos varia de 0,50 m a 0,80 m e entre as estacas, de 0,30 a 0,40 m.

A soja e a alimentação dos animais

Respondendo ao nosso consórcio M.O. de Minas Gerais informamos que, realmente, a soja vem sendo usada na alimentação de porcos e coelhos, sempre com bons resultados desde que as rações sejam bem balanceadas.

Enxertia da fruta de conde

Esclarecendo a um nosso consócio, que nos consulta sôbre quais os melhores porta-enxertos para a fruta de conde, temos a informar que são empregados, com sucesso, o beribá, a condessa, o araticum, etc., principalmente o último que é muito resistente e vigoroso.

As Cooperativas e o Conceito de Lucro

por Fábio Luz Filho.

Como sociedades de pessoas, possuem as cooperativas normas e caracteres específicos.

O grande Gide disse: "Bem sabeis quais são as relações de troca que existem entre membros de uma mesma sociedade cooperativa. Chama-se a isso, usualmente, vendas e compras. Diz-se que uma sociedade de consumo vende a seus membros e que êsses lhe compram; mas, na realidade, são, os mesmos indivíduos, a um tempo, negociantes e compradores. Ninguém pode vender a si mesmo. Não há, pois, nisso, um verdadeiro comércio; as operações que se passam no interior de uma sociedade cooperativa não são mais do sue uma distribuição de gêneros".

Diz Poisson que as cooperativas têm um caráter distinto, porque como instutições econômicas elas são, antes de tudo, sociedades de pessoas de base democrática. Mas são igualmente associações de pessoas pelo fato de colimarem um fim desinteressado, um fim moral, sem procura de lucro. Em uma palavra, não têm elas fins lucrativos.

Essas palavras de dois grandes mestres bastam a convencer.

Cito agora a um grande economista.

Ghino Valenti diz muito bem que no cooperativismo não há venda e, sim, distribuição da riqueza produzida, para estabelecimento do equilíbrio distributivo.

As cooperativas compram para distribuir aos seus associados. Não há nisso traço de comércio. Não há "animus lucri". O "lucrum" é que constitue "a essência da comercialidade".

Passemos agora aos juristas.

Disse Leiserson, Thaller e Ramadier: "La relación juridico cooperativista excluve el "animus speculandi", "el lucrum", y de conseguinte no es comercial... sostenemos que lá cooperativa es una sociedad "sui generis".

A lei 22.239 dá à cooperativa forma sui generis, um grande passo. A Cooperativa é apenas isso: cooperativa, "um tipo jurídico sui generis", repete Leiserson. Estou, humildemente, com Leiserson.

Ramadier diz que a jurisprudência francesa reconhece um caráter comercial ou civil à operação cooperativa segundo seja ela tratada com um associado ou com um terceiro.

Diz NAST, o prestigioso jurista, francês recentemente falecido, referindo-se à legislação francesa, ao lado de Coppola D'Anna:

"As sociedades são civis ou comerciais, segundo o seu objeto. A agricultura não é comércio. (Cl. Código do Comércio, art. 638, p. primeira).

"Também não se enquadram no domínio comercial (exceto a exploração das minas) as indústrias extrativas. A pesca é uma delas".

A pesca, a mineração, o corte de florestas, a salicultura, acentuei em "Rumo à Terra", pertencem, assim, ao grupo das indústrias de aquisição ou apreensão, que têm por fim submeter ao homem as fôrças e as matérias, como os produtos naturais, espontâneos. São também as chamadas indústrias originárias ou primárias.

As indústrias rurais são coisa muito diferente: têm por fim a formação de seres ou produtos orgânicos (a agricultura, a criação de animais). Economistas como Toniolo e Ghino Valenti classificam a indústria florestal como primária, colocando-a no grupo das indústrias extrativas. As indústrias extrativas são as mesmas indústrias de apreensão. Por elas "extraem-se, por processos vários, do seio da natureza, substâncias úteis ao homem, sem submetê-las a modificações que lhes alteram a estrutura interna".

Para melhor caracterização, das indústrias extrativas, reproduzo em Rumo à Terra (5.ª) a classificação técnica que faz Ghino Valenti das formas de produção (territorial e de transformação).

As operações imobiliárias não pertencem ao domínio comercial, diz ainda Nast. "Admitem de boamente os tribunais que as cooperativas são de natureza civil, a não ser que haja um texto em contrário, quando só prestam serviços a seus próprios associados ou só fazem dêles participarem terceiros a título inteiramente acidental.

"São consideradas como comerciais, qualquer que seja o seu objetivo (isto é, mesmo que façam operações puramente civis), tôdas as sociedades constituídas nas formas da comandita e do anonimato (o que a nossa legislação, digo eu, felizmente aboliu, no interêsse da verdadeira caracterização da Cooperativa). "O banco popular que só permite que seus associados se utilizem de seus serviços, não é um banco público. Seu subjetivo não é comercial". Com mais forte razão, digo eu, a caixa rural.

Em livros sucesivos tenho aventado tão importante tema. No campo do direito cooperativo essa questão não mais se discute: não são mercantis as operações realizadas por sociedades intuitus personae e não intuitus pecuniae e nas quais a "prestação de serviços", a "homogeneidade de necessidades" e plena satisfação delas, são pontos essenciais de doutrina.

Não é de hoje, realmente, que se vem processando essa controvérsia em torno da exata conceituação de "atos de comércio".

E Thaller, o grande mestre francês — "Droit Comercial" — já se refere ao direito comercial pessoal e ao real ou objetivo. "Notre code a consacré le deumième système" (governando todos os atos do âmbito comercial). Le droit comercial s'aplique a toute personne, comerçant ou non, d'apres la seule nature de l'acte. (Ex: un achat pour revendre).

E eis uma observação que se deve fixar, de Thaller, quando, observada a natureza jurídica de seus atos e verificado se os mesmos são operações de comércio: "Mais il faut en outre qu'il les fasse professionelement". E essa qualidade pessoal do comerciante não se aplica às pessoas que praticam, acidentalmente, atos de comércio.

O Código de Comércio francês não quis definir com precisão o ato de comércio... E o nosso identicamente.

Entre os atos de comércio por sua natureza está "a compra de utilidades para revenda", compra realizada de maneira permanente por emprêsa especial. O caso das minas é típico; é um ato civil a exploração de minas; apenas a sua forma exterior é tomada à legislação comercial. No vago da legislação francesa, Beslay e Boistiel, citados por Thaller, fazem consistir o ato de comércio em ato de especulação ou de mediação, Rocco também.

"La spéculation, au sense large, c'est l'esprit d'enrichissement ou de lucre". "S'interposer dans un produit ou dans un facteur de richesse serait le fait constitutif du comerce".

"Chaque fois q'un acte juridique repond à ce criterium, on serait en présence d'una operation comerciale".

A venda deixa de ser um ato de comércio quando não tem necessidade do ato de compra como primeira etapa. E' uma operação civil. E' o caso da agricultura.

Referindo-se às cooperativas de consumo, Thailler diz: "... telle opération, qui serait commerciale en soit (a compra) cesse de l'être parce qu'elle concourt à un acte civil qui l'absorbe". O associado não vai vender a si mesmo, como frisa Gide. O papel "d'agent intermediaire" com espírito de lucro desaparece não só nas cooperativas de consumo, como nas demais. No campo do direito cooperativo os tratadistas nisso são acordes, unanimemente, una voce.

Vivante em "Instituições de Direito Comercial" diz que "não é possível dar uma definição única dos atos heterogêneos que se reunem sob o nome de "atos de comércio", por influência históricas ou razões da interêsse jurídico comum ou pelo propósito de serem intermediários entre produtores e consumidores, o que falta a muitos dêles; nem o propósito de especulação, que se encontra somente em algumas classes de negócios. Por isso achamos mais lógico abandonar a tentativa de uma definição para unificar o que é heterogêneo..." "A compra é comercial quando o comprador tem, no momento mesmo da compra, a intenção, fàcilmente encontrável pelo vendedor, de revender ou de alugar o que comprou.

"A venda é comercial quando o vendedor comprou, antes, com o fim de revender.

"...é comercial porque o ato de permuta atual (a venda) está vinculado a outro ato de permuta (a compra).

A intenção de revender é o fim principal da compra.

Na órbita do direito cooperativo, o caráter civil das cooperativas em geral tem o apôio de grandes nomes, de luminosos e consagrados nomes, como já vimos.

Colocando o cooperativismo na base de sua estruturação o princípio democrático, o "respeito profundo pela pessoa humana", e a norma do retôrno, isto é, a distribuição das sobras na proporção do volume das operações efetuadas com a cooperativa pelos associados, realiza êle uma fórmula feliz de harmonia entre os homens, estabelece uma nova distribuição da riqueza, eliminando a renda sem trabalho e consequentemente, o lucro no sentido de ganho ilícito; erige um princípio econômico novo, princípio plasmador daquela economia nova acima referida, lei fisiológica dominadora, colocando os seus interêsses em comum, dirigidos pela ação solidária, uma admirável fôrça de defesa e propulsão, produtores e consumidores levantam os alicerces de uma nova ordem econômica de coisas, os fundamentos de uma economia organizada, planificada.

Exportação de Reprodutores

O ministro da Agricultura, Sr. Daniel de Carvalho, baixou a portaria n. 798, publicada em 4-12-46, no "Diário Oficial", resolvendo aprovar as instruções para a exportação de reprodutores do Brasil destinada a outros países.

De acôrdo com essa portaria, são as seguintes as instruções aprovadas:

1. — A exportação internacional de reprodutores, machos, fêmeas, só será permitida mediante autorização do ministro da Agricultura.

2. — Nenhum processo de exportação poderá ter andamento nas Alfândegas, mesas de renda ou postos fiscais do país, sem autorização a que se refere o item anterior.

3. — A autorização será dada desde que: a) a exportação não seja inconveniente aos interêsses da criação nacional; b) os reprodutores a exportar sejam considerados bons sob o ponto de vsita zootécnico, tendo-se em conta a apreciação o seu destino e a sua utilização no exterior.

4. — A autorização a que se refere o item anterior não inclui o cumprimento das disposições de lei relativas à exportação internacional, inclusive as de ordem sanitária.

5. — Para fiel cumprimento do disposto da letra *a* do item 3, as autorizações serão dadas de forma que a exportação não ultrapasse uma quota máxima, por espécie, raça e sexo, a ser fixada anualmente pelo Departamento Nacional da Produção Animal.

6. — Não será permitida a exportação de animais reconhecidos de alto valor como raçadores.

7. — Terão preferência para obtenção de autorização, dentro das quotas fixadas, as associações e entidades comerciais especializadas, compostas de criadores.

8. — Em face do que dispõe a letra b) do item 3, os reprodutores serão examinados por u mou mais funcionários do Departamento Nacional da Produção Animal com poderes para excluir do lote os animais considerados impróprios para exportação de acôrdo com as presentes instruções.

9. — Os animais examinados serão identificados individualmente por meio de número a fogo ou outro processo de marcação indelével, número êsse que deverá constar obrigatòriamente do laudo de inspeção que será expedido em duas vias, podendo uma ser fornecida ao exportador.

10. — O embarque dos reprodutores será fiscalizado por um funcionário do Departamento Nacional da Produção Animal, que verificará a identidade dos animais ficando o exportador obrigado a dar conhecimento prévio, do dia, hora

e local do embarque, ao funcionário incumbido da fiscalização.

11. — Para exato cumprimento do disposto no final do item 4, e nos números 8 e 9, serão os animais destinados à exportação reunidos em lazareto da Divisão de Defesa Sanitária Animal ou outro local considerado apropriado pelas autoridades sanitárias, correndo as despesas de transporte e manutenção dos mesmos à conta dos interessados.

12. — A exportação de éguas continuará regulada pelo decreto-lei n. 1.117, de 24-6-939, alterado pelo Decreto-lei número 9.620, de 21-8-46.

13. — A exportação só será permitida pelos portos de escala de navegação da longo curso, convenientemente aparelhados para fiscalização das presentes instruções, (atualmente: Santos, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Salvador).

FRUTICULTORES PRATICOS

O Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, enviou ao Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, especialização e extensão, da Universidade Rural, o seguinte relatório:

Tenho o prazer de transcrever, para vosso conhecimento e devidos fins, o relatório apresentaro pelos professores do Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, realizado na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

"O Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, "realizado pela Diretoria dos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão do Ministério da Agricultura, em colaboração com a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", obteve pleno êxito, conforme se verifica pelo resultado final dos exames realizados.

Iniciado no dia 16 de marco do corrente ano, com 78 alunos matriculados, terminou no dia 27 de julho, tendo sido aprovados nos exames realizados 40 alunos.

A duração total do curso foi de 20 domingos como havia sido previsto, não se registrando, durante todo o curso, nenhuma falta dos professores.

Durante o referido curso foram ministradas 80 horas de aulas assim distribuídas:

40 horas de aulas de fruticultura:

40 horas de aulas de defesa sanitária vegetal.

Durante o curso foram realizados pelos alunos todos os trabalhos de instalação, aproveitamento e administração de pomares.

O exame prático-oral, realizado no dia 27 de julho, constou de questões práticas, formulanas sôbre as duas matérias componentes do curso, sendo cada aluno arguido pelos dois examinadores, durante cerca de dez minutos.

Cada examinador atribuiu nota de zero a cem, e a nota do exame prático-oral foi a média aritmética entre as notas dos dois examinadores.

Foi o seguinte o resultado dêsse exame:

Amaury Mendes Pires	95
Alvaro Miguel Nunes	80
Alfredo Batista de Toledo Neto ..	80
Arthur Paysan Valdetaro	100
Agostinho Dias da Trindede	70
Amado Silva	95
Antonio Gonçalves Meira	100
Antonio de Paiva Cacalvanti	90
Alamir Punaro Barata	100
Aleino Netto Brandão	90
Ana da Costa Leite	90
Aminadeb Fernandes Soares Filho	90
Beatriz Raphaela Imbroisi	100
Beniamin Vianna	70
Dario de Menezes Vasconcelos Drumond	100
Delio Meirelles	80
Francisca da Costa Leite	95
Gaspar Imbroisi	100
Gamaliel Silva	100
Hemilton Tertuliano de Souza ...	70
Helio Tavares	80
Isabel Pons	100
José Lopes Guimarães Jnior	90
João Pereira da Costa	100
José de Freitas Valentim	100
Moacyr Rosalem	100
Mauri Teixeira de Melo	100
Nelson Marques	90
Olivia Conceição Vieira	100
Pedro Alcantara d'Albuquerque ..	100
Paulo Siarfano	100
Pedro milio Vettiner	"00
Ruy Anacleto	85

Roberto Nogueira Fontoura	95
Ricardo Guilherme Rittmeyer	"00
Ramiro Gabriel	100
Rubens Simões Lopes	95
Thelma)uridice Imbrosi	100
Waldir Lemos Coutinho	100
Zelia de Paiva Cavalcanti	90

De acôrno rom o regimento do iurso, foi atribuido no exame, uma nota de tarefa.

Essa nota, foi a média aritmética entre as notas dadas pelos professores, relativas aos trabalhos realizados pelos alunos no decorrer do curso.

Foi o seguinte o resultado das notas de tarefas:

Amaury Mendes Pires	90
Alvaro Miguel Nunes	100
Alfredo Batista de Toledo Neto ..	100
Arthur Paysan Valdetaro	100
Agostinho Dias da Trindade	75
Amando Silva	100
Antonio Gonçalves Meira	100
Antonio de Paiva Cavalcanti	100
Alamir Punaro Barata	100
Aleino Netto Brandão	90
Ana da Costa Leite	90
Aminadab Fernandes Soares Filho	70
Beatriz Raphaela Imbrosi	100
Benjamin Vianna	80
Dario de Menezes Vasconcelos Drumond	100
Delio Meirelles	100
Francisia da Costa Leite	85
Gaspar Imbroisi	100
Gamaliel Silva	95
Hamilton Tertuliano de Souza	80
Helio Tavares	60
Isabel Pons	100
José Lopes Guimarães Junior	100
João Pereira da Costa	100
José de Freitas Valentim	100
Moacyr Rosalem	100
Mauri Teixeira de Melo	100
Nelson Marques	95
Olivia Conceição Vieira	80
Pedro Alcantara d'Albuquerque ..	100
Paulo Scarfano	95
Pedro Emilio Vetiner	100
Ruy Anacleto	90
Roberto Nogueira Fontoura	100
Ricardo Guilherme Rittmeyer	100
Ramiro Gabriel	100
Rubens Simões Lopes	100
Thelma Euridice Imbroisi	100
Walmir Lemos Coutinho	100
Zelia de Paiva Cavalcanti	100

A nota final de aprovação, de acôrdo com o regimento do curso foi a média aritmética entre as notas de tarefa e do exame prático-oral.

O resultado finla dos exames, foi, portanto, o seguinte:

Amaury Mendes Pires	93
Alvaro Miguel Nunes	90
Alfredo Batista de Toledo Neto ..	90
Arthur Paysan Valdetaro	100
Agostinho Dias da Trindade	73
Amando Silva	98
Antonio Gonçalves Meira	100
Antonio de Paiva Cavalcanti	95
Almair Punaro Barata	100
Aleino Netto Brandão	90
Ana da Costa Leite	90
Aminadab Fernandes Soares Filho	80
Beatriz Raphaela Imbroisi	100
Benjamin Vianna	75
Dario de Menezes Vasconcelos Drumond	100
Delio Meirelles	90
Francisca da Costa Leite	90
Gaspar Imbroisi	100
Gamaliel Silva	98
Hamilton Tertulinao de Souza	75
Helio Tavares	70
Isabel Pons	100
José Lopes Guimarães Junior	95
João Pereira da Costa	100
José de Freitas Valentim	100
Moacyr Rosalem	100
Mauri Teixeira de Melo	100
Nelson Marques	93
Olivia Conceição Vieira	90
Pedro Alcantara d'Albuquerque ..	100
Paulo Scarfano	98
Pedro Emilia Vatiner	100
Ruv Anacleto	88
Roberto Nogueira Fontoura	98
Ricardo Guilherme Rittmeyer	100
Ramiro Gabriel	100
Rubens Simões Lopes	98
Thelma Euridice Imbroisi	100
Walmir Lemos Coutinho	100
Zelia de Paiva Cavalcanti	95

O resultado acima demonstra não só a eficiência do curso, como também, o interêsse dos candidatos.

Congratulando-me pelo êxito do curso e a maneira pela qual foi realizado, cabe-me. ao renovar os agradecimentos da direcão e do corpo docente da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", declarar que procuraremos sempre, com o maior empenho, corresponder à confiança dispensada.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

... UM GUIA DIÁRIO!

O "BOLETIM" da Associação Comercial do Rio de Janeiro é uma publicação semanal destinada à defesa dos interêsses dos associados do importante órgão de classe a que pertence.

Informativo, contém o Boletim a resenha das sessões semanais da Associação Comercial, seções especializadas de informações, econômicas e financeiras, fiscais, jurídicas, oportunlidades comerciais, notícias sindicais, além de artigos e editoriais sôbre assuntos da maior relevância.

Distribuído gratuitamente entre os sócios da Associação Comercial, com uma tiragem semanal de 10.000 exemplares, circulando largamente nos mais amplos meios de consumidores e comerciantes, o "BOLETIM" apresenta-se como eficiente veículo de propaganda entre um público já por sua natureza selecionado.

Nenhum comerciante, industrial, baqueiro, financista, estudioso de problemas econômicos, etc., pode prescindir do "BOLETIM" da Associação Comercial do Rio de Janeiro, suplemento semanal da "REVISTA DO COMERCIO".

Assim, ingressar no quadro social da Associação Comercial do Rio de Janeiro e anunciar nas páginas de seu "BOLETIM", representarão auxílio valoiso à benemérita Sociedade de classe e benefício próprio, com divulgação eficiente em publicação por todos os títulos indicada para oferecer o máximo de aproveitamento e de resultados compensadores.

Curso Prático de Agricultura

GERALDO GOULART DA SILVEIRA.
Engenheiro Agrônomo.

1.º Relatório das atividades dos Cursos Práticos de Agricultura ministrados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de setembro de 1947.

De acôrdo com o estabelecido entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a fundação Getúlio Vargas, estão sendo ministrados, com regularidade, os seguintes Cursos Práticos:

Curso Prático de Floricultura;
Curso Prático de Jardinagem;
Curso Prático de Solos e adubação;
Curso Prático de Botânica Agrícola;
Curso Prático de Viveirista;
Curso Prático de Hortas Domésticas;
Curso Prático de Economia e Administração.

Curso Prático de Floricultura

Iniciado domingo, dia 14, nele estão matriculados 57 candidatos, dos quais 40 do sexo masculino e 17 do sexo feminino. E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	18 alunos
20 a 30 anos	21 alunos
30 a 40 anos	9 alunos
40 a 50 anos	6 alunos
50 a 60 anos	1 aluno
Não declarada	2 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos, de acôrdo com as profissões:

estudantes	18 alunos
funcionários públicos .	11 alunos
professores	6 alunos
comerciários	4 alunos
lavradores	2 alunos
militares	2 alunos
mecânicos	2 alunos
industriários	2 alunos
contadores	1 aluno
domésticas	1 aluno
marcineiros	1 aluno
protéticos	1 aluno
administradores	1 aluno
criadores	1 aluno
escriturários	1 aluno
bancários	1 aluno
não declarados	2 alunos

Durante o mês de setembro foram ministradas 6 horas de aulas (dias 14, 21 e 28), pelo professor auxiliado pelo assistente, importando numa despeza de Cr$ 300,00 para o professor e Cr$ 150,00 para o assistente.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	146
total de faltas	27

Curso Prático de Botânica Agrícola

Iniciando terça-feira dia 9, nele estão matriculados 50 candidatos, dos quais 43 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	31 alunos
20 a 30 anos	10 alunos
30 a 40 anos	4 alunos
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	2 alunos
60 a 70 anos	1 aluno

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acordo com as profissões:

estudantes	35 alunos
funcionários públicos ..	3 alunos
militares	2 alunos
contadores	2 alunos
professores	2 alunos
farmacêuticos	1 aluno
administradores	1 aluno
compositores	1 aluno
securitários	1 aluno
guarda-livros	1 aluno
desenhistas	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 12 horas de aulas (dias 9, 16, 23 e 30) pelo professor, importando nu-

ma despeza de Cr$ 600,00, para o pagamento do referido professor.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	181
total de faltas	19

Curso de Viveirista

Iniciado domingo, dia 14, nele estão matriculados 29 candidatos, dos quais 26 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	17 alunos
20 a 30 anos	5 alunos
30 a 40 anos	3 alunos
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	2 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	13 alunos
industriários	3 alunos
funcionários públicos ..	3 alunos
domésticas	1 aluno
trabalhadores	1 aluno
floricultores	1 aluno
desenhistas	1 aluno
escriturários	1 aluno
administrador	1 aluno
dentista	1 aluno
mecânico	1 aluno
viveirista	1 aluno
não declarada	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 6 horas de aulas (dias 14, 21 e 28), pelo professor auxiliado pelo assistente, importando numa despeza de Cr$ 300,00 para o pagamento do professor e Cr$ 150,00 para o pagamento do assistente.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	73
total de faltas	12

Curso Prático de Hortas Domésticas

Iniciando quinta-feira, dia 11, nele estão matriculados 81 candidatos, dos quais 44 do sexo masculino e 37 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	56 alunos
20 a 30 anos	9 alunos
30 a 40 anos	1 aluno
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	2 alunos
não declarada	11 alunos

E' a seguinte a distribuinão dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	68 alunos
comerciários	2 alunos
desenhistas	1 aluno
escriturários	1 aluno
prático rural	1 aluno
professores	1 aluno
securitários	1 aluno
funcionários públicos .	1 aluno
contadores	1 aluno
serventes	1 aluno
farmacêuticos	1 aluno
não declarada	2 alunos

Durante o mês de setembro foram ministradas 9 horas de aulas (dias 11, 18 e 25) pelo professor auxiliado pelo assistente, importando numa despeza de Cr$ 450,00 para o pagamento do professor e de Cr$ 225,00 para o do assistente.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi o seguinte:

total de comparecimento	182 alunos
total de faltas	58 alunos

Curso Prático de Economia e Administração Rural

Iniciado domingo, dia 14, nele estão matriculados 129 candidatos, dos quais 118 do sexo masculino e 11 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	36 alunos
20 a 30 anos	50 alunos
30 a 40 anos	22 alunos
40 a 50 anos	8 alunos
50 a 60 anos	3 alunos
60 a 70 anos	1 aluno
não declarada	9 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	33 alunos
funcionários públicos .	28 alunos
industriários	7 alunos
contadores	6 alunos

militares	7 alunos
não declaradas	3 alunos
comerciários	5 alunos
bancários	4 alunos
professores	3 alunos
auxiliares de escritório	3 alunos
encarregados	2 alunos
escriturários	2 alunos
desenhistas	2 alunos
ferroviários	2 alunos
administradores	2 alunos
lavradores	2 alunos
auxiliar de contador	1 aluno
empreiteiros	1 aluno
criadores	1 aluno
marcineiros	1 aluno
criadores	1 aluno
cobradores	1 aluno
enfermeiras	1 aluno
corretores	1 aluno
dentistas	1 aluno
apropriadores	1 aluno
dactilógrafo	1 aluno
mecânico	1 aluno
guarda-livros	1 aluno
secretários	1 aluno
alfaiates	1 aluno
eletricistas	1 aluno
auxiliares de química	1 aluno
estoquistas	1 aluno
arquitetos	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 9 horas de aulas (dias 14, 21 e 28 pelo professor, importando numa despeza de Cr$ 450,00 para o pagamento do referido professor.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	309 alunos
total de faltas	78 alunos

Curso Prático de Solos e Adubação

Iniciado terça-feira, dia 9, nele estão matriculados 26 candidatos, dos quais 26 são do sexo masculino e 0 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	10 alunos
20 a 30 anos	7 alunos
30 a 40 anos	4 alunos
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	3 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	13 alunos
funcionários públicos	5 alunos
lavradores	3 alunos
militares	2 alunos
trabalhadores	1 aluno
industriários	1 aluno
não declarada	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 8 horas de ualas (dias 9, 16, 23 e 30) pelo professor, auxiliado pelo assistente, importando numa despeza de Cr$ 400,00, para o pagamento do professor e de Cr$ 200,00 para o do assistente.

O movimento geral do curso durante o ms de setembro foi:

total de comparecimento	81
total de faltas	23

Curso Prático de Jardinagem

Iniciado sexta-feira, dia 12, nele estão matriculados 24 candidatos, dos quais 22 do sexo masculino e 2 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	9 alunos
20 a 30 anos	9 alunos
30 a 40 anos	3 alunos
40 a 50 anos	1 aluno
50 a 60 anos	2 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	13 alunos
militares	2alunos
desenhistas	1 aluno
jardineiros	1 aluno
securitários	1 aluno
contadores	1 aluno
arquitetos	1 aluno
não declaradas	4 alunos

Durante o ms de setembro foram ministradas 9 horas de aulas (dias 12, 19 e 26) pelo professor de jardinagem e 12 horas de aulas (dias 2, 15, 22 e 29) pelo professor de desenho, importando numa despesa de Cr$ 450,00 para o pagamento do primeiro professor e de Cr$ 600,00 para o pagamento do segundo professor.

O movimento geral do curso durante o ms de setembro foi:

total de comparecimento	112
total de faltas	56

Conforme se verifica, são muito animadores os resultados dos primeiros cursos ministrados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

Agricultura com FARMALL

INTERNATIONAL HARVESTER

Entre os tratores agricolas modernos, os FARMALL salientam-se pela sua versatilidade. Trabalhando em conjunto com máquinas especialmente construidas para culturas em fileiras, aumentam a produção e diminuem o seu custo.

A International Harvester oferece uma série completa de tratores FARMALL com suas máquinas, para fazendas de todos os tamanhos. Solicite folhetos descritivos aos nossos distribuidores e concessionários.

INTERNATIONAL HARVESTER

INTERNATIONAL HARVESTER, MAQUINAS S. A.

RIO DE JANEIRO
Av. Oswaldo Cruz, 87

SÃO PAULO
Rua do Oriente, 57

PORTO ALEGRE
Rua Gaspar Martins, 203

Sociedade Nacional de Agricultura

Movimento da Secretaria — Dezembro de 1947

Correspondência recebida:

Telegramas	5
Ofícios	13
Cartas	4
Diversos	9
Total	31

Correspondência expedida:

Telegramas	13
Ofícios	26
Circulares	1
Cartas	8
Total	48

Serviço de Fornecimento — Distribuição gratuita de sementes de Amendoim "Tatú" e Trigo "Sarraceno":

Foram atendidas as seguintes pessoas: — Gal. G. Cordeiro de Farias; D.F. — Dr. Hanibal Porto; D.F. — Dr. João Fernandes da Costa; D.F. — Dr. Leopoldo Penna Teixeira; D.F. — Sarg. Elpídio Merighi Ladeira; D.F. — Dr. Saharov Glebe; D.F. — Dr. Luiz Alberto Whately; D.F. — Dr. Aristoteles Pereira; D.F. — Ctão. Lindolpho Freitas; D.F. — Itamar Batista de Oliveira; D.F. — Mario M. Campello; D.F. — José Fabrino de Oliveira — Itamar Francisco de Moura Brasil; D.F. — Mme. Xavier de Araújo; D.F. — Rubem Gusmão; D.F. — Henrique Mendes Tavares; D.F. — João da Costa; D.F. — Antonio Cruz Martins Guerra; D.F. — Sylvio Fróes de Abreu; D.F. — José Moacyr Cardoso Cavalcante; D.F. — Hugo Barreto; D.F. Guilhermina Suzana Joncker; D.F. — Ricardo Esd; D.F. — Luis Fonseca Junior; D.F. Cecil Rodrigues da Cruz; D.F. — Guilhermo R. Hohagen; D.F. — Curt & Cia.; E. Rio — Julio Melo Garcia; D.F. — Antonieta Delarmo Caudyção; D.F. — Milton Tavares dos Santos; D.F. Miguel Pereira dos Santos; D.F. — Januário Lopes da Silva; D.F. — Bernar Sette Costa Pereira; D.F. — Arthur Viana F.º; D.F. — Blabeie Irmão & Cia.; D.F. — Antonio Mourão; Minas — Frederico Carlos Oppenheim; Minas — Braulio Silvares Espindola; Mato Grosso — Benedito Maciel L. Braga; Estado do Rio — Geny Maglione Monti; Minas — Jacob Levy; Estado do Rio — Elazir Luz Flores; Estado do Rio — Alvaro da Silva Campos; Estado do Rio — Rothschild Ferreira Flores; Estado do Rio — José Gonçalves Viana; — Minas — Francisco F. Mendes; Estado do Rio — Antonio Barbosa de Castro e Silva; Minas — Bernardo Vaz da Costa; Minas — F. Fressoldi — São Paulo — Benjamim de Assis Pereira; Minas — Ladislau Federowich; Goiás.

Foram propostos e aceitos os seguintes sócios: — Curt & Cia. Estado do Rio — Dr. Lincoln Gripp de Moraes; Estado do Rio.

Publicações recebidas durante o mês de dezembro de 1947:

Bol. Econômico — Ano 947 — números 8 e 9.

Bol. F.A.R.E.S.P. — n.º 28 1-12-47 — n.º 29 16-12-47.

Bol. Sup. Serv. do Café — Ano XII — n.º 240 — fev. 947 e 241 março 947.

Bol. do Leite — Ano I — n.º 5 nov. de 1947.

Bol. Linotípico — n.º 68 — 1947 — D.F.

Bol. Cons. Fed. Com. Ext. — Ano X — n.º 9.

Bol. Ass. Com. do Amazonas — VII — n.º 75 — out. 947.

Carta quincenal — n.º 50, nov. 947 — Chile — n.º 49 out. 947.

Gazeta das Aldeias — n.º 2.123 — nov. 947 — Portugal.

Associacion Rural del Uruguay — out. 1947 — Montevidéo — Ano LXXIV — n.º 10.

Diesels — U.S.A.

Circular — n.º 762 — U.S.A.

Techinidal Bulletin — n.º 915 jul. 946 — 865 mar. 944 — 929 out. 946.

Farmers Bulletin — 523 — 1.989.

Liga do Com. do R. de Janeiro — nov. 947 — Ano XII — n.º 169 — out. 947 — n.º 168

Rev. Bras. de Panificação — Ano XII — n.º 147 — nov. 947.

Rodovia — Ano X — nov. 947 — número 94.

Relatório da Diretoria da Ass. Com. Amazonas — 1946 a 1947.

Rev. Bras. de Economia — Ano I — set. 1947 — n.º I — D.F.

Conjuntura Econômica — Ano I — nov. 947 — n.º 1.

New Orleans Porto Record — out. 947.

Rev. Agronômica — Ano XI — n.º 127 — 128 — 129 — jul. ag. set. 947 — Rio Gr. do Sul.

Separata Rev. de Agr. — Vol. XXII — n.º 7 — 8 947 — São Paulo.

Neighbrs — Vol. 3 — n.º 12 — ano 947 — Missouri.

Jornal "Esnea" — 24-11-47 — Buenos Aires.

The Farmers Share — n.º 123 — U.S.A.

El Agrocultor Venezolano — Ano XII — n.º 125 — jul. ag. 947.

Abastecimentos — por Cesar M. Casas Rodriguez — Min. Com. de Cuba 1947 — Habana;

O Observador — Ano XII n.º 142 — novembro 1947;

Sind. Cr. de Ganado Frisio — Holanda;

A Granja — Ano 3 — n.º 26 — e n.º 27 — 1947;

Min. Rel. Exteriores — Ano 1947 — nov. n.º 11;

Unesco — Vol. I out. 947 n.º 7 — Paris;

Ensino Agricola — n.º 1 — Ano 1947 — S. Pauol;

Cons. Int. de Com. y Produção:

Normas Uniformes sôbre Avaria Común, Privilégios e Hipoteca Maritimos y conocimentos de Embarque;

Reglas Internacionales sobre el uso de las clausulas comerciales Cif, Fob Y Fas;

Reglas de Viena sobre creditos documentados;

Proyestos de convenio — tipo sobre doble Imposion International;

SOCIETÉ DE SUCRERIES BRÉSILIENNES

USINAS DE AÇÚCAR E ALCOOL

Estao do Rio e Estado de S. Paulo

Cupim
Paraiso
Vila Rafard
Piracicaba
Porto Feliz

Av. Rio Branco, 18 - Salas 801/4

Rio de Janeiro

Rua Barão de Itapetininga, 88 - 9.º

São Paulo

Letras de Cambio y pagares a la ordem;

El Problema de la alimentacoin mundial;

Oferta da Universidade de Santo Domingo — Rep. Dominicana;

Anales — jan. — jun — 1944 — 29-30 — Vol. VII;

Anales — jul. — dez. — 1944 — 31-32 — Vol. VIII;

Anales — jan. — dez. — 1945 — 33-36 — Vol. IX;

Anales — jan. — jun. — 1946 — 37-38 — Vol. X;

Anales — jan. — jun. — 1941 — Vol. V — fasc. I-II;

Anales — jul. — set. — 1941 — Vol. V — fasc. III;

Anales — out. — dez. 1941 — vol. V — fasc. IV.

Via RADIOBRAS

O Serviço Radiotelegráfico e Radiotelefônico Direto que alcança o mundo inteiro.

Para ter certeza de que seu telegrama para o exterior será recebido com a maior rapidez possível, — chame um mensageiro da "Via RADIOBRAS".

★ ★

Para obter a sua ligação radiotelefônica com o exterior, chame a Central Telefônica "Via RADIOBRAS", através dos telefones abaixo indicados.

Rio	S. Paulo	Santos	Recife
Av. Rio Branco, 48 Av. Rio Branco, 243 Tel. 23-2177 Av. Copacabana, 354	R. S. Bento, 357 Tel. 3-4111	R. 15 de Novembro, 86 Tel. 7194	Av. Rio Branco, 162 Tel. 9291

A SEMANAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Parecer sôbre a indústria de azôto sintético — A cultura de marmeleiro em Goiás — Financiamento da cultura da mandioca — Decrescimento da produção algodoeira do país.

Como de costume, realizou-se ontem a sessão semanal da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, que teve os seus trabalhos presididos pelo Professor Arthur Torres Filho.

O expediente foi lido pelo Secretário Murtinho Braga, tendo o Sr. Presidente dado conhecimento à Casa dos têrmos do parecer formulado pelos membros da comissão especial designada para apreciar a parte do convênio comercial recentemente assinado com o Chile que diz respeito aos fertilizantes e, pois, interessando profundamente à nossa agricultura. Informou o Sr. Torres Filho que tal opinião seria emitida pela Sociedade a pedido da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados que, como se sabe, juntamente com o Senado terá de opinar para a ratificação do convênio.

Assinaram o parecer o próprio presidente da Sociedade e os Srs. Prof. Antonio Barreto, Kurt Repsold, Eumenes Marcondes de Melo e Enio Luiz Leitão. Nesse parecer, reafirma a Sociedade Nacional de Agricultura o seu conhecido ponto de vista, emitido desde os tempos da penúltima conflagração mundial, qual o de que será sempre de grande inconveniência para os interêsses da agricultura, para não falar nos da defesa nacional, qualquer retardamento à implantação da indústria do azôto sintético no país. O parecer alude às iniciativas já em curso com o propósito de estabelecimento dessa indústria no Brasil e, também, às grandes possibilidades que para uma indústria econômica de azôto sintético oferecem as grandes usinas elétricas, como as de Paulo Afonso, em via de realização.

O parecer, aprovado pela sessão, foi mandado encaminhar à Câmara dos Deputados.

A seguir, é lido um ofício da Prefeitura Municipal de Luizianía, no Estado de Goiás, comunicando à Sociedade que as plantações de marmelo do município — principal atividade agrícola e esteio da maior indústria local, a marmelada, acha-se em grave perigo pela invasão de pragas e moléstias que os agricultores não sabem como combater. Pede a intervenção da Sociedade junto ao Ministério da Agricultura, para a ida de um técnico especializado em defesa sanitária vegetal, a fim de orientar o combate. A Sociedade, imediatamente atendeu ao pedido e pediu providências ao Sr. Ministro Daniel de Carvalho, sempre solícito em atender às solicitações da classe rural.

Outros papéis são dados a conhecer e discutidos, tendo o Sr. Torres Filho declarado que o principal motivo da reunião seria o estado das causas que estão contribuindo para o decréscimo da produção algodoeira do país, notadamente no Estado de São Paulo. Explica que, há tempos, teve ocasião de oferecer ao Conselho Federal de Comércio Exterior uma indicação nesse sentido e tomando o depoimento de técnicos e órgãos particulares e públicos, a fim de melhor orientar o sentido das providências a serem tomadas para evitar a queda alarmante da produção do algodão no país, com graves repercussões inclusive no terreno alimentar, sabido como é que o óleo de caroço de algodão, hoje, entra com um grande coeficiente no suprimento de gordura alimentar.

Tendo se dirigido a Sociedade, em nome dos plantadores de mandioca, ao Sr. Presidente da República, solicitando a inclusão da lavoura da mandioca no plano de emergência, o Sr. Ministro da Fazenda informou não ser possível modificar o decreto-lei n. 9.879 de 16 de setembro de 1946, por já ter sido assinado o contrato com o Banco do Brasil. Entretanto, informou estar a Carteira de Créditos daquele Banco assistindo financeiramente o custeio da lavoura de mandioca destinada à produção de farinha de mesa limitando os empréstimos a Cr$ 30.000,00. A Sociedade advoga, entretanto, a inclusão da mandioca no plano de emergência para efei-

to do estabelecimento do preço mínimo da mandioca, cuja cultura carece ser amparada, dadas as exigências do consumo interno.

Informa ainda o Sr. Torres Filho que, há dias, recebeu a visita do Sr. Dr. Alberto Prado Guimarães, com quem trocou idéias a respeito, tendo o mesmo, a seu convite, comparecido ao Conselho Federal de Comércio Exterior, onde apresentou estudo completo das condições técnicas, econômicas e financeiras da lavoura algodoeira.

A Sociedade recebeu larga contribuição de estudos realizados por entidades de classe de São Paulo e de regiões algodoeiras do Norte, como a Sociedade Paulista de Agronomia, da Federação das Associações Rurais de São Paulo, da Bolsa de Mercadorias, do Fomento Agrícola, permitindo esses dados a elaboração de um estudo concreto capaz de permitir orientação segura no amparo aos plantadores de algodão. A gravidade da situação resulta da perspectiva de 30% de diminuição na safra algodoeira do corrente ano, com graves consequências para o consumo interno de fio, óleo e torta, prejudicando ainda a posição do país como exportador de algodão. Em 1946 o Brasil exportou 352.000 toneladas de algodão, no valor de ..... 2.937.584,000 cruzeiros. No primeiro semestre dêste ano alcançou essa exportação 150.000 toneladas, no valor de 1.966.387.000 cruzeiros, isto porque tínhamos reservas de anos passados, havendo agora fundadas razões para receiarmos o racionamento futuro a fim de garantirmos o funcionamento de nossas fábricas. As atenções dos agricultores se voltam agora para o plantio do amendoim com prejuizo do cultivo do algodão em São Paulo, havendo múltiplas causas para êsse decréscimo, sendo a principal a ausência de financiamento direto ao pequeno produtor.

O assunto despertou o maior interêsse entre os presentes, sendo debatido pelos Srs. Cincias Guimarães, João Maurício, Kurt Respsold, Renato Martins e outros.

O Sr. Presidente designa uma comissão composta dos três últimos nomes para oferecer, com urgência, parecer a ser encaminhado às autoridades.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos.

Seleções Agrícolas

Gerente: **O. Assumpção** ★ Diretor: **Eurico Santos**
Superintendente: **M. Nunes** Secretário: **Otávio R. da Cunha**

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr$ 30,00
Exterior — Ano	Cr$ 60,00
Número do mês	Cr$ 3,00
Atrazado	Cr$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26, 1.º

Tel. 22-4566 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

Senhores Fazendeiros

Sem a desinfecção adequada de chiqueiros, estábulos, galinheiros etc., os animais e aves estarão sujeitos a moléstias de cura difícil e dispendiosa. Com o uso diário do poderoso desinfetante profilático

CRUZWALDINA

Serão exterminados os micróbios, pulgas, mosquitos, moscas e cupim

LIMPA - DESINFETA - DESODORA

"Cruzwaldina" é fabricada e garantida pela

SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO

Indústria Nacional

À venda em todos os bons armazens e casas de ferragens. Para vendas a granel peça informações a

CASTRO LOPES & TEBYRIÇÁ - RUA DA ALFÂNDEGA, 81-A-3.º AND. - RIO DE JANEIRO

Himmel
CIA. DE CIGARROS
Souza Cruz
CIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ
CIGARROS
Belmont
20
Belmont